



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Laura Sofia Carvalho Almeida

ARQUITETURA E IDENTIDADE

UM PROJETO DE URBANIDADE PARA ARIQUES,
NO CONTEXTO DAS ALDEIAS DE CALCÁRIO

Dissertação no âmbito do Mestrado Integrado em Arquitetura,
orientada pelo Professor Doutor Adelino Gonçalves e apresentada ao Departamento de Arquitetura
da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Outubro de 2021



FACULDADE DE
CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

DARQ



ARQUITETURA E IDENTIDADE

Um Projeto de Urbanidade para Ariques, no contexto das Aldeias de Calcário

Laura Sofia Carvalho Almeida

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura

Orientação do Professor Doutor Adelino Gonçalves

Departamento de Arquitetura, FCTUC, Outubro 2021

O presente trabalho segue a norma bibliográfica APA (American Psychological Association) 7ª edição.

Para uma melhor compreensão do projeto, propõe-se o acompanhamento da leitura com os desenhos presentes em anexo.

Agradeço,

À minha família,

Em especial aos meus pais, por tudo. Pelo esforço e dedicação, e por me permitirem realizar todos os meus sonhos. A eles dedico este trabalho.

À minha mãe, pelo carinho e paciência. Com ela aprendi o verdadeiro significado do amor.

À minha madrinha, pela confiança e amparo que mesmo longe está sempre perto.

Ao Luís, pelo amor, compreensão e por ser um apoio incondicional.

Ao meu orientador, Professor Doutor Adelino Gonçalves, pela paciência, partilha e dedicação ao longo de toda esta jornada.

Aos meus amigos, dentro e fora do d'ARQ, pelo apoio, amizade e companheirismo com que todos me presentearam. Marcaram o meu percurso.

Ao d'ARQ, por ser casa, por todas as memórias que criei, e por todas as pessoas que cruzaram o meu caminho.

Resumo

O rural foi em tempos uma importante fonte de rendimento de muitas famílias em Portugal, mas a partir da década de 1950, com a valorização do litoral, perdeu população e serviços, e as estratégias para o seu desenvolvimento foram ineficazes. Atualmente, grande parte do rural está esquecido e não dá resposta às necessidades de quem nele habita. Além disso, muito do seu património, cultural e natural, encontra-se descorado e, mais importante, a sua gestão é feita, sobretudo, com políticas setoriais que procuram a sua valorização por via do turismo. Todos estes fatores contribuem para um esquecimento do interior do país e para vários problemas de ordem social e económica que nele se instalaram durante décadas.

Sendo assim, como se deve pensar hoje o seu futuro? Como reforçar a integração destes lugares do “rural profundo”? Qual o papel da arquitetura na “solução”?

No interior, existem áreas segregadas, como é o caso do objeto de estudo desta dissertação, as terras de Sicó, mas ao mesmo tempo próximas de núcleos urbanos de média e grande dimensão, com uma boa acessibilidade e com recursos importantes.

Neste território, foi criada recentemente a Rede de Aldeias de Calcário (RAC), que tem como principal objetivo a promoção/valorização turística de Sicó. Neste contexto, integrada na disciplina de Atelier de Projeto IIC, criou-se uma estratégia para fazer face à diversidade de problemas e fragilidades deste território, exigindo abordagens complementares, com uma visão integrada. Esta estratégia tenta responder às necessidades da comunidade e do visitante, com a criação de vários programas e serviços interligados entre cada aldeia, onde a ideia de identidade e memória são o grande motor de desenvolvimento.

A presente dissertação segue esta visão integrada do território e tem como objetivo desenvolver o que de maior valor existe na aldeia de Ariques, umas das seis aldeias da RAC, e assim (re)conhecer o património natural e cultural como o seu principal recurso, e reforçar a coesão social da pequena comunidade e o espírito de comunidade. Este conjunto de valores cria o *centro de identidade* de Ariques que se materializa com um complexo multifuncional, resultante da reabilitação de quatro edifícios, onde a marca “calcário”, a arquitetura vernacular, a multifuncionalidade, comunidade e partilha são fatores-chave para o desenvolvimento integrado da aldeia, afirmando assim uma nova centralidade do rural.

Palavras-Chave

Ariques | Território | Património natural e cultural | Reabilitação | Multifuncionalidade | *Centro de Identidade*

Abstract

Interior rural areas were once an important income source for many families in Portugal. However, after the 1950s, due to the increase in value of coastal regions, interior rural areas lost population and services, and the strategies to promote their development proved ineffective. Today, most interior rural areas are forgotten or unable to meet their populations' needs. Moreover, much of their cultural and natural heritage is forgotten or managed through sectoral policies that aim to enhance it exclusively through tourism. All these factors contribute to the state of neglect in which the country's interior finds itself and the many social and economic problems existing there for decades.

Therefore, today how should we plan the future of the interior? How can we improve the integration of these "deep rural" areas? What is the role of architecture in "solution"?

In the interior, there are marginalized areas close to medium and large urban centers with good access ways and important resources. This is the case of this thesis' object of study, the Terras de Sicó (Lands of Sicó).

The Rede de Aldeias de Calcário (RAC - Limestone Villages Network) was recently created in this territory aimed at the touristic promotion/valorization of Sicó. Within this context and the course unit Atelier Projeto II C, a strategy demanding complementary approaches in an integrated perspective was developed to address the multiple problems and weaknesses present in this territory. This strategy aims to meet the needs of the community and those visiting the territory by developing different interrelated programs and services between the villages, with the concepts of identity and memory as the great driving forces of development.

The present dissertation follows this integrated vision of the territory. It aims to develop the potential existing in the village of Ariques, one of the six RAC villages, understanding and acknowledging natural and cultural heritage as its main resource and strengthening this small community's social cohesion and collective spirit. These values are the foundations of an Identity Center of Ariques, materialized in a multifunctional complex, resulting from the rehabilitation of four buildings, in which "limestone," vernacular architecture, multifunctionality, community, and sharing constitute the key factors for the village's integrated development while promoting rural areas' new centrality.

Keywords

Ariques | Territory | Natural and Cultural Heritage | Rehabilitation | Multifunctionality | Identity Center

Sumário

Acrónimos e siglas	12
Introdução	15
I. Problema(s)	27
1.1 A fragilização dos espaços rurais	29
1.2 A arquitetura como mudança de paradigma do rural.....	39
II. Contexto	45
2.1 O território de Sicó.....	47
2.1.1 Património natural e cultural	49
2.1.2 Comunidade, comunidade científica, turismo	55
2.2 Arquitetura do território cársico de Sicó	59
2.2.1 Rede de Aldeias do Calcário.....	69
2.2.2 Ariques: paisagem cultural?.....	77
III. Proposta.....	81
3.1 A nova centralidade do rural, uma nova urbanidade	83
3.2 Ariques: preservar, reabilitar, promover.....	87
3.3 O <i>Centro de Identidade</i> de Ariques	95
3.4 Intervir no existente	99
3.5 Projeto.....	105
Considerações finais.....	129
Bibliografia.....	133
Fonte de Imagens	141
Anexos.....	153

Acrónimos e siglas

ADSICÓ	Associação de Municípios da Serra de Sicó
DARQ	Departamento de Arquitetura
EAV	Equipamento de Apoio à Visitação
FCTUC	Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
MIA	Mestrado Integrado em Arquitetura
MRUI	Mestrado Integrado em Reabilitação Urbana e Integrada
PDM	Plano Diretor Municipal
PNCT	Programa Nacional para a Coesão Territorial
PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
PVI	Programa de Valorização do Interior
RAC	Rede de Aldeias de Calcário

Introdução

“DE VOLTA AO RURAL?”

Pertinência e objetivos

A presente dissertação surge no âmbito da iniciativa *De volta ao rural ou como reforçar a coesão da cidade regional?*¹, através do exercício da disciplina de Atelier de Projeto IIC do Mestrado Integrado em Arquitetura (MIA) no ano letivo de 2020/2021. Esta iniciativa congrega a associação de desenvolvimento Terras de Sicó e os seis municípios seus parceiros, a Universidade de Coimbra, através do Departamento de Arquitetura, e a Cátedra UNESCO Diálogo Intercultural em Patrimónios de Influência Portuguesa. O trabalho desenvolvido tem como base um pensamento crítico relativamente ao desenvolvimento urbano em espaço rural e o principal objetivo é pensar a arquitetura como agente para o desenvolvimento integrado, com base na convicção que ela pode contribuir para a valorização de pequenos e médios aglomerados e assim afirmar (um)a (nova) centralidade do rural.

A reflexão crítica surge no âmbito do exercício de “Aldeias do Calcário: Estratégia e táticas para reforçar a coesão de uma rede urbana em espaço rural”, com sete aldeias das terras de Sicó a darem origem a uma estratégia global visando o seu desenvolvimento e diversos projetos desenvolvidos pelo conjunto de estudantes do Atelier de Projeto IIC. O tema deste exercício surge com a necessidade de pensar nos territórios que há muito vêm perdendo população residente para as grandes e médias cidades, sobretudo as localizadas no litoral, contribuindo assim para a fragilização do seu sistema socioeconómico e o envelhecimento da população remanescente. No fundo, para a “rarefação” do interior e criação de territórios de baixa densidade, “...*não só física, associada ao despovoamento intenso que caracteriza estas áreas, mas também relacional*” (Ferrão, 2000:48).

A partir das últimas décadas do século XX esse problema intensificou-se, o que se traduz numa série de outros aspetos que mudaram nestes territórios e constituem grande desafios para a sustentabilidade destes territórios. De facto, a “descapitalização do meio rural” (ANIMAR (a), 2013:12) nas últimas décadas, levou ao encerramento de serviços nestes territórios, passando a concentrar-se nos grandes centros urbanos e deixando desamparada a pouca população que resta neste território rural. Sem serviços como escolas, centros de saúde, estações de correio, a qualidade de vida diminui, assim como pode baixar a autoestima.

Pois bem, tendo Sicó como território de ação, foi com o objetivo principal de reforçar a sua integração que turma definiu, ao longo do primeiro semestre de 2020/2021, uma estratégia

¹ Encontra-se, em anexo, o programa referente ao tema, inerente ao ano letivo 2020/2021

global de desenvolvimento para a RAC, baseada numa visão de Sicó como cidade-região e que configura as aldeias como: Polos de Multifuncionalidade; Aglutinados Sociais; e Centros de Saber e Experiência. A coordenação da estratégia coube ao colega João Pereira e, em conjunto com a/os restantes, foi preparado um Plano de Ação para cada aldeia e definidos programas e projetos de acordo com estes vetores de caracterização das aldeias da RAC.

A estratégia, baseada numa leitura de Sicó como um sistema urbano, como uma cidade-região, é desenvolvida pelos planos de ação e visa a criação de uma nova ruralidade. O reforço da autoestima das comunidades e a valorização do património cultural e natural deste território, é igualmente um objetivo central da estratégia e, naturalmente, de cada projeto proposto para as aldeias. Pretende-se ver este território como uma paisagem cultural². O território de Sicó pode facilmente ser essa paisagem cultural, pela interação entre o Homem e o natural, a forma como o património natural influenciou o ordenamento do território, a arquitetura, atividades agrícolas, os costumes e tradições.

Neste sentido, a realização dos projetos posiciona-se enquanto motor de desenvolvimento e reforço da atratividade das terras de Sicó, com a comunidade, onde “partilha” e “complementaridade” são palavras-chave fundamentais para responder às necessidades destes territórios.

Estrutura

A presente dissertação reparte-se em três partes. A primeira é dedicada à discussão do(s) problema(s) e desafios com os quais o rural e a sua urbanidade se têm vindo a confrontar. Nela é apresentado o Problema tratado na tese e que diz respeito à fragilização dos espaços rurais do interior, em resultado da “fraqueza” do ordenamento do território enquanto política pública, incapaz de cumprir a sua missão “...*dada a desproporção [...] entre a ambição dos objetivos visados e as condições efetivas para os atingir [...]*” (Ferrão, 2011:25).

As assimetrias do desenvolvimento do território, com prejuízo para o interior e os espaços rurais, em detrimento do litoral e das cidades, é um dos principais problemas do território, e que levou, no caso de Sicó, à criação de grandes dificuldades para contrariar a perda de pessoas e fazer face a todos os seus impactos, nomeadamente a degradação do espaço físico das aldeias e a

² O conceito de paisagem cultural surgiu em 1992, pela UNESCO, sendo este um marco no conceito de património. Entende-se por paisagem cultural, paisagens que relacionem o natural com as atividades do Homem, estabelecendo relações entre o natural e as pessoas, paisagens que evoluem com a sociedade, tendo sempre influências internas e externas, onde a ocupação do homem, as tradições e o que resulta delas influenciam a paisagem.

fragilização da identidade das comunidades, em virtude perda de tradições e da desvalorização da cultura local.

Assim, esta dissertação defende uma nova perspectiva para o espaço rural, com base na importância do papel desempenhado pela arquitetura no desenvolvimento integrado do território, com respostas ao nível da qualidade do espaço físico, de maneira a reforçar a atratividade dos lugares, tendo sempre em paralelo a sensibilidade na integração no património contruído vernáculo.

A segunda parte concentra-se na apresentação do Contexto e sintetiza a informação crítica relativa ao território, desde as terras de Sicó até à aldeia em estudo nesta dissertação, Ariques. Divide-se em dois capítulos, sendo o primeiro direccionado ao território de Sicó. Neste define-se a caracterização da pré-existência, analisando o território e os aspetos mais fortes para justificação do trabalho, percebendo assim a condição física do mesmo, mas também os costumes e práticas da população de Sicó e das aldeias do calcário. A caracterização da pré-existência permite realizar um enquadramento geográfico e temático do sítio, analisando os patrimónios de Sicó e apresentando o contexto geográfico, histórico e social, para se compreender quais os pontos fortes das terras de Sicó e o que deve ser valorizado nas aldeias.

Natural ou cultural, o património é fundamental para a compreensão do conceito da proposta e do papel dos atores nela intervenientes e associados aos diversos patrimónios, ou seja, a comunidade local, a comunidade científica e o turista/visitante.

Por sua vez, o segundo capítulo desta parte é dedicado à caracterização da arquitetura vernácula nas terras de Sicó, marcada pelas suas características cársicas, perceber a Rede de Aldeias do Calcário, a aldeia de estudo Ariques e quais os aspetos que formam essa marca aldeia “calcário”, relacionando-os diretamente com a arquitetura vernácula.

Por fim, a terceira parte, Proposta, procura responder aos problemas encontrados neste território, justificando assim a pertinência do projeto. Divide-se em cinco capítulos, o primeiro explica a estratégia global para a Rede de Aldeias do Calcário criada pela turma, percebendo assim o conceito geral para o território. Num segundo capítulo é exposto o Plano de Ação para a aldeia de Ariques, tendo como base a estratégia global e no qual *preservar*, *reabilitar* e *promover* são palavras-chave da proposta para a aldeia.

Seguidamente a estratégia individual, centrada na criação de um núcleo multifuncional dedicado a promover relações entre comunidade/investigador/visitante, onde os principais valores de uma aldeia deste território fazem parte da vivência destes espaços, contribuindo assim, de forma decisiva, para desenvolver o *centro de identidade* desta aldeia. No capítulo quatro é feita uma análise do existente na zona de intervenção e por fim o projeto, este ensaia a arquitetura do agora a intervir no existente, edificado e natural, valorizando a arquitetura vernácula das terras de Sicó.

Ariques é uma aldeia que se destaca no contexto da RAC pelo património natural presente na área onde se localiza. Por isso, um dos principais objetivos do projeto é criar condições para o desenvolvimento, preservação desse património, no contexto do rural, criando espaços destinados



Fig. 1- Flyer do colóquio "De volta ao rural ou como reforçar a coesão da cidade regional?". 2020



Fig. 2- Campos de Estudo, aldeia do Casmião. Setembro, 2020



Fig. 3- Campos de Estudo, alunos e professores do d'ARQ, Moinhos do Outeiro, Ansião. Setembro, 2020

a diversas atividades diretamente relacionadas com o mesmo, espaços de pesquisa, de experimentação, de visita e de convívio, relacionando o edificado, existente e novo, com os percursos propostos que envolvem o complexo multifuncional da aldeia.

Com base numa leitura crítica do contexto deste território o projeto procura responder às questões abordadas, justificando assim como a arquitetura pode e deve ter um papel fundamental na gestão do território, seja ele urbano ou rural. O projeto do complexo multifuncional da aldeia de Ariques, pretende ser essa marca de desenvolvimento no território, criando um novo conceito de urbanidade no espaço rural e novas relações com tudo o que temos em redor.

Método

Para o desenvolvimento desta dissertação foram desenvolvidos diferentes tipos de trabalhos, essencialmente organizados segundo quatro grandes objetivos: **conhecer**, **analisar**, **discutir** e **projetar**. Os trabalhos foram realizados ao longo do ano letivo e os seus objetivos estão naturalmente interligados, pois convergem na proposta de intervenção urbanística e arquitetónica apresentada nesta dissertação.

O primeiro destes objetivos – **conhecer** – respeita ao conhecimento crítico do território de ação da iniciativa *De volta ao rural...* e dos problemas do desenvolvimento do território aos quais se dedica, nos quais emerge a fragilização do meio rural, mas também do território em causa, as terras de Sicó, e dos seus atributos, nomeadamente do património natural e cultural e da arquitetura vernácula.

Neste capítulo, foram realizadas diferentes atividades ao longo de todo o tempo de realização da dissertação, nomeadamente a participação em eventos científicos, campos de estudo, consulta bibliográfica, entre outros.

-Colóquio “De volta ao rural ou como reforçar a coesão da cidade regional?”, a 24 de setembro, no Centro de Negócios de Ansião, no qual participaram investigadores da Universidade de Coimbra de diferentes áreas do saber e agentes do território de Sicó.

-Campos de estudo e visita às aldeias de calcário, de 28 de setembro a 2 de outubro de 2020. Visita às seis aldeias da rede de aldeias do calcário, Ariques, Casmilo, Chanca, Granja, Poios e Pombalinho e ainda o Ribeirinho (aldeia associada à nossa estratégia de grupo). Durante essa semana percebeu-se as vivências de cada aldeia, os serviços que lá eram prestados e o que faltava, o que fazia falta e quais eram os principais valores e forças de cada lugar. Juntamente com colegas do Mestrado em Reabilitação Urbana e Integrada (mRUI), foram entrevistadas pessoas das várias aldeias, recolheu-se informação diversa para a caracterização das aldeias, conversas e encontros com a associação de desenvolvimento, Terras de Sicó, promotora da RAC (Rede de aldeias do



Fig. 4- Cartazes de algumas conferências assistidas e organizadas pelo mRUI. 2020, 2021

calcário) e ainda com representantes dos seis municípios envolvidos. A visita a uma das aldeias da rede de aldeias xisto, Ferraria de S. João, foi essencial para perceber o que foi feito naquelas aldeias para desenvolver e reforçar a atratividade, durante esse dia foram vários workshops feitos com os produtos locais.

-Participação em várias conferências e palestras organizadas pelo mRUI. No contexto da dissertação, valorizou-se a apresentação do engenheiro Armando Carvalho, dedicada ao Programa das Aldeias do Xisto, do qual é um dos principais responsáveis. Percebendo assim em que contexto surgiu e quais os principais objetivos.

-Recolha da informação com as pessoas e a comunidade.

-Pesquisa bibliográfica sobre Sicó e as aldeias. Neste último ponto as referências bibliográficas consultadas foram bastante importantes para a compreensão e justificação desta dissertação, destacando-se Nuno Portas e João Ferrão na questão da gestão territorial; para uma síntese da problemática deste rural, questionando a forma como se vê o rural e as limitações do modo como se tem planeado estes territórios, pois tem faltado uma visão estratégica do território, tendo em vista a coesão territorial e social. Carlos Silva, na sua tese de doutoramento, faz com que se perceba melhor o território de Sicó e o seu contexto, tendo em conta os seus principais valores e fraquezas, e os patrimónios de Sicó, inserindo-se aqui o património natural e elementos arquitetónicos marcantes nas paisagens de Sicó. Por fim, Walter Rossa, que em temas tratados nos seus livros, defende ideias que se relacionam com o conceito e a proposta para Ariques, o *centro de identidade*, e qual a urbanidade que se quer criar para Sicó e para a rede de aldeias de calcário.

Analisar e discutir é outro dos objetivos dos trabalhos levados a cabo para construir uma perceção crítica das terras de Sicó e das aldeias da RAC, com a qual se perceberam as relações entre as aldeias, entre estas e entre outros núcleos urbanos da região. Deste modo, o objeto de análise foi diverso e incluiu a avaliação da rede viária e ferroviária, a identificação de equipamentos e serviços de interesse coletivo prestados, como rede de ensino, saúde e ação social, também o comércio de bens de primeiras necessidades e, mapearam-se ainda as rotas, trilhos e recursos do património natural e cultural de Sicó. Relativamente às aldeias, analisou-se o edificado- usos do solo, qualidade arquitetónica construtiva, estado de conservação, edifícios e construções significativas- e as áreas não edificadas, de forma a perceber as fraquezas e as forças de cada aldeia, nomeadamente pontos de interesse do sistema de espaço público e como é que a população interage nesses espaços.



Fig. 5 e 6- Processo de trabalho, na aula de Atelier de Projeto IIC. Novembro, 2020

Toda a informação foi sintetizada em painéis e os resultados foram discutidos em turma e com representantes das Câmaras Municipais parceiras da Terras de Sicó e de outros agentes³ que estão a atuar neste território. O mesmo aconteceu com as propostas de Plano de Ação para cada aldeia e dos projetos, realização de painéis e apresentação/discussão nas reuniões das seis Câmaras Municipais envolvidas, umas presencialmente, outras virtualmente, devido ao facto de se terem realizado em altura de confinamento.

Por fim as soluções e respostas aos principais problemas passaram para o papel: **projetar** consoante a reflexão feita sobre o território, num primeiro momento, com uma estratégia de turma para a RAC e depois com uma estratégia para cada uma das aldeias. Realizou-se um Plano de Ação para cada aldeia, surgindo, para as sete aldeias em estudo, as doze propostas, que integram as dissertações do mestrado integrado em arquitetura do ano 2021 do DARQ-FCTUC. Cada aluno definiu o seu tema de projeto e qual aldeia seria melhor para o desenvolver com base nos três vetores de caracterização futura das aldeias, estabelecidos na estratégia global.

³ Três dos agentes atuantes neste território de Sicó que participaram nestas discussões foram a Território XXI, empresa de consultoria técnica que presta serviços relacionados com o planeamento e ordenamento do território, do ambiente e do paisagismo; a H-Land, que está a prestar serviços no âmbito da classificação das terras de Sicó como Área de Paisagem Protegida Regional; e o Centro Cultural, Recreativo e Desportivo de Casmilo.

I. Problema(s)

“...é possível defender que os meios urbanos serão uma ponte entre as áreas rurais e o mundo exterior, tanto mais eficiente quanto conseguirem transformar-se em focos de uma cultura de ruralidade susceptível de contribuir não só para consolidar a visão patrimonialista actualmente dominante, mas, também, para a ultrapassar, reintroduzindo a componente produtiva com a centralidade que esta merece.”

(Ferrão, 2000)

O ordenamento do território obriga, a pensar em diversos problemas decorrentes das suas assimetrias, principalmente quando falamos de zonas mais isoladas. O rural tem vindo a descentralizar-se, acabando por não integrar de forma eficiente as estratégias para o desenvolvimento territorial. Neste capítulo são abordados os principais problemas do rural, num primeiro momento a maneira como as estratégias para fazer face às suas fragilidades são baseadas em modelos *top-down* que consideram o território uma realidade “plana”, ou seja, sem a sensibilidade para cada lugar, para as suas especificidades. Num segundo momento, como a arquitetura pode ter um papel muito importante numa mudança de paradigma do rural, proporcionado, através de modelos de gestão do território inclusivos, a criação de novas conexões entre arquiteturas, território e comunidades.

1.1 A fragilização dos espaços rurais

A incapacidade de integrar o rural no desenvolvimento territorial levou a profundas alterações nestes territórios nas últimas décadas. A partir da década de 1950, intensificou-se a valorização do litoral, com um prejuízo para o interior. A progressiva litoralização do país deixou o interior fragilizado e as estratégias adotadas para o desenvolvimento do espaço rural foram infrutíferas, nomeadamente algumas coevas, como as que visavam fixar a população rural através da valorização da produção agrícola e que se traduziram, por exemplo, na criação de Colónias Agrícolas⁴, ou outras mais recentes focadas na proteção do ambiente e na valorização turística destes territórios.

A forma de olhar para o território como uma realidade dual composta, por um lado, por uma parte rural e por outro lado por uma parte urbana, foi um dos grandes problemas do desenvolvimento do território nas últimas décadas e que transparece nos próprios instrumentos de gestão territorial. De facto, depois de a União Europeia defender a necessidade de planear de forma integrada o território para o bem comum, desde o Tratado de Maastricht até ao Tratado de Lisboa, que integrou a coesão territorial como terceira dimensão na redução de disparidades entre territórios, a gestão do território em Portugal continua amarrada à normativa da primeira geração de Planos Diretores Municipais (PDM). Muitos destes planos foram publicados na década de 1990 e são “apenas” assentes na diferenciação dos usos do solo e estabelecimento de regras matemáticas de ocupação, em vez de programar a urbanização e criar meios para assegurar equilíbrios no

⁴ As Colónias Agrícolas foram uma iniciativa da Junta de Colonização Interna, um serviço do Ministério da Agricultura criado em 1936, com o Decreto n.º 20207 de 16 de Novembro, com a missão de estudar e solucionar os problemas agrários do país.

desenvolvimento do território ou, pelo menos, evitar a instalação de disparidades que criassem claros prejuízos para uns territórios em detrimento de outros.

Nesta primeira geração de PDM, são diversos os planos em que as regras de uns foram transpostas para outros, ou seja, não foram pensadas com base nas especificidades de cada lugar ou numa visão de futuro para esses mesmos lugares, criando-se a ideia de que *plano* e *gestão* são realidades práticas distintas. Quer-se dizer com isto que o problema é o facto de esses PDM serem tão só regulamentos administrativos, não serem planos de ação estratégicos. Neles estão determinadas as regras de ocupação e edificação em cada espaço, o seu regime de uso, mas está de lado toda a vertente estratégica de ação necessária para conduzir os desenvolvimentos dos lugares, ou seja, a identificação de objetivos e a definição de ações, projetos, atores e modelos económicos para atingir resultados condizentes com esses objetivos. Durante demasiado tempo, a gestão territorial foi-se confundindo com a elaboração de planos e as Câmaras Municipais foram atuando como agentes de verificação de conformidades, não percebendo que o planeamento estratégico é fundamental para conduzir, de facto, o destino dos lugares.

Os planos, por si só, não são o caminho para a solução, são necessárias pessoas para gerir e implementar os planos, é necessário definir visões para o território, para as cidades e regiões. Criar planos estratégicos, com objetivos a cumprir, definindo com quem têm de ser alcançados, para quem e para quê.

Desde a década de 1990 até hoje, mudou muito no que diz respeito à gestão do território, sobretudo ao nível da criação de programas de política e de quadros legislativos específicos e afins. Porém, continua a ser importante combater a ideia de que os problemas e desafios do território se resolvem com a simples elaboração de planos, como Nuno Portas (1985:8) defendeu há mais de três décadas. *“Com efeito, a ideia de que ter um plano é já intervir, ou pelo menos um meio caminho andando para alguém intervir, é perigosa - não só porque [aceita] a separação entre plano e capacidade de intervenção (o que corrompe o próprio conceito de planeamento), como porque foi reduzindo os estudos a “catálogos”, propostas de regulamentos físicos e, nalguns casos, redesenho de estruturas para executar não se sabe quando nem por quem.”*

Deste modo, importa relevar a gestão do território, do espaço urbano ou do espaço rural, como atividade que inclui necessariamente a realização de planos, mas cuja elaboração deve integrar os meios para a sua implementação, e a sua implementação propriamente dita. Neste sentido, implementar os planos é o mais importante. Durante muito tempo, pensou-se que a implementação dos instrumentos de gestão territorial passava por regular a iniciativa dos agentes atuantes no território, desde a população aos investidores privados, assumindo as Câmaras Municipais o papel de verificador da conformidade dos projetos, com as regras dos planos. Mas o papel das Câmaras Municipais tem de ser outro. Hoje sabemos que o seu papel e o método têm de ser outros, que têm de ser proativas e criadoras de oportunidades!

Sendo assim qual o papel da arquitetura na gestão do territorial? Estes territórios de baixa densidade e o meio rural, em geral, precisam de diversos investimentos, uns mais que outros. O que nos leva a pensar na criação de infraestruturas (rodoviária, net, saneamento, água...) e também à criação ou reforço de serviços de interesse coletivo (saúde, ensino, apoio social...). Em ambos os casos, a arquitetura está diretamente presente, sendo fundamental para o desenho de infraestruturas ou de equipamentos para aqueles serviços. Mas além deste aspeto funcional associado à dimensão física da arquitetura, temos ainda a questão do reforço da atratividade dos lugares por diversas vias, seja através do turismo, da ciência, autoestima e coesão social, entre outras, fundamentais para corrigir as assimetrias do território, da ciência, autoestima e coesão social, entre outras. Este último aspeto leva-nos ainda à requalificação do espaço físico dos lugares incluindo a valorização do património edificado e urbanístico dos aglomerados.

Como se disse, a gestão inclui o plano, mas não se esgota na elaboração do plano. Significa isto, também, que a arquitetura surge de forma a concretizar uma estratégia. Tem de existir uma visão crítica para a gestão do território, o que defendemos, e a definição de políticas locais deve ser feita pensando como é que a arquitetura pode ajudar na sua implementação, com quem conseguimos resolver os problemas e qual o método a seguir.

Este ensaio sobre a questão do rural e a sua integração do desenvolvimento do território, surge porque ele tem problemas que só poderão ser resolvidos se houver uma nova abordagem. O seu despovoamento, com o abandono da população jovem para os núcleos urbanos de maior dimensão e para o estrangeiro, aconteceu, a partir da primeira metade do século XX porque a agricultura era a maior fonte de rendimento da maior parte das famílias e o "mundo rural" não oferecia garantias de estabilidade e boas condições de vida. Assim, a falta de investimento na modernização da agricultura, o encerramento de serviços, o envelhecimento da população e a fraca valorização do rural e dos seus recursos, ao longo das décadas, foram e continuam a ser os principais problemas do espaço rural. Tudo isto são consequências de uma gestão do território fraca, sem pensamento estratégico e crítico, baseada, sobretudo, na ideia que basta fazer planos.

Na década de 1980, acreditou-se a defesa do ambiente e o património poderiam salvar o mundo rural, salvar os núcleos urbanos em espaço rural. Nas palavras de João Ferrão (2000:47), tratou-se de um processo que evoluiu a par da "invenção do mundo rural não-agrícola", isto é, da configuração destes territórios como uma realidade cuja função principal deixou de ser a produção de alimentos e atividade predominante deixou de ser a agrícola. Esta aposta teve resultados escassos e não deixou de intensificar a ideia de que a urbanidade é sinónimo de cidade, ou seja, que está reservada para os grandes núcleos urbanos e que parece não poder ter lugar nos pequenos núcleos no espaço rural.



Fig. 7- Aldeia de Marialva, da rede de Aldeias Históricas de Portugal. Julho, 2020

Fig. 8- Logótipo da rede de Aldeias Históricas de Portugal



Fig. 9- Aldeia do Candal, da rede de Aldeias do Xisto de Portugal. Outubro, 2020

Fig. 10- Logótipo da rede de Aldeias do Xisto

Com a integração de Portugal na União Europeia e no âmbito de programas para solucionar para os problemas económicos, sociais e ambientais das zonas rurais europeias, como a Iniciativa LEADER, surgiram outras abordagens para valorização do espaço rural que procuravam promover o seu desenvolvimento integrado com medidas estruturais. Neste quadro de funcionamento europeu, os programas de intervenção procuravam a revitalização socioeconómica, a fixação de população e a promoção turística das áreas rurais, com o reforço do investimento público e atração do investimento privado, baseando-se, a partir da década de 1990, numa valorização dos valores culturais do mundo rural.

Com a implementação destes programas, a aposta na valorização de patrimónios em espaço rural diversificou-se e criaram-se redes temáticas, como é o exemplo o Programa das Aldeias Históricas e o Programa Aldeias do Xisto,⁵ como estratégias de desenvolvimento para esses territórios assentes no turismo, como já foi dito.

Os programas desenvolvidos permitiram o desenvolvimento destes territórios do rural, mas, sobretudo, como produto turístico. Criaram uma marca territorial que permitiu a sua identificação em diversos aspetos e chamando as pessoas desde então para conhecer estas aldeias. Assim requalificaram-se espaços e reabilitaram-se casas para valorizar o património arquitetónico construído.

Apesar de os espaços ganharem outra vida e transformarem-se, tanto para a comunidade local como para o turista, facilmente tornaram-se apenas polos de atração turística, isto é, os objetivos defendidos inicialmente tendo em conta o principal ator, a comunidade local, foram pouco considerados. O turista ganhou importância e facilmente tornou-se a principal fonte económica de alguns agentes que atuam nestas áreas rurais, mas nem sempre são destas áreas, ou seja, dando um contributo limitado a resolver, o problema do abandono do rural.

Significa isto que apesar dos esforços para uma redefinição e reestruturação do território rural, a litoralização continuou a intensificar-se e as diferenças entre o urbano e o rural também, com as cidades a merecerem sempre as maiores iniciativas de desenvolvimento.

A modernização agrícola foi sempre uma das esperanças do desenvolvimento das áreas rurais, com a fixação de jovens. Mas, apesar de ter tido lugar no território nacional, foi-o de uma forma ténue, concentrando-se mais em algumas regiões, sobretudo no Alentejo e Ribatejo. Como já foi referido, com a adesão à Comunidade Europeia, Portugal teve acesso a programas de apoio à modernização agrícola. Nos primeiros anos os ganhos foram notáveis e a produtividade também, sendo este um período importante da evolução da agricultura portuguesa. Mas, nos anos que se

⁵ O Programa de Aldeias Históricas de Portugal (1994-2006) e das Aldeias de Xisto (2000-2006) são programas de matriz turística e patrimonial, dos quais fazem parte aldeias do interior da Região Centro de Portugal. Estas redes tem por base o desenvolvimento rural, valorizando os recursos das aldeias e atribuindo novas funções a territórios rurais. Estes programas procuram afirmar o território e a sua comunidade através de estratégias de desenvolvimento inseridas no turismo.

seguiram, os apoios e medidas de suporte diminuiram o que levou ao agravamento de problemas, que resultaram em quebras no produto e na economia das explorações agrícolas.

Na sequência da modernização agrícola que se conseguiu implementar, assistiu-se nas últimas décadas, de forma paradoxal, a uma “descapitalização do rural” (ANIMAR, 2013;10) que se traduziu no encerramento de vários serviços ou na reorganização da sua localização, para se localizarem em núcleos urbanos de média e/ou grande dimensão. Como consequência, agravou-se a dificuldade de fixar pessoas nesses territórios e, assim, a população continua a diminuir e a que fica, acaba por envelhecer.

Contudo, o rural não desapareceu. O que desapareceu foi o rural que existiu até à segunda metade do século passado e que continua a povoar a memória coletiva. Resta saber que rural tem de afirmar-se agora e como é que se deve afirmar.

O rural não é igual em todo o lado e não podemos cair no erro de ver e pensar as regiões em que está presente como uma realidade homogénea ou horizontal. Elas devem ser lidas com as suas diferenças e como princípio geral deve-se valorizar a diversidade. O mundo rural é diverso, cada área tem o seu contexto, as suas especificidades, os seus desafios, os seus recursos e valores naturais. Quando se fala da sua demografia, por exemplo, nem todas as regiões sofreram da mesma maneira as consequências dessa fragilização, em virtude do seu nível de integração territorial. Na verdade, existem diversos interiores e diversos rurais. Como defende João Ferrão (2000:48), existe um “rural profundo”, que são áreas segregadas (também designadas de baixa densidade) e com dificuldades de acesso, mas também existem outras próximas de núcleos urbanos médios e cidades, com boa acessibilidade, podendo este ser um fator importante para a fixação de pessoas e instalação de atividades que gerem emprego.

A perspetiva de olhar e pensar no rural mudou, mas os problemas continuam a existir e alguns agravam-se. A forma de intervir terá de ser diferente e já temos exemplo disso. Desde logo, isso em programas de política preparados ao longo da última década, e assentes em estratégias para a coesão do território e a valorização do interior.

O Programa de Valorização do Interior⁶, criado em 2018 e revisto em 2020, pretende o desenvolvimento destes territórios do interior, dinamizando-o. O Programa Nacional para a Coesão Territorial⁷, programa anterior ao PVI, tem por base cinco grandes eixos de ação política que defendem um território interior + coeso, + competitivo, + sustentável, + conectado e

⁶ Aprovado com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 116/2018, Diário da República n.º 172, Série I (2018/09/06), 4452-4466, e revisto com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2020, Diário da República n.º 62, Série I (2020/03/27), 16-32.

⁷ Aprovado com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2016, Diário da República n.º 226, Série I (2016/11/24), 4254-4190.

+colaborativo. Este defende uma necessária criação de novas formas de investimento, nestes lugares, a dinamização destes espaços, tendo em conta que cada um é diferente e tem as suas dinâmicas próprias. Valorizar o natural, tendo sempre como principal objetivo a preservação e conservação das paisagens e a valorização dos seus recursos. Por fim criar condições para as comunidades terem acesso a serviços públicos, tendo em conta as necessidades de cada um.

Em 2020 na revisão do PVI, foram definidos quatro novos eixos de ação política. “Valorizar os Recursos Endógenos e a Capacidade Empresarial do Interior”, “Promover a Cooperação Transfronteiriça para a Internacionalização de Bens e Serviços”, “Captar Investimento e fixar Pessoas no Interior” e “Tornar os territórios do Interior mais Competitivos”. Estes eixos permitem-nos perceber que está em curso um novo método para intervir e quais as necessidades dos territórios do interior.

No contexto da criação deste desejado novo rural, a multifuncionalidade, comunidade, partilha e sistemas de redes, são palavras-chave para o seu desenvolvimento e às quais se podem somar a integração e ligação aos centros urbanos, afirmando uma nova centralidade do rural.

O paradigma tem, pois, de ser outro. Tem que se tirar vantagens das forças de cada lugar, do que lhe é específico. Se o território não é homogéneo ou horizontal, as políticas têm de ser sensíveis às diferentes necessidades de investimento para corrigir assimetrias e integrar as regiões mais segregadas. Não se consegue dar uma resposta única que se possa aplicar invariavelmente em cada contexto. As irregularidades do território exigem novas formas de ação, de modo a conseguir dar resposta aos novos desafios.

1.2 A arquitetura como mudança de paradigma do rural

Neste capítulo são identificados aqueles que se entendem ser os principais problemas do rural. As necessidades de intervenção já foram identificadas, assim como o método que se deve seguir para corrigir, ou seja, todos os aspetos necessários para a compreensão e resolução destes problemas há muito tempo que são discutidos. Sendo assim qual o papel da arquitetura nesta mudança ou qual o papel que a arquitetura deve ter nesta mudança de paradigma do rural? Como é que com a arquitetura se consegue tirar o maior benefício destes territórios do interior?

A arquitetura permite ter uma nova perspetiva sobre os problemas do território e a sua resolução, pois esta tem um papel fundamental no cumprimento de objetivos dos programas de políticas que visam a sua correção. Esta dissertação pretende, através da arquitetura, ensaiar uma resposta para alguns dos problemas do rural discutidos anteriormente. Desde logo, porque a requalificação do espaço físico pode reforçar a atratividade dos lugares, pois uma das forças destes espaços resulta da sua diferença relativamente ao meio urbano e ela é decorrente, tanto da presença de espaços naturais, como do património contruído vernáculo. Ambos os elementos

obrigam a pensar numa integração do contruído nestes territórios com muita sensibilidade, quer para valorizar este património, quer para manter os atributos distintivos do meio urbano.

O espaço físico dos pequenos núcleos urbanos no meio rural, isto é, o edificado e os espaços abertos, incluindo os espaços públicos ou de uso coletivo, raramente mereceram a atenção que os espaços públicos das cidades têm merecido há muito. Como resultado, esses espaços nos territórios do interior, são muitas vezes espaços esquecidos, sem qualidade e inseguros, o que contribui negativamente para a imagem geral das aldeias.

Por isso, a arquitetura pode e deve agrupar um conjunto de diferentes intervenções necessárias no espaço rural, ou seja, deve ser o meio para a realização de intervenções integradas, intervenções essas com objetivos no domínio social, cultural e económico. Sendo assim, através do construído, seja ele novo ou vernáculo e juntamente com o espaço público, entende-se que a arquitetura pode e deve ser um palco da definição das intervenções integradas.

Em áreas mais integradas, o novo rural assenta uma nova ligação com o mundo urbano, com o rural a tornar-se uma nova urbanidade, ou seja, com uma densificação de interações nas e das aldeias, sejam interações sociais, culturais e económicas, internas e/ou com o exterior.

Como Kevin Lynch (1960:122) defendia em meados do século XX, "*...a clareza de estrutura e vivacidade de identidade são os primeiros passos para o desenvolvimento de símbolos fortes. Aparecendo como um local notável e bem interligado, a cidade pode constituir um espaço para a aglomeração e organização destes significados e associações. Um tal sentido de lugar reforça todas as atividades humanas aí desenvolvidas, encoraja a retenção na memória deste traço particular.*".

Embora as ideias de Lynch focassem nas cidades, os mesmos princípios podem defender-se para o novo rural. A ideia de identidade dos lugares deve estar sempre muito presente e deve ser um motor de desenvolvimento para a coesão destes territórios.

Em Portugal, a afirmação desta nova urbanidade tende a tardar e ainda se vêem as cidades como único espaço para a inovação, quando na verdade as áreas rurais podem funcionar como elemento-chave neste novo conceito. Nesta nova centralidade do rural, o urbano e o rural participam em conjunto na resolução dos problemas do território. Com os acontecimentos destes últimos anos, principalmente a pandemia de COVID 19, percebeu-se que o rural pode e deve ser ainda mais valorizado.

A gestão do território já é há muito pensada com base em algumas destas preocupações, tanto na *academia* como também a nível de políticas públicas, mas, na prática, continua distante, dos correspondentes objetivos. Como referido anteriormente, os planos, por si só, não resolvem os problemas do território. O método de ação necessário, não deve ser dominado, nem por abordagens *top-down*, como ainda são em muitas áreas do território nacional, nem apenas *bottom-up*, mas antes por abordagens estratégicas integradas, onde se identificam os problemas a resolver

e definem os objetivos, as partes interessadas e atores a envolver, e ainda quando e com que projetos se podem concretizar esses objetivos.

Sendo assim, é necessário começar por pensar, no caso de Sicó, do nosso território de ação, como podemos reforçar a integração destes lugares do “rural profundo”? Que estratégias poderão contribuir para o desenvolvimento integrado do território em que se localizam? Pode a arquitetura ser uma âncora nessas estratégias e intervenções nas áreas rurais?

Quando se fala de inovação no rural, sabemos que o setor do turismo está quase sempre presente. Neste quadro de ação, as ações nestas áreas, tanto as novas construções como a reabilitação do edificado existente podem funcionar com o principal objetivo de tornar estes espaços em locais atrativos a nível turístico. Mas as novas intervenções baseadas num novo pensamento estratégico onde a arquitetura funciona como motor de desenvolvimento, devem ter por base diferentes programas, de diferentes áreas de atividade, tentando sempre que a comunidade, juntamente com o visitante, interaja com o que de mais tem valor nestes espaços, tendo como principal objetivo a preservação do que de melhor existe em cada lugar.

Fig. 11- Imagem satélite do centro de Portugal com marcação das sete aldeias a intervir na estratégia de turma. 2020



II. Contexto

“...projectar, planejar, desenhar, não deverão traduzir-se para o arquitecto na criação de formas vazias de sentido, impostas por capricho da moda ou por capricho de qualquer outra natureza. As formas que ele criará deverão resultar, antes, de um equilíbrio sábio entre a sua visão pessoal e a circunstância que o envolve e para tanto deverá conhecê-la intensamente, tão intensamente que conhecer e ser se confundem...”

(Távora, 2015)

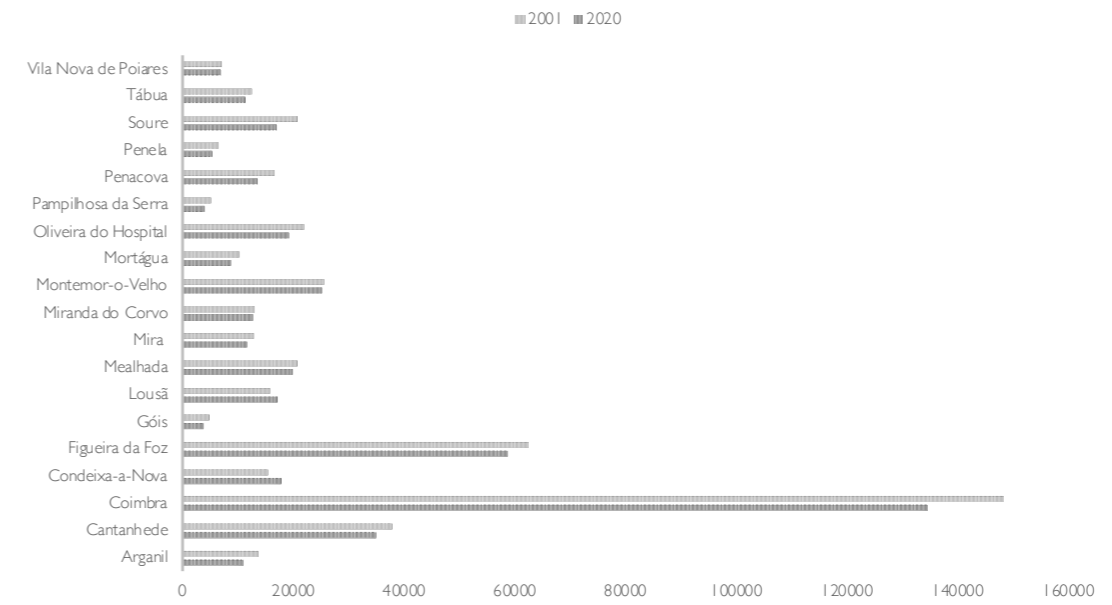


Fig. 12- População residente na região de Coimbra entre 2001 e 2020

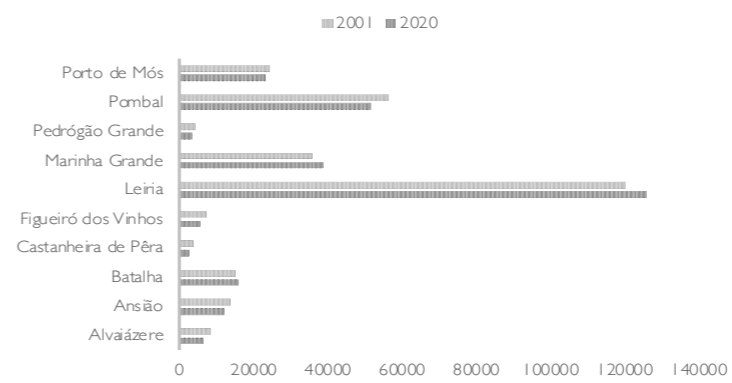


Fig. 13- População residente na região de Leiria entre 2001 e 2020

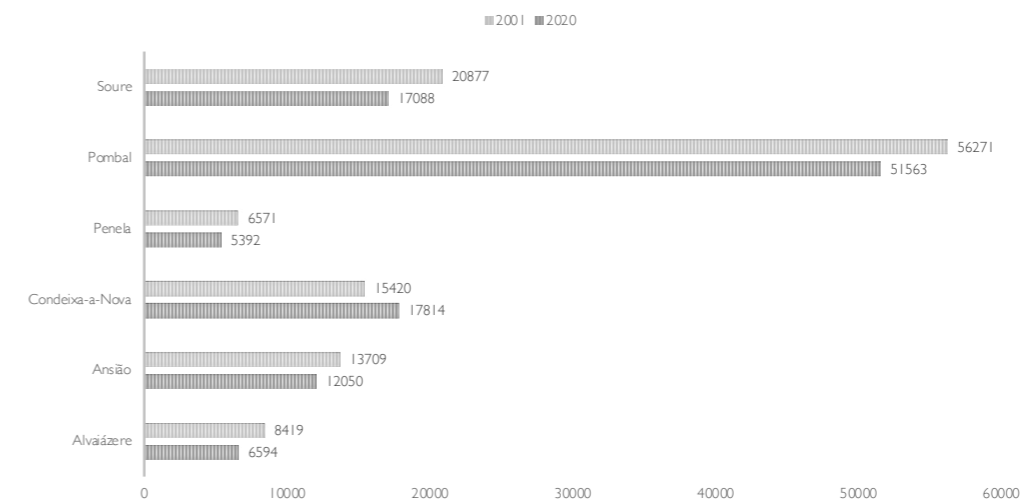


Fig. 14- População residente nos seis municípios da Terras de Sico entre 2001 e 2020

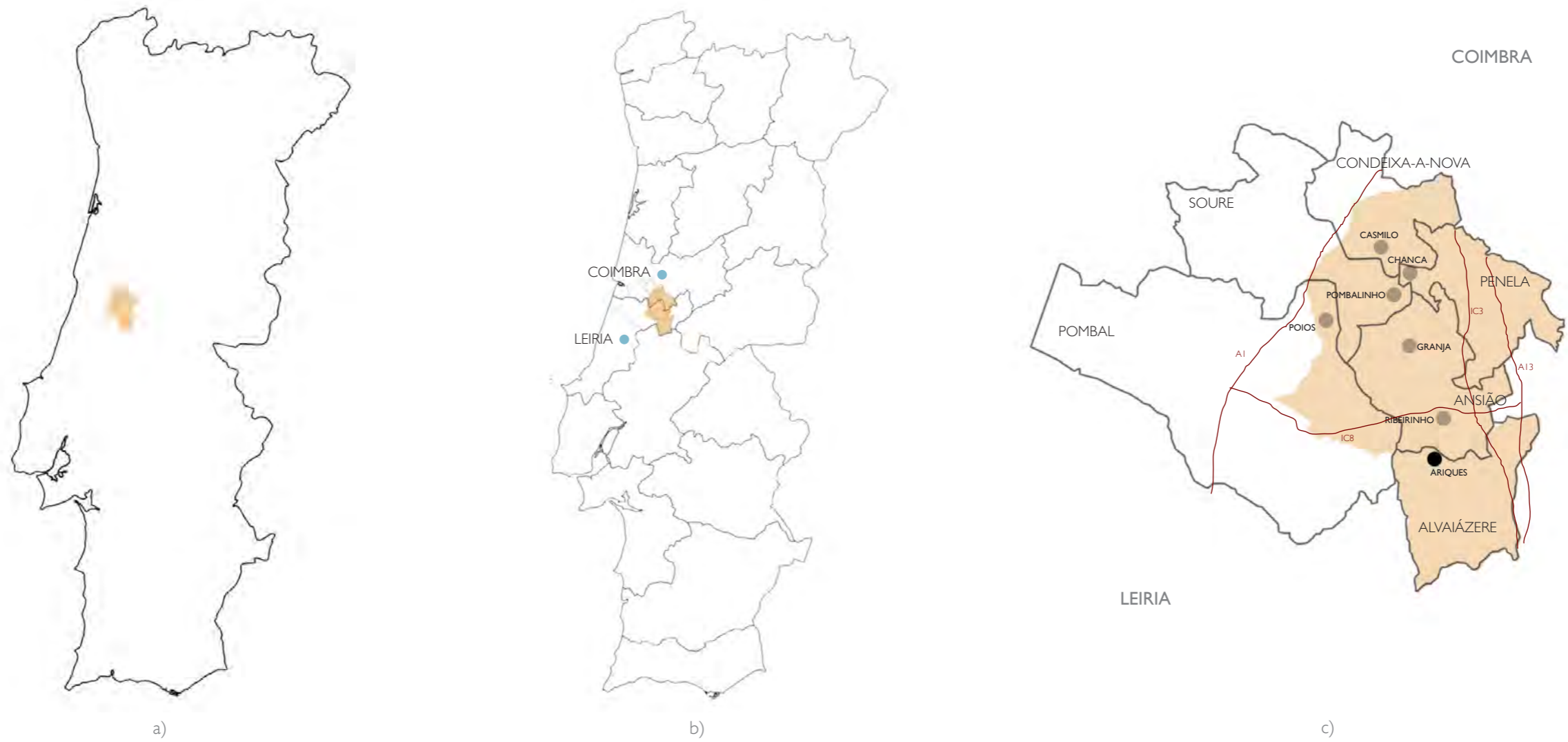


Fig. 15- a) Localização do limite da área de paisagem protegida regional das Terras de Sico (em processo de classificação), em Portugal Continental
 b) Distritos de Coimbra e Leiria
 c) Localização dos seis municípios do território de Sico e as sete aldeias a intervir

2.1 O território de Sicó

No interior, não necessariamente no “interior profundo”, existem áreas que foram vítimas da sua segregação durante muito tempo, como existem outras mais ou menos integradas, próximas de importantes núcleos urbanos e servidas por acessos que podem viabilizar a sua sustentabilidade. Sicó é um território na região centro de Portugal que se divide entre ambas as características.

O nome desta região advém da serra de Sicó, um maciço calcário que se localiza na Beira Litoral, entre Condeixa-a-Nova e Pombal e integra o sistema Montejunto-Estrela. Sicó pertence aos distritos de Coimbra e Leiria, e é intersetado pelo território de 6 concelhos – Alvaiázere, Ansião, Condeixa-a-Nova, Penela, Pombal e Soure.

Apesar de parte deste território se situar próximo do litoral, tem um fraco dinamismo demográfico, com poucos meios de desenvolvimento económico, o que explica que venha a perder população residente desde o final do século XIX, tendência que se intensificou a partir da década de 1950 e que perdura ainda hoje. O movimento migratório levou a uma significativa diminuição da população e ao conseqüente abandono de atividades tradicionais. Assim, o território de Sicó foi envelhecendo e os aglomerados mais pequenos são os que revelam algumas das suas maiores fragilidades, existindo algumas aldeias com muitos poucos moradores, terrenos e edifícios de habitação abandonados, muitos em ruína, criando um quadro geral desfavorável.

Na evolução demográfica das terras de Sicó, praticamente todas as freguesias estão a perder população e dos 6 municípios deste território, apenas Condeixa-a-Nova teve um aumento na sua população entre 2001 e 2019, o que traduz os reflexos da indústria instalada na sede do concelho e, também, as vantagens da proximidade a Coimbra.

Este território apresenta um enquadramento geográfico privilegiado no que diz respeito à proximidade a uma importante rede de eixos rodoviários, com boas ligações municipais, intermunicipais e nacionais, designadamente com autoestradas (A1, A13) e itinerários complementares (IC2, IC3 e IC8). Mas, além desta infraestrutura, as terras de Sicó são ainda servidas, também, pela rede ferroviária, pois o corredor norte/sul atravessa e tem estações em dois municípios das terras de Sicó – Pombal e Soure –, ou seja, a parte oeste deste território.

No seu conjunto, estas infraestruturas garantem um bom nível de integração intraurbana e regional, o que permite fáceis e rápidas ligações internas e com o restante território nacional.

Porém, apesar deste enquadramento favorável no que diz respeito à acessibilidade, Sicó também apresenta desequilíbrios, com partes integradas e dinâmicas de desenvolvimento positivas, e outras em perda e mais afastadas dessas dinâmicas. Além disso, como defende Carlos Silva (2011:m), é um território “rico em patrimónios”, com características marcantes e que formam a identidade de Sicó. A humanização deste território ao longo da história tem marcas antigas, como os vestígios arqueológicos de Conímbriga, Rabaçal, Santiago da Guarda, que tomam as terras de Sicó um território importante, por exemplo, para o conhecimento da história de Portugal desde a



Fig. 16- Ruínas de Conímbriga



Fig. 17- Percursos pela mancha de carvalho cerquinho, Sicó. Setembro, 2021

presença romana. O património natural é também uma força deste território, com uma biodiversidade rica, flora e fauna diversificada. Por exemplo, a maior mancha de Carvalho Cerquinho da Europa, percorre as encostas da Serra do Anjo da Guarda, Alvaiázere, para norte, a par de olivais eazinheiras, vinhas e outras espécies endémicas. Relativamente à fauna, os morcegos estão muito presentes, nas diversas grutas e algares deste território, existindo mesmo uma área junto ao vale do Rio Nabão que é considerada um dos abrigos mais importantes, das diversas espécies, que existem em Portugal. Por sua vez, o património geomorfológico tem sido um dos motores de desenvolvimento do território, tanto a nível educacional como turístico e com muitos visitantes, nacionais e internacionais, que fazem espeleologia e praticam desporto de aventura nas terras de Sicó.

Sicó é um território cársico marcado por diversos fenómenos geomorfológicos, como campos de lapiás, grutas, escarpas e canhões fluviocársicos que atraem muitas pessoas apenas para visitaçã, como para a prática de escalada. Aliás, o desporto de natureza tem mesmo muita importância nas terras de Sicó, pois várias são as atividades desportivas que o maciço, pelas suas características, permite realizar, desde BTT, parapente, pedestrianismo, *trail*, *geocaching* e escalada. Uma das atividades mais notáveis no território de Sicó é mesmo a escalada, segundo Alberto Cruz, Federação Portuguesa de Montanhismo e Escalada (2020), passam cerca de “oito a dez mil pessoas por ano” para realizar esta atividade, podendo por isso ser um motor de desenvolvimento económico e turístico da região.

Sicó caracteriza-se ainda pelo geopatrimónio, o património histórico, património imaterial e o património construído não monumental, resultante da interação do Homem com a paisagem da formação cársica das terras de Sicó, como os muros de pedra seca, as eiras, as construções de água e as várias construções de apoio às atividades agropecuária, todas feitas com calcário. No seu conjunto, estes elementos todos compõem a paisagem cultural de Sicó e formam a identidade dos lugares quando os percorremos.

2.1.1 Património natural e cultural

O maciço de Sicó é um sistema cársico, integrado nas serras calcárias de Condeixa-Sicó-Alvaiázere, como referido anteriormente, como defende Lúcio Cunha (1990:11), o seu património geológico e geomorfológico “...corresponde a uma unidade com características estruturais, geomorfológicas, paisagísticas e mesmo geo-humanas bem definidas...”.

A geografia influenciou diretamente o assentamento humano neste território. As serras e montanhas, sinónimo de barreiras naturais, foram escolhidas pelo Homem para se fixar de forma segura, mas, com o passar do tempo, as zonas mais baixas foram ganhando população. Na Idade Média, as cotas mais baixas ganharam importância e a sua ocupação está associada às soluções de defesa dos limites do território nacional e ao seu próprio povoamento. Nesta época o Mondego era a linha de fronteira mais a sul durante a reconquista, por isso Coimbra tomou-se na grande



Fig. 18- Buracas do Casmilo. Setembro 2020



Fig. 19- Vale do Poio. Setembro 2020

cidade desta região, com uma grande importância estratégica. O governador e moçárabe, D. Sesnando defendeu Coimbra medieval criando um sistema defensivo constituído por vários castelos e torres, que atravessavam a região, de nascente para poente, incluindo a área de Rabaçal, atualmente do concelho de Penela. O património arquitetónico regista este povoamento com muralhas, torres, castelos e igrejas e são exemplo os castelos ainda existentes, Lousã, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Penela, Soure e a atalaia de Buarcos. Mais tarde juntaram-se os castelos de Pombal, Germanelo, Ega e Santiago da Guarda. Todos estes sítios foram muito importantes na época da reconquista cristã e, desse modo, estão envolvidos na criação de uma nacionalidade. Assim, mesmo tendo perdido a sua função de defesa, a sua história e arquitetura continuam a ser importantes para se compreender este território e a sua ocupação.

A esta estratégia de defesa, estava associado povoamento desta fronteira que explica o surgimento de novas povoações, em zonas mais baixas do território.

O território destaca-se por várias características que lhe são intrínsecas, como o seu relevo, desde grandes a pequenas altitudes e alguns vales, a sua natureza litológica, diretamente relacionada com o calcário, o geopatrímónio, diretamente ligado a processos de carsificação que conferem ao Maciço de Sicó escassez de água à superfície e caracterizam, assim, o seu património hifrológico. Por isso, as grutas e algares são alimentadas por cursos de água subterrâneos, provocando exurgências tão características nos maciços de calcário, sendo exemplo desse fenómeno no caso de Sicó a exurgência de Alcabideque ou a exurgência Olhos d'água do Anços.

São sete os geossítios que se distribuem por diversos pontos de Sicó. No município de Condeixa-a-Nova, temos Maria Pares, os Tufos de Condeixa e Vale do Rio dos Mouros e as Buracas de Casmilo. Por sua vez, no de Ansião existe o Transversal Ateanha-Dueça, o início do enchimento da Bacia Lusitânia e o deslizamento sin-sedimentar da Ateanha, que marca a evolução tectónica meso-cenozóica da margem ocidental ibérica. Por fim, no município de Pombal existem as nascentes de Anços e Vale dos Poios, que são sistemas cársicos. Existe ainda uma série de cavidades que se destacam pela sua beleza singular, nas quais se incluem a escarpa da falha da Sra. da Estrela, o canhão cársico do Vale do Poio Novo, o canhão cársico do Rio dos Mouros e o pequeno canhão do Vale da Mata.

No território de Sicó existem diversos habitats ricos em biodiversidade que cobre as encostas de serra e estão diretamente associados ao substrato calcário.

De acordo com Joana Seixas (2016:67), a maior mancha de Carvalho-Cerquinho (*Quercus Faginea Broteroi*) da Europa localiza-se em Sicó, no Parque Ecológico Intermunicipal de Algarinho (Penela) -Gramatinha (Ansião) – Ariques (Alvaiázere), que tem cerca de 30 mil hectares, e integra a Rede Natura 2000. Grande parte desta mancha encontra-se no concelho de Alvaiázere, e integra outras espécies que contribuem para a riqueza biológica deste território, nomeadamente a Azinheira (*Quercus Rotundifolia*), o Sobreiro (*Quercus suber*), a oliveira (*Olea europea*) e o Carrasco



Fig. 20- Carvalho-cerquinho,
Quercus Faginea Broteroi



Fig. 21- Azinheira
Quercus Rotundifolia



Fig. 22- Rosa Albardeira,
Paeonia broteroi



Fig. 23- Orquídea selvagem
Orphrs tenthredinifera

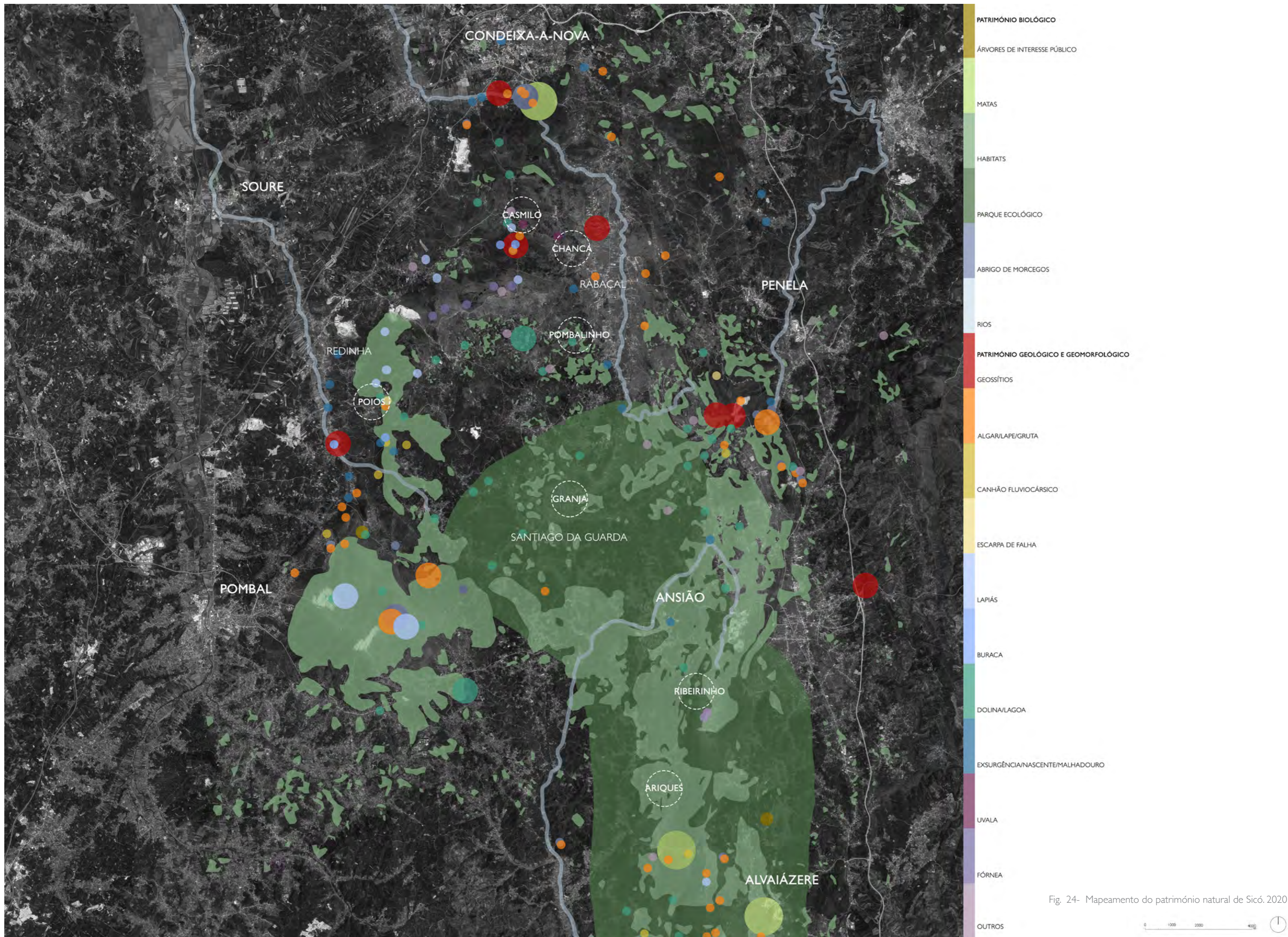


Fig. 24- Mapeamento do património natural de Sicó. 2020

(*Quercus coccifera*). Para além destas árvores de grande porte, a serra de Sicó tem presente as orquídeas silvestres, uma espécie muito abundante na zona, *Ophrys lutea*, *Orchid morio*, *Orchid mascula*, *Orphrys tenthredinifera*, entre outras e ainda outras espécies, como a *Paeonia broteroi*, a *Scrophularia Grandiflora*, a *Silene Longicilia*, a *Narcissus Calcícola* e a *Arabis Sadina*.

Encontram-se presentes ainda *habitats* rupícolas, associados a afloramentos rochosos e lajes calcárias, e *habitats* ripícolas, relacionados com as margens de rios e linhas de água que atravessam o território de Sicó – Nabão, Mouros, Dueça e Anços – e onde temos a presença de choupos, salgueiros brancos e bosques de amieiros ou freixos. No que respeita à fauna, destaca-se a lampreia-de-riacho, no rio Nabão, e também sobressai a colónia de morcegos-de-peluca (*Miniopterus Schreibersii*) em *habitats* rupícolas, que é a maior do país, e também colónias de morcego-de-ferradura-grande (*Rhinolophus ferrumequinum*) e de morcego-rato-grande (*Myotis myotis*) em [*habitats* rupícolas].

O maciço de Sicó é atravessado por uma vasta e diversificada oferta de rotas e trilhos que proporcionam o contato com o património natural, designadamente percursos pedestres, caminhos de peregrinação e trilhos de desportos de natureza que permitem conhecer o território de Sicó e a matriz de valores sociais e culturais que compõem a sua paisagem cultural.

Os bens que integram o património cultural, arquitetónico e arqueológico também são numerosos e diversificados, retratando séculos de ocupação, desde a romana, já referida, aos pequenos aglomerados com origens na Idade Média, igrejas, capelas, moinhos e ainda edificado vernacular. No património arqueológico destacam-se Conímbriga, a *Villae* Romana do Rabaçal e o abrigo com gravuras rupestres no Vale do Poio Novo.

Por sua vez o património vernáculo marca todo o território e aldeias de Sicó, através de eiras, casas da eira, muros de pedra seca, currais, habitações, poços e reservatórios de água com sistema de recolha de águas pluviais que registam bem a escassez de recurso e o pragmatismo usado para a sua recolha. São, todas, arquiteturas construídas com pedra calcária que se relacionam com o património imaterial, os sabores de Sicó, os produtos endógenos e a gastronomia e justificam a criação da RAC pela Terras de Sicó e os seus municípios parceiros, criando assim a marca “calcário”.

Sicó apresenta, então, muitos elementos de interesse científico, sociocultural e económico, tanto relativos ao património cultural imóvel, como ao património geomorfológico e biológico. Deste, importa salientar que algumas destas espécies encontram-se vulneráveis devido à falta de medidas de prevenção contra incêndios florestais que significam, em grande medida, falhas ao nível da gestão ambiental.

Assim, aos impactos decorrentes de problemas na gestão ambiental, somam-se os que resultam do pouco cuidado por parte dos visitantes e que infelizmente contribuem para a destruição de *habitats*. Deste modo, é fundamental acrescentar a este território programas de proteção e



Fig. 25- Muros de pedra seca, aldeia do Pombalinho. Setembro, 2020



Fig. 26- Moinho de vento do Outeiro, Ansião. Setembro, 2020

conservação, seja no âmbito do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), seja no âmbito de parcerias entre os municípios das terras de Sicó, e/ou entre estes e o ICNF.

Sendo Sicó um território tão diferente, com tanta diversidade, porque é que se encontra deprimido? Se as ações que têm sido levadas a cabo ao longo das últimas décadas não conseguiram inverter as suas perdas, nomeadamente de população, como podemos reforçar a integração do seu sistema urbano, nomeadamente da sua rede de aldeias? Poderá o património natural, juntamente com a arquitetura, contribuir para as soluções necessárias? A sua associação poderá criar uma nova ruralidade que reforce a atratividade destes lugares? E que estratégias poderão ser criadas para que estes casos contribuam para o desenvolvimento integrado do(s) território(s) em que se localizam?

2.1.2 Comunidade, comunidade científica, turismo

Sicó tem recursos assinaláveis quando se fala de património natural e cultural, o que nos liga diretamente às pessoas, tanto a quem habita neste território como quem o visita. Porém, é a comunidade local que pode desempenhar um papel estratégico no desenvolvimento e integração do maciço de Sicó. De facto, é a partir dela, e com ela, que os diversos valores associados ao património de Sicó e que formam a identidade e memória dos lugares, podem ser cabalmente compreendidos enquanto parte da sua história, seus costumes e tradições, tanto por quem visita este território, como por quem com ele se relaciona ou venha a relacionar de algum modo no futuro. Significa isto que o reforço da coesão territorial e social do território de Sicó, passa por integrar os diferentes atores e programas que visam o desenvolvimento das aldeias da RAC. Por isso, é essencial o contacto de visitantes com a comunidade local, seja esses visitantes turistas, peregrinos, cientistas ou quaisquer pessoas que procurem desfrutar deste território, de modo a promover, mas ao mesmo tempo preservar os recursos e valores do território.

Como é que através do património natural se consegue atrair novas pessoas? Para isso, que meios são necessários e que atores devem ser envolvidos?

Naturalmente é necessário envolver entidades públicas da tutela do ambiente. Mas essas sempre o estiveram desde que existem. Também as associações cívicas podem e têm de ser envolvidas. Por fim, pode e deve ainda ser envolvida a comunidade científica, tendo esta um papel fundamental a desempenhar nos destinos do território, em particular destes territórios rurais. Sendo assim, quais são os contributos que todos estes atores têm dado? Não poderão esses ser repensados de forma a multiplicá-los?

A comunidade científica está diretamente relacionada com o património natural e cultural de Sicó, ou seja, com a paisagem cultural de Sicó, o que nos remete para as ligações entre a ciência e o território. Esta é uma questão central neste projeto, pois nele se defende que é através da comunidade científica que se pode promover a interação academia/comunidade local e assim criar

bases para a concretização de várias linhas de ação da estratégia global para a RAC, elaborada pela turma de Atelier de Projeto IIC.

Desde logo, tem sido desenvolvida, há tempo, investigação sobre Sicó relacionada com a geografia física e humana, a história, a biodiversidade e saúde e bem-estar. Muita da investigação tem proporcionando conhecimento que pode servir de base à tomada de decisões por parte das autarquias ou de investidores particulares. É investigação que tem por base, o suporte físico do território, as atividades que nele estão instaladas, o património, as pessoas. Mas é também investigação levada a cabo sem que a *academia* se fixe no território, sem estabelecer relações diretas e duradouras com a comunidade local e outros atores atuantes nas terras de Sicó.

Ora o projeto desta dissertação defende, precisamente, que além de ser sobre Sicó, a investigação também deve ser feita em Sicó, ou seja, estar no terreno é fundamental para produzir conhecimento integrado, conhecimento relacional, articulado com os saberes locais.

As intervenções integradas, como pretende ser exemplo o projeto de arquitetura defendido nesta dissertação, podem ter efeitos multiplicadores através da capacitação das comunidades e o reforço da sua autoestima, da valorização do território (através do *marketing*) e ainda de interfaces com outros atores do território, sejam eles escolas, empresas ou associações.

Na verdade, estas interfaces são o que melhor pode multiplicar os efeitos e impactos do conhecimento científico na comunidade local, e isso tanto pode incluir visitas de estudo de estudantes de diferentes níveis de ensino ou mesmo da educação pré-escolar, como a interação direta entre empresas locais e investigadores, neste caso da Universidade de Coimbra e dos Institutos Politécnicos de Coimbra e de Leiria, que são os principais e mais próximos centros de ciência.

Por fim, o turista, que foi e será sempre uma das grandes apostas para a valorização do interior e dos territórios de baixa densidade, como é Sicó, sendo fundamental para a sustentabilidade das atividades neles instaladas. Porém, se o turismo for visto como uma atividade isolada, verá limitados os seus contributos para o desenvolvimento integrado dos lugares visitados. Assim, entende-se que o turismo não pode ser pensado como uma atividade apenas relacionada com o recurso visitado e com alojamento, mas antes uma atividade diversificada, que permita ao turista ter contactos e experiências que lhe proporcionem um entendimento da significância cultural de cada recurso, ou seja, com toda a matriz de valores culturais e sociais de cada recurso. No fundo, pensar o turismo como experiência e não apenas como vista passiva.

Intensificar as relações comunidade local/comunidade científica/turismo produz resultados vantajosos para o território. O seu funcionamento em conjunto permite promover novas formas de desenvolvimento, criando novas conexões entre o território, articulando medidas e programas de políticas setoriais e iniciativas das mais variadas atividades, onde a comunidade acolhe o visitante, envolvendo-o assim nos projetos. A arquitetura, na concretização destas relações, deve ser exemplar e as intervenções devem valorizar o património e envolvente, permitindo a criação de



Fig. 27- Edifício na aldeia de Chanca. Setembro, 2020.

espaços que possibilitem um novo olhar sobre o existente, um olhar cuidado que intensifique as relações do turista/comunidade/investigador com o lugar.

2.2 Arquitetura do território cársico de Sicó

O território, a paisagem e as comunidades variam de região para região e estão diretamente relacionadas com a geografia e com a arquitetura de cada lugar. No território de Sicó, por ter origem num processo cársico, o calcário predomina na paisagem, seja de formas naturais e visíveis em fenómenos como as lapiás, as buracas e os canhões fluvio-cársicos, não aparentes, como em grutas e algares, seja através da arquitetura de casas, apoios de agro-pecuária, construções da água ou muros de pedra seca, tão característicos deste território. Neste capítulo é feita uma caracterização da arquitetura de Sicó, tendo por base a análise e a discussão começada no século XX, essencialmente por arquitetos, relativamente à arquitetura popular e aos valores que encerra.

A arquitetura portuguesa sempre teve influências e referências exteriores, esta designou-se, como diz João Leal (2011, 70), uma arquitetura “popular, regional, rural, tradicional, vernácula, espontânea, sem arquitectos...”. A arquitetura vernácula encerra diversos valores, que estão ligados de forma intrínseca às características dos lugares, a uma identidade local, tendo relações entre Homem, natureza e o local. Ela é uma resposta pragmática e eficaz às necessidades do Homem, adaptada e envolvida com o contexto, sendo uma construção que utiliza materiais naturais e na maior parte das vezes locais. Para além das características, estas construções vernáculas não são apenas uma resposta funcional a diferentes necessidades do Homem, esta também são espaços de comunidade, formam a identidade de um lugar, assente na partilha de saberes e tradições.

A arquitetura *popular* é fundamental na compreensão da arquitetura portuguesa, original, que respondeu a necessidades das comunidades ao longo dos séculos com a sua expressão vernacular. Como defende João Leal (2011, 70-71), ela não “...tem autoria individual: o povo é o seu autor colectivo. Não é urbana, mas predominantemente rural. Está mais próxima da natureza, com a qual -nos casos mais felizes- se chega a fundir. Tem uma relação peculiar com a história: é estática. Sendo umas coisas e não sendo outras, o popular é sobretudo autêntico, é genuíno, é espontâneo.”.

Este olhar para a arquitetura *popular* ou com outras diferentes designações trouxeram a necessidade de discutir a arquitetura e a casa portuguesa. Foram diversas as abordagens que surgiram, durante o século XX, à chamada arquitetura *popular*, abordagens essas dominadas por posições e estudos pessoais, abordagens mais plurais, pluridisciplinares e/ou sem pré-conceitos, como as presentes nos inquéritos feitos sobre a arquitetura popular. Raul Lino, Fernando Távora e Keil do Amaral foram os principais atores na descoberta da arquitetura *popular* portuguesa.

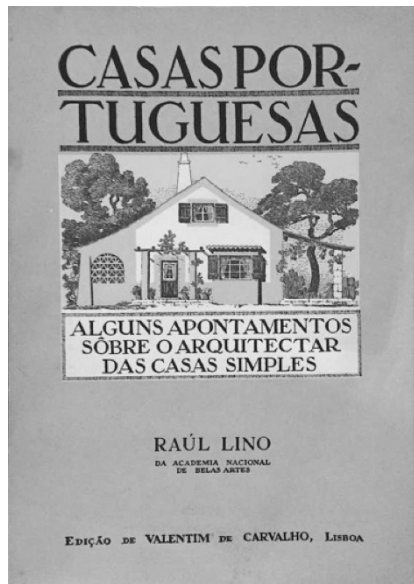


Fig. 28- Capa do livro *Casas Portuguesas* de Raúl Lino

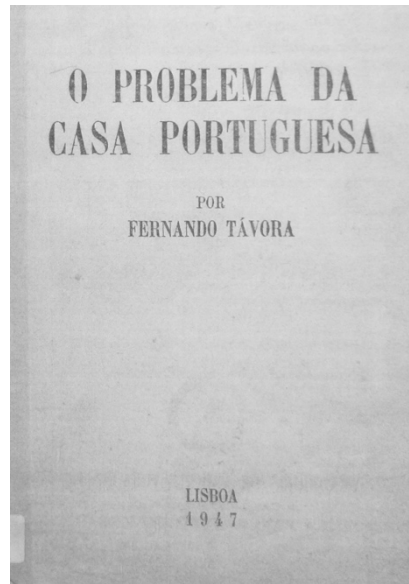


Fig. 29- Capa do livro *O problema da casa portuguesa* de Fernando Távora



Fig. 30 e 31- Capas do livro *Arquitetura Popular em Portugal* (volume 1 e 2)

O Inquérito à Habitação Rural, 1930-1940, promovido pelo Senado da Universidade Técnica de Lisboa, procurou perceber as condições das habitações rurais, para que a partir desse levantamento se conseguisse melhorar essas mesmas condições.

Mais tarde, Raul Lino, um dos iniciantes na discussão da arquitetura popular portuguesa do século XX, com o movimento da *Casa Portuguesa*, pretendeu perceber e defender uma identidade cultural e uma tradição construtiva, baseadas numa forte relação entre Homem e Natureza. Fernando Távora, em 1945 escreve *O problema da Casa Portuguesa*, onde aborda a necessidade de modernização da arquitetura portuguesa e de um estudo da arquitetura popular. Mais tarde, foi feito o *Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal*, promovido pelo sindicato Nacional dos Arquitetos.

O movimento da Casa Portuguesa surgiu nos finais do século XIX, com uma série de arquitetos e outros profissionais que defendiam a existência de um tipo de habitação popular portuguesa e ainda a institucionalização de um formulário arquitetónico, que se enquadrasse com as exigências do moderno, tendo sempre em atenção as características desta arquitetura portuguesa.

Em 1947, num artigo intitulado "*Uma iniciativa necessária*", Távora e Keil de Amaral, defenderam a necessidade de um inquérito à arquitetura popular portuguesa, de modo a recolher e sistematizar informação da arquitetura diferentes regiões do país. O Inquérito Arquitectura Popular Portuguesa é o resultado de um processo iniciado em 1955 e publicado em 1961, levado a cabo por uma série de arquitetos, organizados em seis equipas que se dedicaram ao estudo das diferentes áreas do país.

Estes momentos foram e continuam a ser importantes na pesquisa e reflexão da arquitetura popular. A partir deles perceberam-se as condições e particularidades de uma outra arquitetura, a arquitetura do rural. Com estes estudos, foi possível aprofundar a criação de propostas para um diálogo ente a arquitetura vernácula e a arquitetura moderna.

Apesar dos esforços em mapear a arquitetura popular em Portugal, as terras de Sicó são um grande vazio nos inquéritos feitos até hoje. Com esta dissertação e o conjunto das dissertações desenvolvidas no âmbito da iniciativa *De volta ao rural...*, pretende-se refletir e valorizar o vernáculo de Sicó, defendendo assim boas práticas de valorização das principais características da arquitetura popular de Sicó.

A arquitetura cársica de Sicó, como a chama Raimundo Mendes da Silva (2020), é caracterizada por duas palavras-chave: "diversidade e coerência". A construção antiga em pedra, como se sabe, é muito habitual, mas, ao mesmo tempo, toda ela é diferente de região para região no território português.

Sicó é conhecida pelas suas paisagens cársicas, como já dito. Os principais materiais usados na construção são a pedra e a madeira, nas estruturas, pavimentos e divisórias interiores, e a terra,



Fig. 32- Campos de estudo nas aldeias da RAC. Outubro, 2021



Fig. 33- Visita à aldeia da Chanca. Setembro, 2020



Fig. 34- Identificação de diversos momentos da arquitetura vernácula, nas habitações em Sicó (conjunto de imagens recolhidas nos campos de estudo nas aldeias da RAC)

nas juntas de assentamento e alguns rebocos, a cal, a cerâmica, nos telhados, e o vidro e o metal em acessórios.

As construções principais são, como não deixa de ser natural, casas de habitação, embora muitas integrem uma série de construções de apoio às atividades agropecuárias que funcionam em conjunto. Exemplo disso são as casas de eira, as eiras, currais, e demais construções dedicadas à agricultura, como os poços, reservatórios de água e os muros de pedra seca. Elementos esses que estão diretamente interligados, devido à sua funcionalidade e organização e no caso de Sicó devido à “marca calcário”, presente em todas estas construções.

Este é um território onde se percebe a coerência interna da arquitetura e da sua relação com o contexto, mas também a sua diversidade. Todos os sítios têm as suas especificidades, a arquitetura e o urbanismo traduzem-nas no território, tornando-se este o suporte físico para as diferentes formas de construção e as diferentes vivências das pessoas.

As habitações do território de Sicó são contruídas com materiais locais, as paredes estruturais são de pedra de calcário e chegam a ter cerca de cinquenta/sessenta centímetros de espessura, são rebocadas, na maioria das vezes, sendo apenas as construções de apoio com alvenarias de pedra à vista.

As casas têm um ou dois pisos. No segundo caso, o piso térreo é normalmente destinado a espaços para arrumação e currais, enquanto no piso superior se distribuía a habitação propriamente dita, tendo acesso na maioria das vezes pelo exterior, por umas escadas de pedra. Nestes casos são comuns os casos em que o terraço de acesso à casa é simultaneamente o reservatório das águas da chuva.

O telhado das habitações, normalmente com duas a quatro águas, era revestido por telha de aba e canudo e suportada por asnas e travamentos de madeira. No interior, as poucas paredes divisórias não estruturais erguem-se em tabique, mostrando a simplicidade da organização espacial.

No exterior, os alçados são cuidados, com vãos pequenos, mas ornamentados, com as molduras de pedra, nas portas e janelas, e frisos dos beirais. Para além das molduras e frisos destacam-se também as chaminés sempre com grande presença, e os beirados, por vezes prolongados com lajetas de pedra.

Para além das habitações, a região de Sicó tem também outro tipo de edificado vernáculo digno de nota, destinado ao apoio agrícola e a espaços de costumes da comunidade, como é o caso as eiras e casas de eira falado anteriormente.

As casas da eira, construções destinadas à seca e armazenamento dos cereais, têm telhados de duas águas e paredes em alvenaria de pedra à vista, frequentemente com aparelhos cuidados, sobretudo nos cunhais e no emolduramento das portas. Existem ainda as construções da água, poços e reservatórios e moinhos de vento. Em Ansião, no monte do Outeiro, foram contruídos e recuperados exemplares de planta circular, contruídos de madeira de carvalho-cerquinho e com



Fig. 35- Habitação em Casmião. Setembro, 2020



Fig. 36- Identificação de diversos momentos da arquitetura vernácula, edificados de apoio agrícola e espaços de apoio à comunidade e a costumes de Sicó (conjunto de imagens recolhidas nos campos de estudo nas aldeias da RAC)

rodas de pedra calcária, assentes numa calha circular, de modo a permitir que rodem consoante a direção do vento.

Por fim, os muros de pedra seca, contruídos com o principal objetivo de divisão de terras agrícolas e à custa do despedramento dos próprios terrenos, para viabilizar a sua utilização agrícola.

A autenticidade radica nas relações intrínsecas com o contexto e é importante, por isso, que a arquitetura seja entendida como parte integrante de um conjunto, de um lugar, da sua história, das pessoas e dos saberes que transportam consigo, sejam os moradores ou outras pessoas que se relacionem ativamente com esse mesmo lugar por diferentes motivos, desde laborais a científicos. É necessário introduzir neste território as questões da contemporaneidade, pensá-lo de modo que responda à transformação da sociedade e que consiga trazer novas pessoas, com novos interesses, com hábitos e costumes diferentes.

Deste modo, emergem diversos desafios no planeamento deste território e um dos mais sensíveis é a compatibilização entre a transformação necessária do edificado, de modo a dar resposta às exigências funcionais atuais, e a salvaguarda das características que lhes conferem valor.

Assim, como podemos revitalizar as aldeias e valorizar o seu património edificado? Como trazer a vivência contemporânea e assegurar a sustentabilidade para esta arquitetura, seja ela a do edificado como o do espaço exterior?

Nas últimas décadas do século XX, emergiu no âmbito da UNESCO o conceito de *paisagem cultural*, significando precisamente que cada lugar é o resultado de uma interação entre o ambiente natural e as atividades do homem ao longo do tempo. Na verdade, trata-se de uma categoria específica de um bem possuidor de valor cultural e/ou natural, integrada, em 1992, nas orientações técnicas para a aplicação da Convenção do Património Mundial. Para esta dissertação, importa apenas ter em conta que este conceito traduz uma evolução das teorias, doutrinas e políticas do património, no sentido de se considerar que, quando relativo à arquitetura e/ou aos núcleos urbanos, independentemente da sua dimensão, não diz respeito apenas ao edificado, ao construído, mas também ao ambiente em que se integra e ao modo como se interrelaciona.

É uma evolução que atravessa todo o século XX, desde 1931, ano da publicação da Carta de Atenas para o Restauro de Monumentos Históricos, em que o conceito de património era limitado aos monumentos, excluindo as eventuais relações com o meio natural e apenas se referindo ao contexto envolvente dos monumentos para defender que “...deve ser objeto de cuidados particulares”. Apenas em 1962, numa conferência geral da UNESCO, foi adotada a *Recommendation concerning the Safeguarding of Beauty and Character of Landscapes and Sites*, onde, pela primeira vez, foi defendido o conceito de património natural ligado ao património arquitetónico.

Depois de anos de discussão dos valores associados ao património arquitetónico e urbano, surge, foi adotada em 2011, a Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana que defende um

método/abordagem para a salvaguarda do património arquitetónico e urbano, que se caracteriza (entre outros aspetos): pela defesa da ideia de integração e pela admissibilidade da transformação ou, pelo menos, por não defender de forma intransigente a preservação estrita do edificado patrimonializado.

Em Portugal, o reconhecimento da importância do património natural e a adoção de políticas para a sua proteção tem poucas décadas. Por isso, também tardado a vulgarização de um entendimento integrado do património arquitetónico, nomeadamente em contexto rural ou menor densidade de urbanização. Na verdade, a questão do património natural surgiu na linha das preocupações da proteção do meio ambiente e, durante um longo período, a visão mundo rural, isto é, para os territórios dominados pelo espaço natural, assentava no seu carácter produtivo agrícola. Sendo assim as estratégias que se seguiram passaram pela valorização e preservação da floresta, colocando em discussão o ambiente.

Em 1918 cria-se o primeiro Ministério da Agricultura, tendo como missão inicial o fomento do "...ensino da agricultura, promover e auxiliar o desenvolvimento das indústrias agrícola, florestal e pecuária, assegurar a higiene e sanidade pecuária, estudar as condições económicas naturais do meio regional, e divulgar esses estudos, bem como todos os princípios úteis à agricultura."⁸ Mais tarde em 1948, criou-se a organização Liga para a Proteção da Natureza (LPN), pioneira na conservação da natureza da Península Ibérica. Mas apesar deste esforço na criação de políticas ambientais, as fragilidades da paisagem natural foram-se intensificando, sobretudo no que diz respeito às áreas florestais, como infelizmente ficou demonstrado nos anos mais recentes. país

Com a consciência ecológica a crescer em todo o mundo, em 1970 a LPN surgiu com a Lei de Conservação da Natureza, que estabelecia a criação de áreas protegidas, sendo em 1971 que surge a primeira área protegida em Portugal, o Parque Nacional da Peneda-Gerês. Porém, apenas nas décadas de 1980 e 1990 começaram a surgir medidas de proteção de natureza suportadas por quadros legislativos próprios e em articulação com outros regimes jurídicos dedicados ao ordenamento do território. Criam-se Planos de Ordenamento do Território, a Reserva Ecológica Nacional (REN), a Reserva Agrícola Nacional (RAN), áreas indispensáveis à estabilidade ecológica do meio e à utilização nacional dos recursos naturais, tendo e conta o correto ordenamento do território. Surge ainda distinção de Parques e Reservas Naturais (1971-2005), uma Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) e a Rede Natura 2000, uma rede europeia de áreas protegidas pela sua relevância em termos de *habitats* e de espécies selvagens, raras, ameaçadas e

⁸ Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas. Secretaria-Geral. -Inventário dos documentos históricos da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas. Lisboa; Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, 2002, Outubro. 468 p. Acessível no IAN/TT, IDD (L 690).

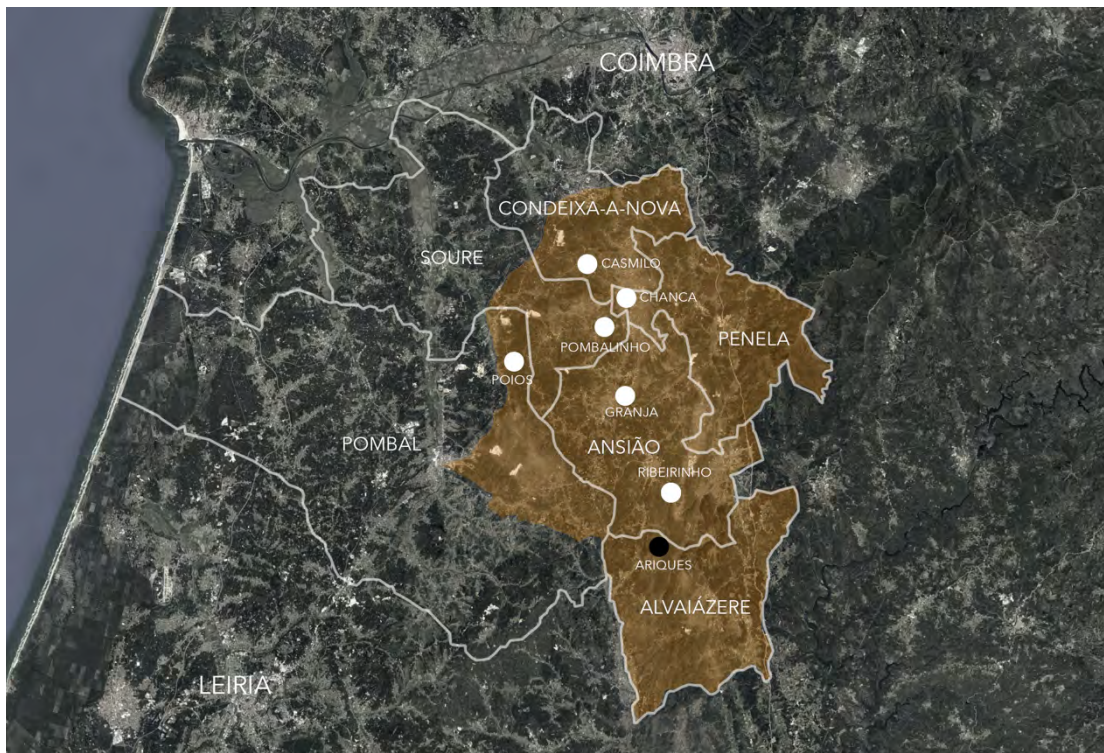


Fig. 37- Seis municípios parceiros da associação Terras de Sico e as aldeias da RAC.

vulneráveis. Em 1985 nasce a Quercus- Associação Nacional de Conservação da Natureza, e já no século XXI, em 2012 surge o Instituto para Conservação da Natureza e Florestas (ICNF).

Em Sicó os instrumentos de gestão territorial atuantes no território de Sicó, designadamente os PDM dos seis municípios envolvidos na RAC, integram as diversas medidas de proteção que foram sendo criadas ao longo do tempo, nomeadamente, no Maciço de Sicó, zonas de proteção especial (ZPE), sítios de importância comunitária (SIC) e zonas especiais de conservação (ZEC) e, também, o Sítio Sicó-Alvaiázere⁹ da Rede Natura.

A arquitetura vernácula relaciona-se intrinsecamente com as características do território e vivências das pessoas e comunidades que a contruíram. Assim, com uma visão contemporânea, como é que conseguimos respeitar e valorizar esta sintonia arquitetura-lugar, no contexto de um novo rural? Como deve o arquiteto posicionar-se perante as pré-existências nestes espaços?

O projeto desta dissertação pretende ser o ensaio destas respostas, concretizando através da arquitetura, espaços que valorizem o existente, mas que ao mesmo tempo sejam uma reposta contemporânea. Tomando-se assim a arquitetura numa âncora da preservação e valorização do território, através da reabilitação, da construção nova e da paisagem envolvente. Com estes pontos consegue-se criar um diálogo com a identidade e a memória da aldeia de Ariques, concretizando-se numa arquitetura mais próxima das pessoas, da comunidade, do visitante e do investigador.

2.2.1 Rede de Aldeias do Calcário

No interior, são muitos os municípios que procuram valorizar os seus atributos, tanto para atraírem turistas, como para a fixarem a população e assim, contribuir para a sustentabilidade dos seus territórios. Inseridas nas terras de Sicó, existe um conjunto numeroso de aldeias cujo edificado mais antigo regista diferentes modos de ocupação do território e de organização das comunidades que nele se instalaram ao longo do tempo. Além disso, também registam uma cultura arquitetónica e técnicas de construção, como referido no capítulo anterior, que não mereceram ainda um estudo sistemático como o realizado no âmbito do *Inquérito à Arquitectura Popular Portuguesa*.

De modo a promover novas formas de desenvolvimento do território de Sicó, nomeadamente com a criação de novas atividades económicas e sociais, foi criada em 1995 uma associação de desenvolvimento local, a Terras de Sicó, tentando dar uma resposta mais alargada às atividades da ADSICÓ - Associação de Municípios da Serra de Sicó, criada em 1988. A Terras de

⁹ Sítio Sicó-Alvaiázere: este é um "...sítio muito rico em fitodiversidade devido ao predomínio de substratos calcários nos quais se desenvolvem comunidades de orquídeas. É uma zona de Portugal onde abundam os bosques de *Quercus faginea* ssp. *Broteroi*. Comunidades rupícolas com espécies prioritárias e uma rede de grutas", com uma área de cerca de 31 678 ha.

Sicó nasceu com o principal objetivo de criar estratégias de desenvolvimento local e das populações, concentrando a sua ação na valorização do território e dos recursos endógenos.

Esta associação tem como parceiros os 6 municípios que criaram a ADISCÓ – Condeixa-a-Nova, Penela e Soure, do distrito de Coimbra, e Ansião, Pombal e Alvaiázere, do distrito de Leiria– e atua com a criação de ligações de proximidade com a população e os atores do território, para promover e implementar iniciativas para a revitalização e dinamização do rural.

A ação da Terras de Sicó desenvolve-se com base em quatro grandes eixos de intervenção:

- I. Valorização de produtos endógenos;
- II. Território enquanto destino turístico;
- III. Eixo de requalificação dos recursos humanos e inovação;
- IV. Cooperação territorial e transnacional.

Estes eixos de intervenção têm como principais objetivos a proteção da floresta e dos solos agrícolas; a qualificação de espaços para receber os turistas, com base na reabilitação do património; a criação de ações de formação e, por fim, a criação de projetos que envolvam outras associações e outros territórios.

As características deste território e a vontade de criar novos projetos que o dinamizem deram azo à criação de um Plano Integrado de Intervenção intitulado Rede de Aldeias do Calcário: 6 Aldeias, 12 Experiências (RAC) e, ainda, uma candidatura ao programa *Valorizar – Programa de Apoio à Valorização e Qualificação do Destino*¹⁰.

A RAC insere-se numa estratégia de desenvolvimento que também integra, entre outros projetos, dois processos da valorização da paisagem cultural que estão em curso, um no sentido de classificar as terras de Sicó com uma Área de Paisagem Protegida Regional, o outro visando a inscrição dos muros de pedra seca na lista de património cultural e imaterial da humanidade da UNESCO. Estes projetos deverão contribuir para a consolidação do território como destino turístico, mas, também, para a proteção e valorização das forças do território.

A rede integra 12 aldeias e o plano deverá ser implementado em duas fases, cada uma envolvendo 6 aldeias, uma de cada município parceiro da Terras de Sicó. A primeira fase integra as

¹⁰ Este programa foi estabelecido através do Despacho Normativo n.º 9/2016, de 28 de outubro. Integra a *Linha de Apoio à Valorização Turística do Interior*, destinada a apoiar iniciativas e projetos com interesse para o turismo e que promovam a coesão social e económica. Respondendo aos objetivos deste programa, a Terras de Sicó pretende, com o Plano Integrado de Intervenção RAC, promover a qualificação do destino turístico “Sicó”, através da “...criação de novas experiências/serviços turísticos com enfoque na valorização do património natural e cultural deste território, e dos seus recursos endógenos, ancorada no contexto diferenciador existente e na sua capacidade de oferecer um produto turístico integrado e que contribui para o enriquecimento pessoal dos seus visitantes e para a adoção de hábitos mais saudáveis e sustentáveis através do conhecimento de produtos de época, práticas tradicionais, do “saber fazer” e de uma ligação forte homem-natureza.” (Terras de Sicó, 2019:3-4)

aldeias de Ariques (Alvaiázere), Poios (Pombal), Granja (Ansião), Casmilo (Condeixa-a-Nova), Chanca (Penela) e Pombalinho (Soure), e são objeto de uma estratégia de reabilitação que está a ser desenvolvida pelos seis municípios, através da empresa Território XXI, e neste momento tem delimitadas, para cada aldeia, Áreas de Reabilitação Urbana de acordo com o Regime Jurídico da Reabilitação Urbana¹¹.

Com o objetivo de densificar e complementar esta estratégia de reabilitação, o conjunto de estudantes do Seminário *De volta ao rural ou como reforçar a coesão da cidade regional?* elaborou uma estratégia de desenvolvimento integrado para este conjunto de aldeias, ao qual se juntou, durante os trabalhos, a aldeia de Ribeirinho, do concelho de Ansião, inicialmente prevista pela Câmara Municipal de Ansião para integrar a RAC, mas preterida em função de Granja.

A estratégia desenvolvida pelos estudantes configura as aldeias da RAC como Polos Multifuncionais, Aglutinadores Sociais e Centros de Saber e Experiência e procura cumprir um conjunto de objetivos através de seis eixos de intervenção:

- I. Criar sinergias e promover a multifuncionalidade;
- II. Reforçar e capacitar o associativismo
- III. Valorizar o espaço público
- IV. Potenciar a sustentabilidade e o bem-estar da população
- V. Valorizar o património cultural e natural
- VI. Desenvolver o turismo.

É uma estratégia que pretende a valorização do património natural e a preservação da biodiversidade, um grande atrativo da região, integrando estas seis aldeias da RAC. Com a proposta realizada através deste caso de estudo, o rural insere-se no conceito de proatividade, liga-se mais com as pessoas, com as organizações, com universidades e centros de investigação, escolas, com a comunidade local, e no fim, reforça a atratividade e a autoestima da aldeia.

¹¹ Aprovado com o Decreto-Lei n.º 307/2009 de 23 de outubro e alterado com a Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto





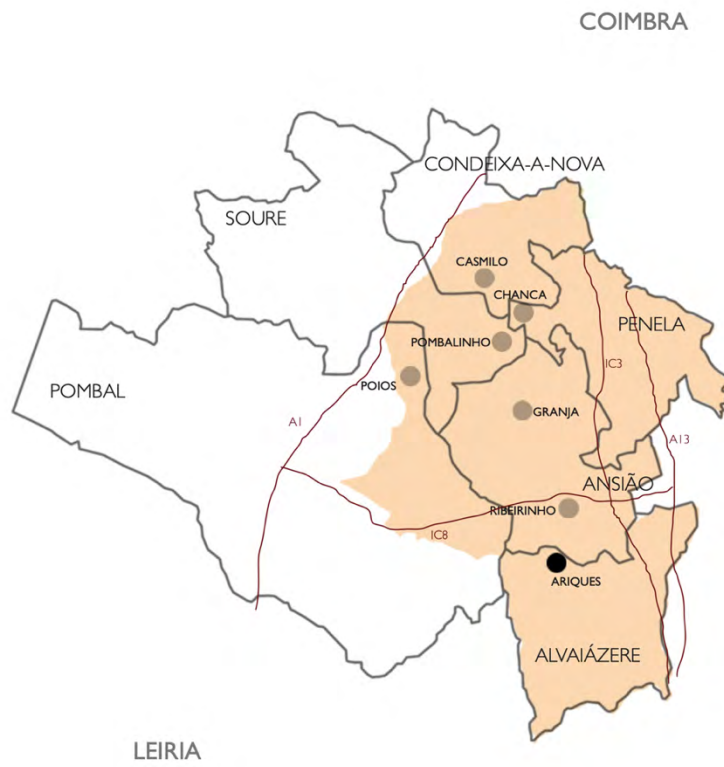


Fig. 39- Ariques no conjunto da RAC e os principais eixos rodoviários de acesso

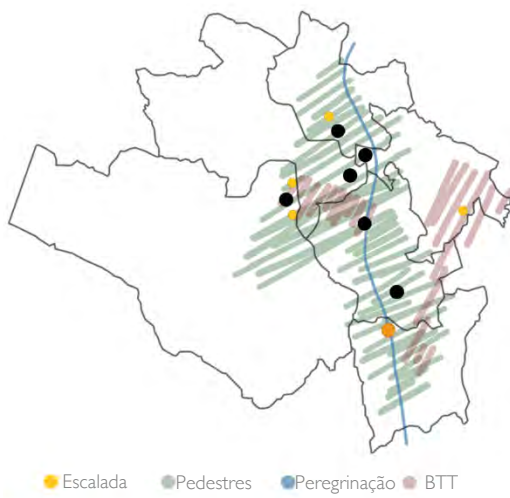


Fig. 40- Esquema de rotas existentes em Sicó

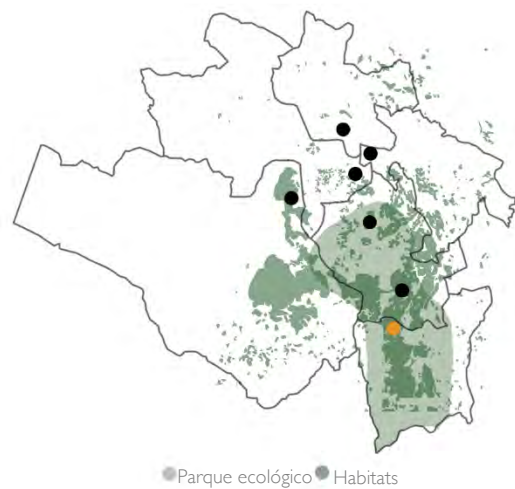


Fig. 41- Património natural

2.2.2 Ariques: paisagem cultural?

Esta dissertação tem como objeto de trabalho a aldeia de Ariques, a aldeia da RAC do concelho de Alvaiázere. Ariques pertence à freguesia de Almoester e é uma aldeia muito próxima de outra, a oeste, Santiago de Ariques. Localiza-se na Serra de Ariques, a maior elevação do Maciço de Sicó (618m) e destaca-se pela sua localização isolada e por possuir uma densidade populacional muito baixa. De acordo com os Censos de 2011, tinha 13 residentes há 9 anos, mas esse número diminuiu e, entretanto, tem apenas 4 habitantes, dado recolhido durante o trabalho de campo. A nível de acessibilidade, está perto de eixos rodoviários municipais, intermunicipais e nacionais, caso do IC3 e da A13, que permitem ligações rápidas a centros urbanos maiores. Do conjunto de aldeias da RAC, Ariques é a que se localiza mais a sul, estando a uma média de 30 minutos das restantes, sendo Granja e Ribeirinho as mais próximas, e a uma média de 11 minutos das sedes de concelho mais próximas, que são Alvaiázere e Ansião

Ariques não tem equipamentos ou serviços públicos. Estes estão nas localidades mais próximas, Almoester e Alvaiázere, como é o caso das unidades de saúde ou dos estabelecimentos de ensino e ação social. Relativamente às unidades de saúde, Ariques encontra-se a 11 minutos do hospital mais próximo e a uma média de 9 minutos dos serviços de ação social, sejam eles jardim de infância, lar de idosos e centro de dia. O mesmo acontece em relação ao comércio, cujos pontos mais próximos se encontram a 13 minutos da aldeia. Quanto ao ensino, a Escola Básica e Secundária mais próxima encontra-se a 10 minutos e relativamente ao ensino profissional, encontra-se a 19 minutos da Escola Tecnológica e Profissional de Sicó (Polo de Avelar). Por fim, no que diz respeito ao ensino Superior e Tecnológico, seja em Coimbra ou Leiria, Ariques encontra-se a uma média de 48 minutos de distância.

Analisando as distâncias temporais às principais infraestruturas, equipamentos e serviços de interesse público e/ou coletivos, percebe-se que a oferta existente, apesar desta não se encontrar na aldeia de Ariques nem em nenhuma outra da RAC, todas se encontram bem servidas pelas vilas e cidades mais próximas, não sendo necessário percorrer muito tempo para aceder a estes serviços.

Os espaços exteriores da aldeia, são basicamente constituídos pelo Caminho Municipal 1063, também designada como Estrada de Santiago (Território XXI, 2020:13) e caminhos agro-florestais. Apesar de serem espaços fulcrais na organização e estruturação da aldeia, apresentam setores desqualificados e pouco seguros para o peão. É o caso dos dois pontos de entrada da aldeia, cujo espaço não apresenta nenhum carácter de chegada e tem edifícios deixados ao abandono, contribuindo para uma imagem pouco positiva da aldeia. De um modo geral, o peão não é considerado no perfil destas vias, situação mais sensível na estrada que atravessa Ariques e liga a aldeia Santiago de Ariques, a Oeste, e Alvaiázere a Este.

Apesar de ser uma aldeia isolada, mantém presente traços característicos da identidade das aldeias do território de Sicó, nomeadamente os muros de pedra seca, as eiras e os edifícios de

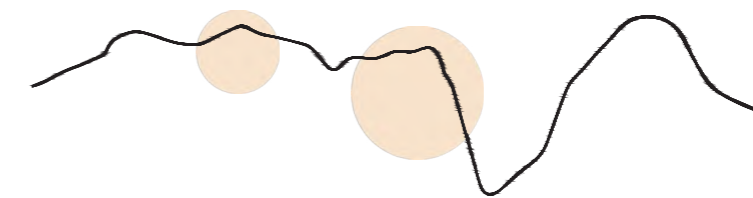


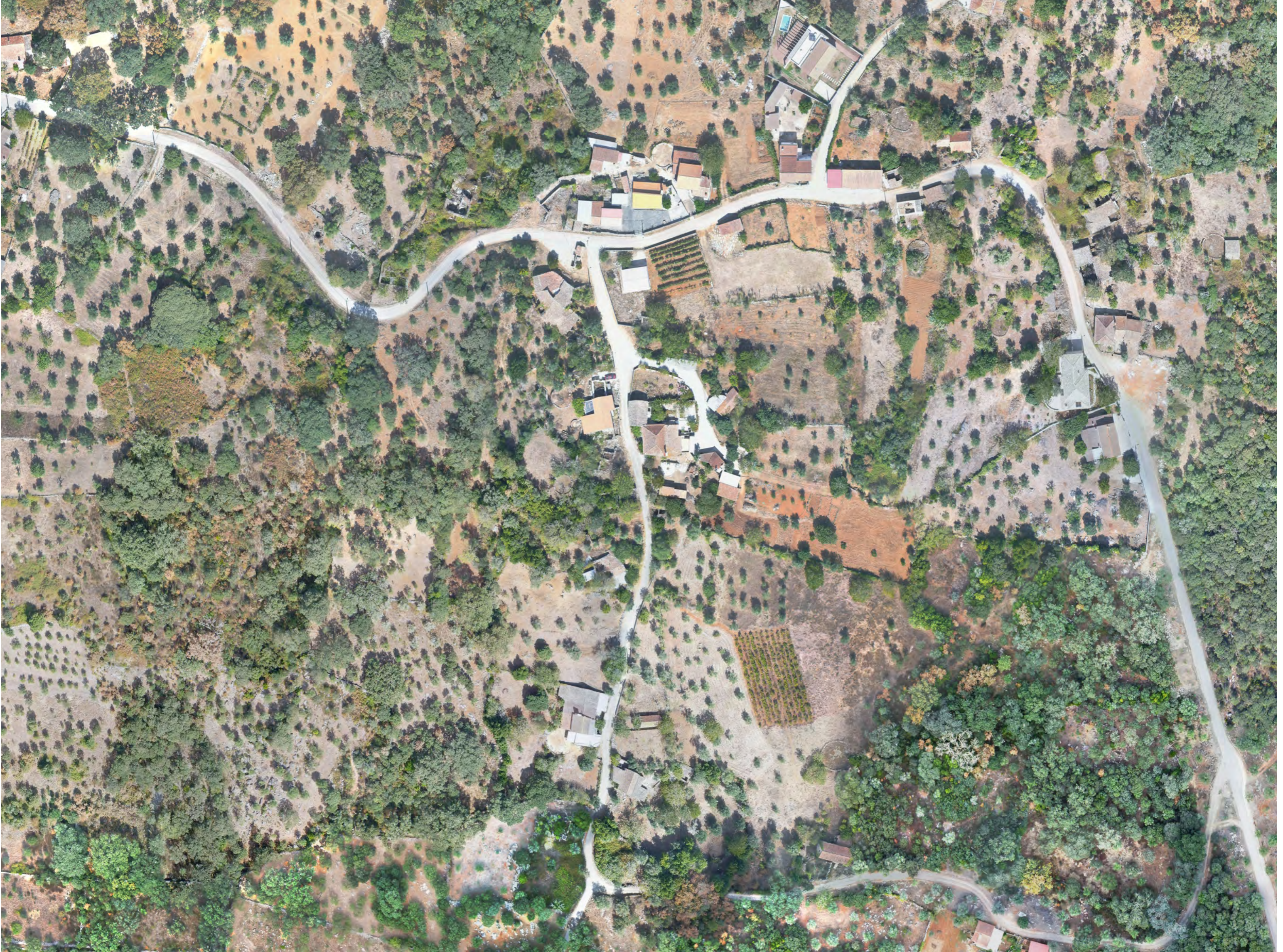
Fig. 42- Esquema da principal via que atravessa as aldeias de Santiago de Ariques e Ariques, respetivamente



Fig. 43- Entrada sul de Ariques. Setembro, 2020



Fig. 44- Património natural e muro de pedra seca, Ariques. Novembro, 2020





NÃO EDIFICADO | Usos do Solo

- Eixo Principal
- Eixos Secundários
- Eixos Agrícolas
- Carvalho Cerquinho

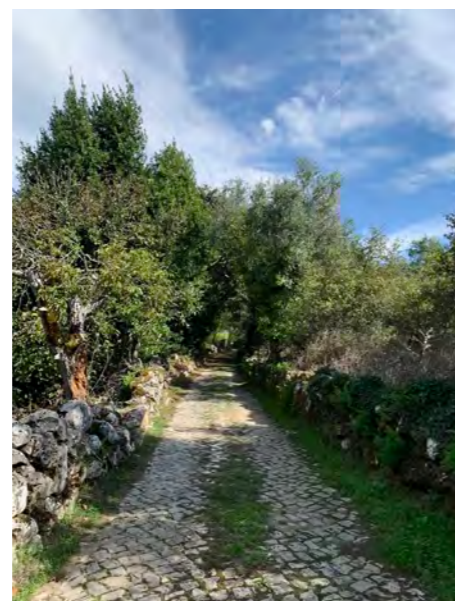


B- Entrada sul da aldeia de Ariques



EDIFICADO | Sistema Construtivo Dominante

- Alvenaria de pedra calcária à vista
- Alvenaria de pedra calcária rebocada
- Outros



A- Percursos pela mancha de carvalho cerquinho, na aldeia de Ariques



C- Entrada norte da aldeia de Ariques



EDIFICADO | Estado de Conservação

- Bom
- Mau
- Razoável
- Em obra
- Ruína



EDIFICADO | Usos do Solo

- Habitação
- Anexos
- Devolutos
- Culto Religioso
- Alojamento Local



PLANTA DE ANÁLISE | Ariques e Santiago dos Ariques

● Pontos de interesse
 ● Eixo principal | Estrada de Santiago
 ● Muros de pedra seca
 ● Eiras
 ● Mancha carvalho cerquinho
 ● Edifícios com qualidade



D- Alojamento Villa Natura

alvenaria de pedra calcária, seja ela à vista ou rebocada. Esta identidade cria uma marca no território, a marca “calcário”, que permite olhar para todo este conjunto edificado como um património do calcário de Sicó enquanto paisagem cultural.

Ora os dois pontos de chegada à aldeia de Ariques apresentam diversas fragilidades, o que leva a um olhar negativo sobre a mesma. Apesar disso são espaços com potencial, onde a sua composição destaca-se. Na entrada mais a sul a vasta mancha de carvalhos sobressai, levando a percorrer a aldeia, na outra entra o edificado e a forma como este se implanta no território. O edificado encontra-se, em parte, em ruína ou em mau estado de conservação, encontrando-se o mais recente ou reabilitado em bom estado. Este é maioritariamente destinado a habitação particular, destacando-se apenas, ao nível de programa funcional, um lagar de azeite, numa das entradas; a capela nessa mesma zona; as casas da eira e a antiga escola primária, agora um alojamento local. Este alojamento, Villa Natura, integra-se num projeto de requalificação dessas mesmas escolas do território de Sicó, procurando relacionar cada uma com o que melhor caracteriza cada aldeia, neste caso a fauna e a flora. Porém, apesar dos esforços em integrar este novo programa na aldeia, este alojamento é muito pouco usado, pois não se integra em qualquer outra dinâmica sociocultural ou turística da aldeia de Ariques.

Quanto aos elementos arquitetónicos mais relevantes, temos os muros de pedra seca, com uma forte presença na aldeia, as eiras e casas de eira, que também se distribuem ao longo das habitações, e várias construções que apresentam soluções arquitetónicas bem representativas do vernáculo de Sicó.

Os usos do solo, em Ariques dividem-se em três categorias: espaço agrícola em torno do edificado, tendo todas as habitações espaços destinados ao cultivo e delimitados por muros de pedra seca, espaço agroflorestal e espaço florestal, estes cobrindo toda a envolvente restante que, apesar de ter uma forte presença, várias áreas estão votadas ao abandono, sem vigilância, o que leva a perceber a falta de medidas para a gestão deste território, e a sua conservação e proteção.

O território cársico define parte da utilização e ocupação de Ariques, nomeadamente com a agricultura diretamente associada ao azeite e aos cereais, com as eiras e lagares e os muros de pedra seca para divisão de territórios. A paisagem natural é uma marca distintiva das terras de Sicó, como se disse anteriormente, e é nesta aldeia de Ariques e nas serras em volta que se localiza a maior mancha de Carvalho-Cerquinho da Europa, tendo ainda espécies como azinheira, sobreiro e olivais milenares.

Sendo a biodiversidade e os recursos naturais um dos pontos fortes da aldeia de Ariques, este é um valor importante para o desenvolvimento da RAC e de Sicó, de modo a combater o(s) problema(s) do rural que aqui se manifestam. Como é que podem surgir programas que deem novas perspetivas e estratégias para a valorização e proteção da biodiversidade e a criação de uma paisagem cultural? Que atores deverão ser envolvidos? A comunidade local a comunidade científica e turistas?



III. Proposta

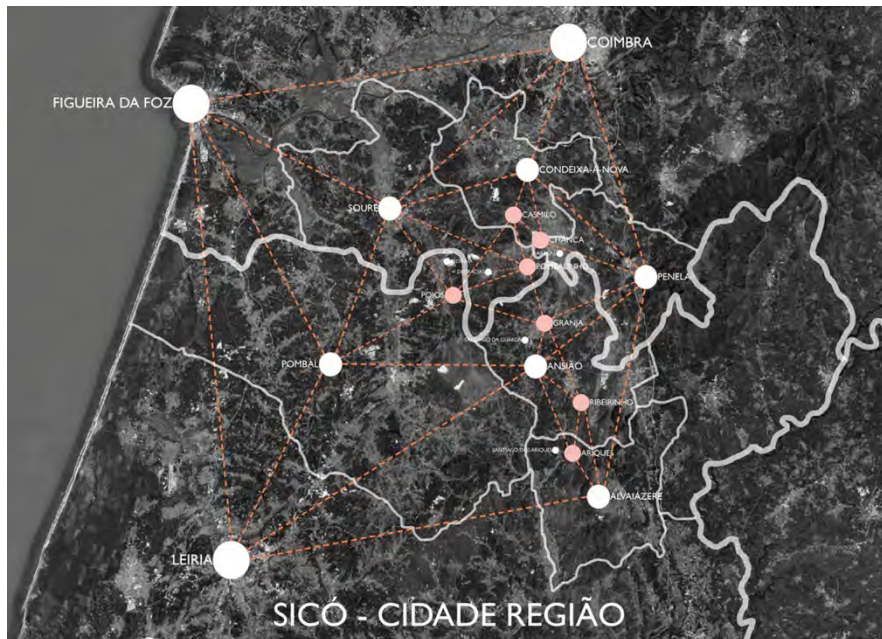
“Começo um projeto quando visito um sítio (programa e condicionalismos vagos, como quase sempre acontece).

Outras vezes começo antes, a partir da ideia que tenho de um sítio (uma descrição, uma fotografia, alguma coisa que li, uma indiscrição).

Não quer dizer que muito fique de um primeiro esquisso. Mas tudo começa. Um sítio vale pelo que é, e pelo que pode ou deseja ser — coisas talvez opostas, mas nunca sem relação. Muito do que antes desenhei (muito do que outros desenharam) flutua no interior do primeiro esquisso. Sem ordem. Tanto que pouco aparece do sítio que tudo invoca.

Nenhum sítio é deserto. Posso sempre ser um dos habitantes. A ordem é a aproximação dos opostos.”

(Siza, in Morais, 2009: 27)



VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE 1960 - 2011



PROBLEMA

A industrialização de Portugal tardou, mas há muito que se instalou o movimento da população do campo para as cidades e para o exterior. Ele intensificou-se a partir da década de 1950 e agravou-se o desequilíbrio entre o interior e o litoral. Hoje temos um país dividido, com o litoral a prosperar e o interior despovoado e com:

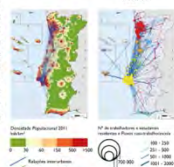
- Falta de investimento no Setor Primário;
- Falta de Pessoas;
- Falta de Serviços;
- Baixa Autoestima das populações.

CONCEITO

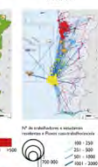
A Cidade Regional assenta nas ligações entre múltiplos polos urbanos e os fluxos entre eles revestem-se de extrema importância. A Cidade Regional vai além das divisões administrativas e não tem um limite fixo. A rede de comunicações que ela implica integra o movimento de pessoas, de serviços, de bens, de investimento e de conhecimento. O objetivo da Cidade Regional é a coesão socioterritorial, essencial para a sustentabilidade do território.

Uma nova vida nos núcleos urbanos em espaço rural de Sico, baseada em redes de interação. Um território mais atrativo, com responsabilidades, custos e recursos partilhados e divididos de forma equitativa, para que as aldeias se tornem aglutinadores sociais, polos de multifuncionalidade e centros de saber e experiência. Um território com mais atividade, mais pessoas e uma população com uma autoestima reforçada.

RELAÇÕES INTER-URBANAS E RURAIS-URBANAS



POLARIDADES E REDES DE FLUXOS CASA-TRABALHO/ESCOLA



EIXOS ESTRATÉGICOS DE INTERVENÇÃO						
Criar sinergias e promover a multifuncionalidade	Reforçar e capacitar o associativismo	Valorizar o espaço público	Potenciar a sustentabilidade e o bem estar da população	Valorizar o património cultural e natural	Desenvolver o turismo	Com a Cidade Região Sico, as aldeias têm um crescimento contínuo e sustentável e veem reforçada a sua atratividade, valorizando o(s) património(s), as pessoas e os saberes.
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS						
Promover o agroturismo Promover o empreendedorismo agrícola	Reabilitar e requalificar as instalações das associações existentes	Promover investigação aplicada e direcionada à valorização da biodiversidade	Ordenar o estacionamento móvel	Reabilitação de edifícios e valorização de outros elementos construídos identitários que melhor representem a marca aldeias de calcário	Reforçar os apoios ao turismo e desportos de natureza	

Fig. 48- Conceito e estratégia para a RAC, Aldeias de Calcário - Pólos de Multifuncionalidade, Aglutinadores Sociais, Centros de Saber e Experiência. Janeiro, 2021

É através da aldeia de Ariques e no contexto de estratégia *Aldeias de Calcário – Pólos de Multifuncionalidade, Aglutinadores Sociais, Centros de Saber e Experiência*, doravante apenas *Aldeias de Calcário*, que o projeto proposto ensaia uma nova perspectiva da gestão do território e do espaço rural. Ariques é uma área isolada, mas com potencial para se integrar, valorizando os recursos endógenos, envolvendo a comunidade, centros de investigação e autoridades locais. Para isso propõe-se a criação de um centro de identidade, uma área da aldeia cuja a intervenção corresponde a objetivos que se enquadram na estratégia geral e desempenhará o papel de um articulador social, materializando-se num complexo multifuncional resultante da reabilitação de um conjunto edificado devoluto e na requalificação do espaço exterior em que se localiza este conjunto. O programa funcional deste complexo, para o cumprimento daqueles objetivos, relaciona-se diretamente com o programa de outros equipamentos propostos para as outras aldeias da RAC.

3.1 A nova centralidade do rural, uma nova urbanidade

Num primeiro momento, na cadeira de Atelier de Projeto IIC, foi necessário olhar para o território, problematizá-lo, para perceber as suas fragilidades e forças e criar uma estratégia para o desenvolvimento integrado da RAC. A definição dessa estratégia partiu de uma leitura crítica de problemas globais do ordenamento do território, em particular dos que resultam das assimetrias entre o litoral e o interior, no qual surgiram territórios de baixa densidade e espaços rurais com pouca vitalidade. Esta estratégia procura reinterpretar estes territórios, com base nas necessidades da comunidade local, mas também nas vivências contemporâneas, com o surgimento de novos programas e novas atividades.

A estratégia de turma foi coordenada pelo colega João Pereira, em conjunto com os restantes estudantes desta iniciativa *De volta ao rural ou como reforçar a coesão da cidade regional?*. Esta tem por base, como problema de reflexão comum a todos, a fragilização do rural do interior perante o litoral, o que levou ao seu abandono, à falta de serviços, falta de investimento e uma baixa autoestima das populações.

A estratégia global assenta no entendimento de Sicó como uma *cidade-região*, ou seja, como um sistema urbano que funciona através de diversas ligações entre múltiplos polos urbanos, de diferentes dimensões, e dos fluxos entre eles. Esta ideia desprende-se dos administrativos dos diversos municípios e tem como principal objetivo tornar sustentável o território, através do reforço da coesão social e territorial. Este olhar sobre o rural a partir de Sicó defende uma centralidade do rural, procurando uma nova vida em aldeias, mas também nos núcleos urbanos maiores existentes na região. O *rural* e o *urbano* não são entendidos como realidades opostas, mas antes como um sistema em rede, onde pessoas, serviços, bens, investimento e conhecimento são partilhados, e no qual as aldeias são pensadas como aglutinadores sociais, polos de multifuncionalidade e centros de saber e experiência.

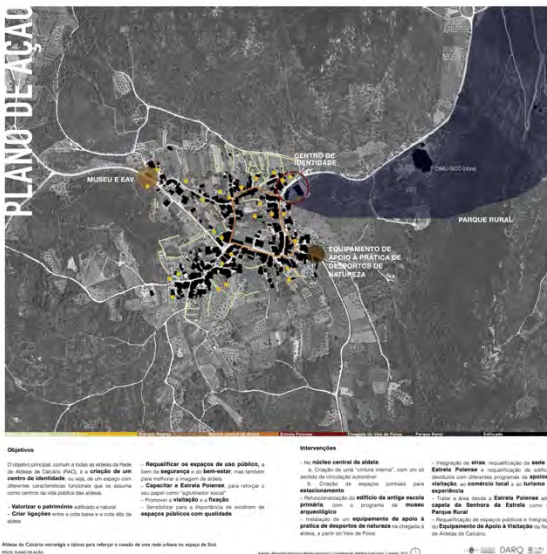
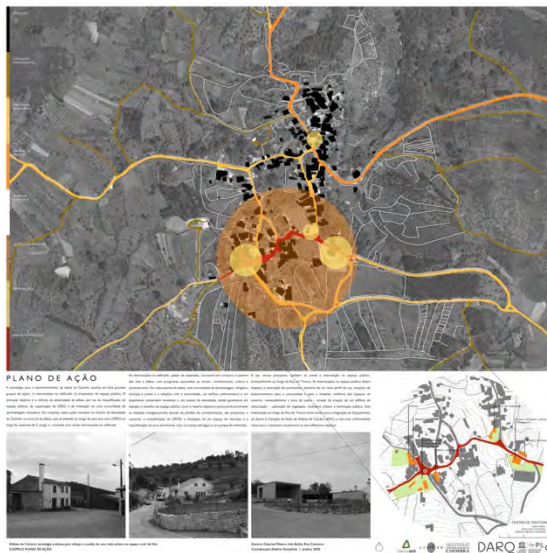


Fig. 49, 50 e 51- Planos de ação da aldeia de Casimiló, Poios e Chanca

O principal objetivo da estratégia *Aldeias de Calcário* é a sustentabilidade das aldeias, reforçando a sua atratividade e valorizando o que estas têm de melhor, as pessoas, os recursos endógenos e os saberes. Assim os eixos estratégicos de intervenção passam por criar sinergias e promover a multifuncionalidade, reforçar e capacitar o associativismo, valorizar o espaço público, potenciar a sustentabilidade e o bem-estar das populações, valorizar o património cultural e natural e desenvolver o turismo.

Dentro destes eixos de intervenção é estabelecida uma série de objetivos estratégicos que passam por promover o agroturismo e o empreendedorismo agrícola, reabilitar e requalificar as instalações de associações existentes, promover a investigação aplicada e direcionada à valorização da biodiversidade, ordenar o estacionamento automóvel, reabilitar edifícios e valorizar outros elementos contruídos identitários da marca *calcário* e, por fim, reforçar os apoios ao turismo e desportos de natureza.

As intervenções nas sete aldeias recaem sobre estes eixos de intervenção e objetivos, concretizando-se em programas específicos para cada lugar através de Planos de Ação. Assim, para a aldeia de Casmilo (Condeixa-a-Nova), além das propostas de requalificação do espaço público, o respetivo Plano de Ação integra espaços relacionados com os jovens/crianças, a comunidade e os visitantes, em grande parte devido às Buracas. O associativismo ganha força nesta aldeia com a proposta da Catarina Ribeiro, no Centro Cultural e Recreativo do Casmilo para promover, um maior dinamismo sociocultural na aldeia, com a partilha de saberes entre a comunidade local e a visitante. Este projeto articula-se com outro, dedicado ao ensino alternativo, com a proposta da Inês Bailão, referente a um espaço de ensino em cuja pedagogia a comunidade local participa com os seus saberes. Em conjunto, estes programas reforçarão a autoestima da população residente e são aglutinadores sociais.

Na aldeia de Poios (Pombal), o associativismo é também um dos focos da proposta da Alexandra Ventura, cujo projeto se dedica à questão do espaço público no rural. Para esta aldeia, propõe a criação de um *parque rural*, desde a Associação Estrela Poiense até à Senhora da Estrela. Afim de capacitar esta associação, valorizando assim a importância do papel das associações no reforço da coesão social, integrando novos moradores, propõe a requalificação da sede, passando a integrar um espaço de coworking e uma sala de estudo para os jovens de Poios.

Na aldeia de Chanca (Penela), o Plano de Ação elaborado pelos colegas Tiago Silva, Jénifer Cunha e Joana Almeida- propõe dois vetores de ação: um baseado na ideia de "aldeia sustentável"; o outro baseado na ideia de Chanca como um *hub* de desportos de aventura e natureza. No primeiro caso, a proposta da Joana Almeida, com a criação de sinergia em volta da ideia de cooperação em comunidade, desenvolvendo uma economia local sustentável. Por sua vez, a concretização do *hub* de desportos de aventura com a proposta do Tiago Silva, pois o território de Sicó permite a prática de diversas modalidades desportivas e é uma das forças de Sicó.

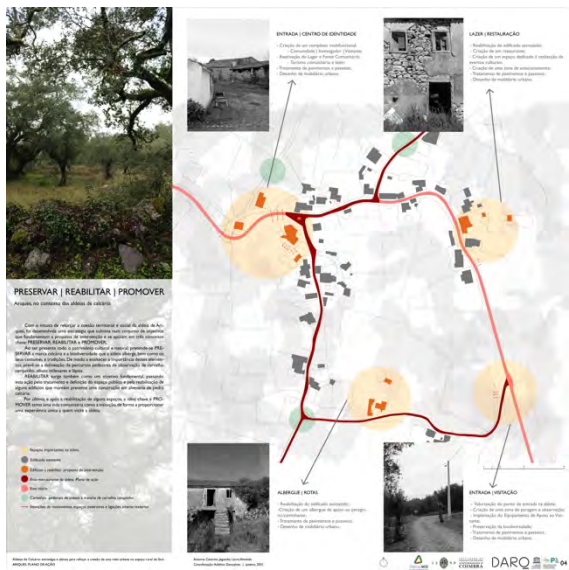
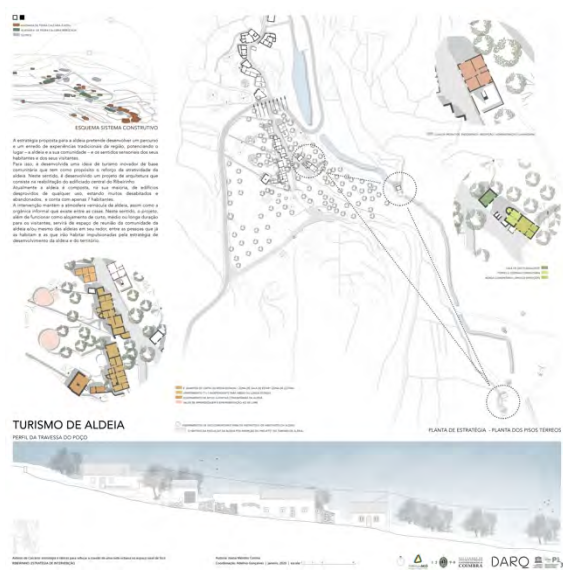
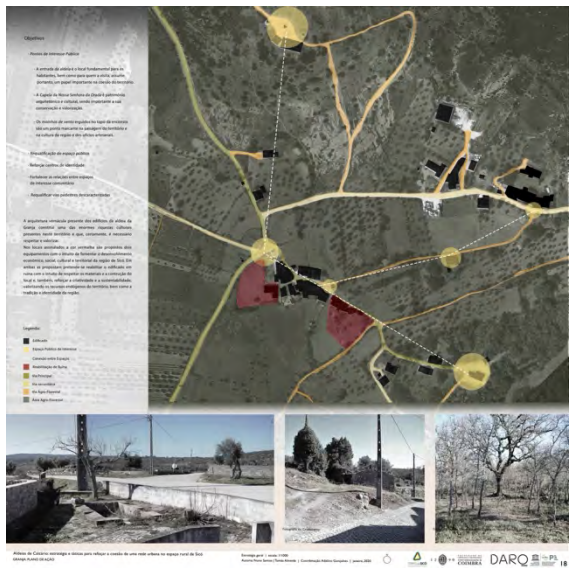


Fig. 52, 53, 54 e 55- Planos de ação da aldeia de Pombalinho, Granja, Ribeirinho e Ariques

Para Pombalinho (Soure), o Plano de Ação estabelece também dois vetores de ação: um dirigido ao reforço da integração da aldeia através da criação de unidade de serviços dedicados à população idosa, com alojamentos e serviços de apoio disseminados no núcleo; o outro dedicado à instalação de um organismo dedicado à valorização do património cultural e natural de Sicó, o Laboratório do Património. O segundo vetor de ação foi concretizado com a proposta da Inês Gouveia, que defende um método de valorização do património natural e cultural baseado na comunidade local, e se materializa com a instalação do Laboratório do Património com um projeto de reabilitação do conjunto edificado da antiga Casa Paroquial de Pombalinho. Por sua vez, o primeiro vetor de ação foi concretizado, com a proposta do Renato Cardoso, com a criação de um Centro Sénior, cujas as instalações se disseminam na aldeia, fruto da reabilitação de diversos edifícios que representam bem a arquitetura vernácula de Sicó.

Na aldeia da Granja (Ansião), o Plano de Ação integra a criação de apoios à peregrinação, presente em todo o território de Sicó, com a proposta do Tomás Almeida: trata-se da criação de um albergue, com a reabilitação do antigo Paço dos Jesuítas, com o principal objetivo de melhorar as condições da peregrinação tendo em conta as necessidades do peregrino. Além deste equipamento, o Plano integra também a instalação de um organismo dedicado à valorização dos recursos endógenos de Sicó, com uma especial atenção para o setor produtivo, pretendendo assegurar a monitorização do território, colaborando para a transferência de conhecimento. Trata-se do Laboratório Sicó, uma proposta do Nuno Santos, que resulta também da reabilitação de um conjunto edificado devoluto tendo como preocupação central a valorização do património arquitetónico vernáculo.

No Ribeirinho (Ansião), o Plano de Ação aposta numa solução inovadora de turismo de aldeia, com um projeto da Joana Correia que procura que o turista além de visitar o território de Sicó, conhece ativamente os seus patrimónios, ou seja, um turismo de experiência de base local.

Por fim, Ariques (Alvaiázere), a aldeia na qual esta dissertação tem inserida a proposta de um complexo multifuncional. O conceito principal é a multifuncionalidade com um programa relacionado com o ambiente e a paisagem natural, onde a comunidade local, a comunidade científica e o turista se cruzam de modo a valorizar e preservar o património natural de Sicó. Este tira partido de diversas relações com as diferentes aldeias da RAC, mais especificamente com a Casmilo, Chanca, Pombalinho e Ribeirinho.

3.2 Ariques: preservar, reabilitar, promover

No processo da criação de um programa funcional, de um conceito, a estratégia *Aldeias de Calcário* esteve sempre presente. De modo a permitir que diferentes aldeias estivessem conectadas



Fig. 56- Esquisso do plano de ação, com as diferentes intervenções a realizar na aldeia

entre si com diferentes programas, com base no entendimento de Sicó como uma *cidade-região* defendida inicialmente pela turma, surgindo assim a ideia de uma nova urbanidade no rural.

Mas que nova urbanidade é esta que se pretende criar?

Pretende-se que as aldeias ganhem vida com todos os programas propostos, sem perder a sua identidade, tornando-se espaços onde o património, os produtos endógenos e a comunidade ganhem importância, permitindo assim que estes espaços rurais se transformem. E ao transformarem-se destacarem-se nos diversos programas propostos, tendo sempre em conta a vivência contemporânea e os novos interesses das pessoas.

Como é que arquitetura consegue responder a estas necessidades contemporâneas no contexto de um território do “rural profundo”, como o chama João Ferrão (2000), permitindo que sua identidade prevaleça?

As abordagens para “salvar” o mundo rural e o interior, não deram, até hoje, os resultados desejados, sendo, por isso, necessário outro método. Estas abordagens focaram-se, nas primeiras décadas do século XX, na valorização do rural apenas pela produção agrícola, para tentar despistar a sangria populacional de que já era vítima. Mas essa perda não só não foi estancada, como se agravou a partir das décadas de 1950 e 1960. Mais tarde, já com Portugal como membro na União Europeia, foram criadas outras abordagens focadas na proteção do ambiente e na valorização turística do interior.

Uma das características destas abordagens que explica o insucesso no desenvolvimento integrado do rural, foi o olhar sobre o território como se este fosse uma realidade plana, sem diferenças nas partes que o constituem, levando à tomada de decisões políticas que não foram sensíveis às especificidades de cada região, de cada lugar. Pois bem, o método defendido ao longo desta dissertação é outro e pretende intervir nestes territórios com base na especificidade dos lugares e com sistemas de partilha, onde cada sítio tem o seu ponto forte e que se deve tornar uma marca de identidade, permitindo assim o funcionamento articulado de novos programas nestas regiões, que possam facilmente comunicar com o território envolvente.

Na verdade, alguns instrumentos de política de ordenamento do território, como são exemplo o Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território¹² (PNPOT), o Programa Nacional para a Coesão Territorial e o Programa de Valorização do Interior, integram estratégias assentes neste mesmo método. Pois bem, as propostas para a RAC e para Ariques ensaiam alguns princípios defendidos nestes programas e seguem a ideia fundamental, defendida por João Ferrão (2000:50) de se “...adotar a perspectiva de “bio-região”, em que os espaços naturais asseguram continuuns rural-urbano não apenas por razões estéticas e de fruição visual das populações citadinas mas, fator mais importante, como garantia de funcionamento de processos ecológicos básicos (ciclo

¹² Adotado com a publicação da Lei n.º 99/2019 de 5 de setembro.



Fig. 57- Muro de pedra seca na aldeia de Ariques. Outubro, 2021



Fig. 58- Envolvente em tomo da aldeia. Junho, 2021

hidrológico e respetivas redes de drenagem, por exemplo), isto é, como medida cautelar de preservação de ecossistemas e de sustentabilidade ambiental”.

A valorização dos recursos e dos saberes na aldeia pode reforçar a coesão social e o espírito de comunidade, também com uma estratégia de visitação, onde o dar a conhecer pode envolver comunidades de outras áreas de Sic o. O reforço da atratividade pode ser um motor, também, para a fixação de pessoas e um rejuvenescimento que não consiste são na fixação de novos residentes, mas também na fixação de novas atividades econ micas que possam criar emprego.

Como j a foi referido, a biodiversidade e os recursos naturais são elementos-chave do conceito de intervenção na aldeia de Ariques. As suas características tornam-na importante para o conhecimento e a compreensão destas importantes características do território de Sic o. Sendo assim, como é que este recurso, a biodiversidade, pode ajudar a reforçar/melhorar a atratividade da aldeia de Ariques?

Visando o reforço da coesão territorial e social, e a gestão integrada do território rural, o Plano de Ação de Ariques, realizado juntamente com a colega Catarina Jegundo, tem como principais objetivos a valorização do património cultural/natural e o reforço da autoestima da comunidade. Para a concretização destes objetivos estão previstas linhas de aço que pretendem divulgar a marca “calcário” como símbolo das aldeias de Sic o e proteger a biodiversidade. Estas linhas de aço deverão ser concretizadas com diferentes intervenções e que se apoiam em três conceitos-chave: **Preservar, Reabilitar e Promover**.

Tendo presente todo o património cultural e natural, pretende-se **Preservar** a marca “calcário” e a biodiversidade que a aldeia alberga, bem como os costumes e tradições nas aldeias. De modo a enaltecer a importância destes elementos, prevê-se a delineação de percursos pedestres de observação de carvalho-cerquinho, olivais milenares e lapiás. **Reabilitar** surge também como um objetivo fundamental, passando esta aço pela requalificação de espaços públicos e pela reabilita o de alguns edifícios que mant m presente uma constru o em alvenaria de pedra calcária. Por  ltimo, **Promover**, tanto uma vida comunitária como a visitação, de forma a proporcionar uma experiência única a quem visite a aldeia.

Com base no Plano de Aço, as intervenções na aldeia de Ariques dividem-se em quatro áreas da aldeia (figura 63): as duas entradas e dois espaços no seu interior:

A requalificação destas áreas e criação de instalações para os programas do projeto têm como principal objetivo promover a vida comunitária, tendo também atenção ao espaço público da aldeia com o tratamento de pavimentos, a criação de passeios, o desenho de mobiliário urbano e ainda requalificação de percursos pedestres, nomeadamente em áreas de carvalho-cerquinho, olivais milenares, muros de pedra seca e lapiás. Assim, o cuidado com o espaço exterior recai sobre a premissa de afirmação de Ariques como “aldeia de calcário”, onde é proposta uma repavimenta o em cubo de calcário, unificando os eixos que atravessam a aldeia e marcando os limites desta.

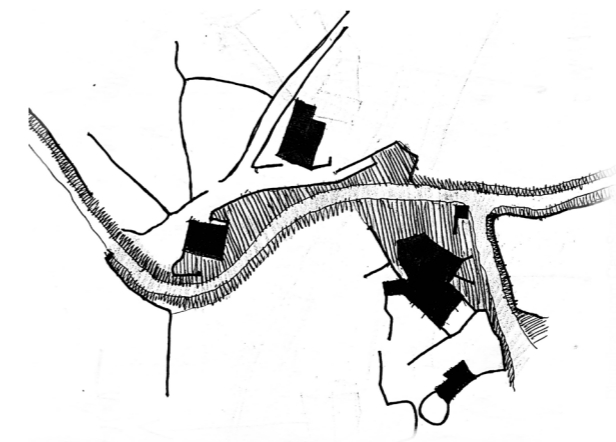


Fig. 59- Esquissos do Centro de identidade de Ariques

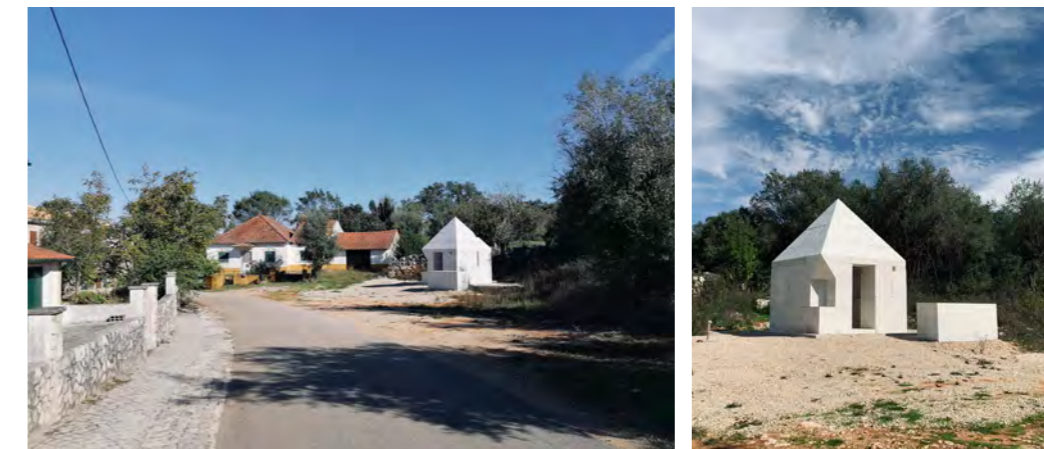


Fig. 60 e 61- Implantação do EAV (proposta pela câmara municipal)



Fig. 62- Fotomontagem da entrada do lado sul da aldeia, com a nova implantação do EAV

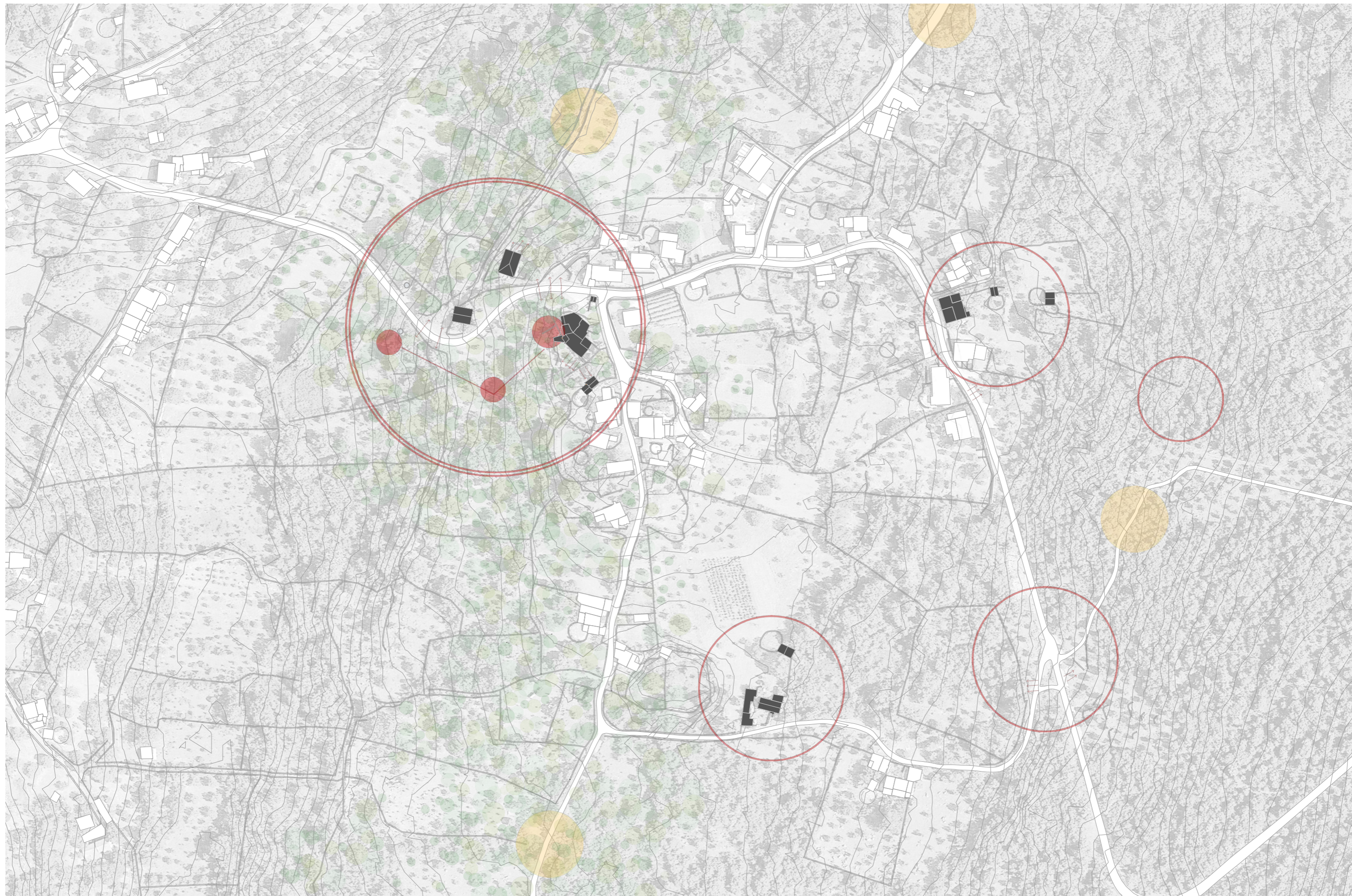








Fig. 63- Plano de Ação de Ariques



Legenda:

- | | | | | | |
|---|---|---|---|---|--|
|  | Áreas de intervenção da proposta de grupo |  | Espaços exteriores de observação |  | Edificado a intervir |
|  | Centro de identidade
-implantação do programa do complexo multifuncional |  | Percursos pedonais existentes com acesso à mancha de carvalho |  | Intenções de movimentos, ligações com o interior/externo e possíveis percursos |

A principal linha de ação abordada nesta dissertação é a definição do *centro de identidade* de Ariques, localizado na entrada norte da aldeia. A intervenção consiste na criação de um complexo multifuncional – para a comunidade, o investigador e o visitante – e na reativação do lagar e fonte comunitária – turismo de experiência e lazer. Por sua vez, na entrada sul de Ariques, é criado um momento de receção onde a pavimentação se estende em redor da aldeia, criando pequenos espaços de estar que acolhem o visitante e nos quais se implementará o Equipamento de Apoio à Visitação (EAV)¹³. Apesar do EAV já ter sido contruído na aldeia de Ariques a sua implantação encontra-se desenquadrada e com uma má relação com a envolvente, acabando por se tornar um elemento estranho na aldeia. Por isso achou-se por bem, no Plano de Ação repensar a sua localização e a sua ligação com o exterior, tendo em conta os diversos aspetos que o caracterizam enquanto equipamento de apoio, pois nessa altura o EAV ainda não tinha sido contruído na aldeia e apenas existia a ideia de implantação.

Para próximo destes espaços, na entrada sul da aldeia, é proposta uma torre de observação/vigia, que tanto pode ser usada pelo turista como por pessoas especializadas na vigilância da floresta ou com essa função, como o guarda-florestal, permitindo assim um contacto mais direto com a biodiversidade e/ou um controle, proteção e gestão da mancha florestal.

Nessa mesma zona da entrada sul dividem-se dois percursos de acesso ao interior da aldeia. Um deles, fazendo a ligação à Rua da Chã, marcado por uma grande mancha de carvalho-cerquinho, dá acesso a um conjunto edificado para o qual se propõe um programa de Albergue de apoio ao peregrino/caminhante, uma vez que Ariques é atravessada por várias rotas, nomeadamente religiosas, como a Rota Carmelita, o Caminho de Fátima e o Caminho de Santiago.

Por outro lado, e de forma a valorizar e promover os produtos endógenos da região de Sicó, propõe-se um programa de restauração para o conjunto edificado assinalado no Caminho de Santiago, com uma componente de turismo de lazer de base comunitária, tornando-se um ponto central para a vivência da comunidade e do visitante. Este consiste na criação de um restaurante e um espaço dedicado à realização de eventos culturais, com a reabilitação do edificado existente.

O modo como o Plano de Ação olha para a aldeia de Ariques, traduz o novo rural defendido nesta dissertação e o complexo multifuncional é o seu projeto-âncora. A materialização deste complexo decorre da reabilitação de um conjunto de edifícios devolutos e do tratamento do espaço público, e tende-se que pode contribuir significativamente para o reforço da autoestima da

¹³ O Equipamento de Apoio à Visitação é um equipamento público, previsto no Plano Integrado de Intervenção Rede de Aldeias de Calcário: 6 aldeias, 12 experiências. Pretende a dinamização e conexão entre a RAC, sendo instalado nas seis aldeias. É uma pequena construção na qual vão ser disponibilizados produtos locais, informações gerais sobre o território, atividades e um espaço de repouso, funcionando como um espaço de apoio aos visitantes e ao caminhante. O EAV tem uma área de implantação de 9m² e segundo o plano de intervenção da Rede de Aldeias de Calcário, designa-se como um “marco identitário” dessa mesma rede.

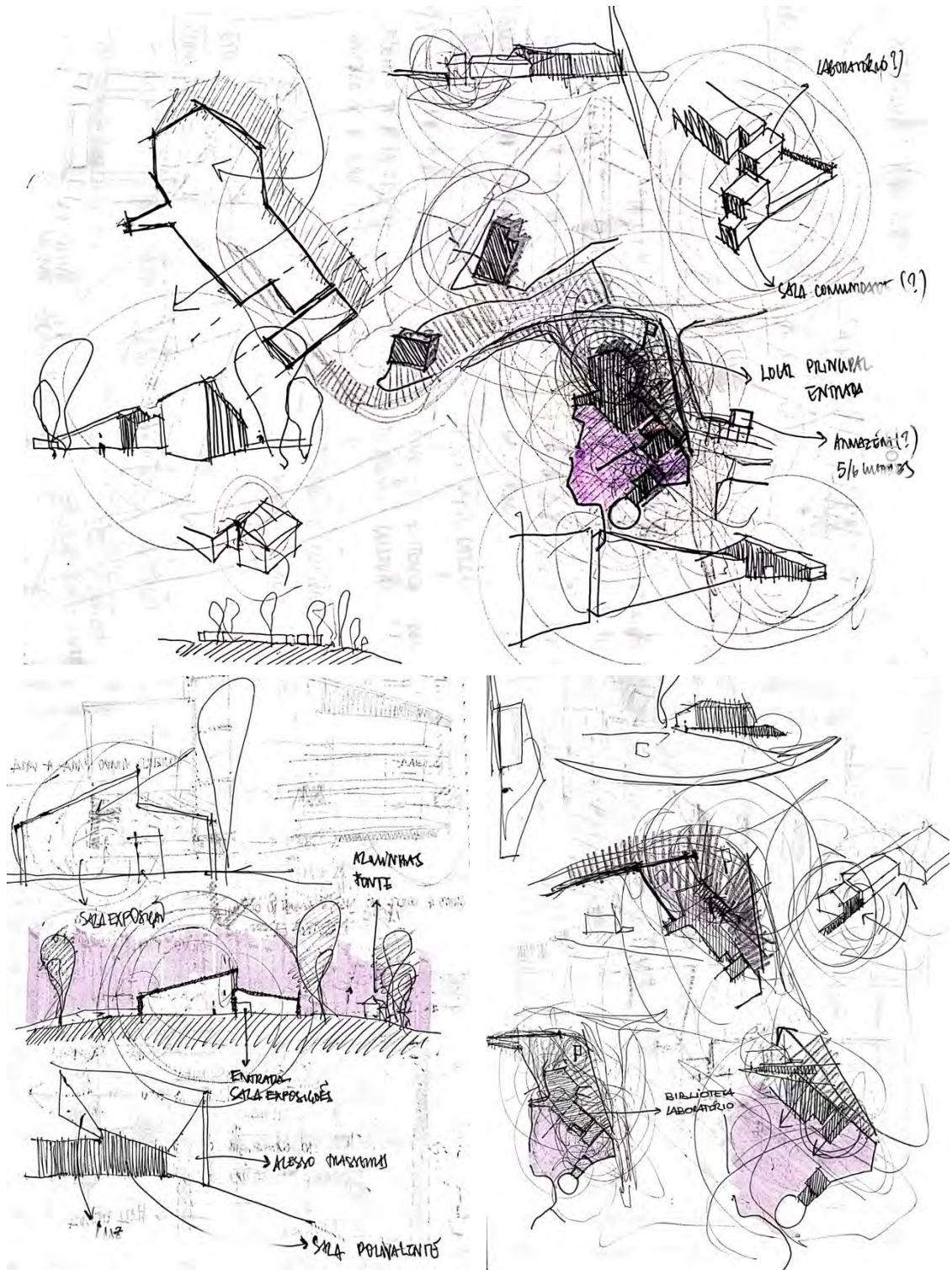


Fig. 64- Esquissos de fase inicial do projeto: centro de identidade

pequena comunidade residente e serem, assim, espaços importantes na aldeia de Ariques, onde as principais atividades comunitárias terão lugar.

Com isto, a multifuncionalidade da proposta torna-se o motor de desenvolvimento integrado fator de coesão social e também de reforço da atratividade da aldeia de Ariques, não apenas com a componente da visitação turística, mas também com a instalação de atividades económicas e socioculturais envolvendo a comunidade local. A relação em rede entre aldeias e núcleos urbanos mais próximos permite olhar para o território como um todo, criar ligações entre diferentes programas, de diferentes lugares, permitindo a partilha e contribuindo assim para a coesão territorial e para o seu reforço.

3.3 O Centro de Identidade de Ariques

Neste subcapítulo dá-se a conhecer a área de intervenção do *Centro de Identidade* de Ariques, uma das principais linhas de ação do Plano de Ação da aldeia.

Projetar implica conhecer o espaço de intervenção. Por isso foram necessários pesquisa e levantamentos. Conhecer e problematizar o território permitiram desenvolver o projeto, questionando e dando resposta aos problemas e desafios identificados. É necessário conhecer a comunidade, o património, os costumes e tradições, para assim compreender os espaços e a forma como as pessoas os habitam.

O conceito de *centro de identidade* baseia-se principalmente nas pessoas, na sua cultura, nas vivências e memórias que se fixam num espaço comum, sendo que este surge através do modo como se propõe tirar partido dos valores do território, neste caso de Sicó, na aldeia de Ariques. No fundo, trata-se de materializar, através da arquitetura, um espaço público e uma imagem que definam a identidade de um lugar.

Sendo assim, como é que através da arquitetura conseguimos obter espaços que definam a identidade de um lugar? Como definimos forma, estrutura, imagem nesta nova ruralidade, no caso de Ariques?

O *centro de identidade* de Ariques integra o programa-âncora da proposta, que se materializa no tratamento do espaço público e reabilitação de um conjunto de 4 edifícios, na entrada mais a norte da aldeia, na conexão com Santiago de Ariques.

As serras de Alvaíazere e Ariques contornam e formam a aldeia de Ariques. Esta é uma zona fértil, com linhas de água e ao percorrer a rua da Estrada de Santiago, acesso principal a Ariques, na entrada mais a norte da aldeia de Ariques, percebe-se que a aldeia se concentra toda numa cota mais alta.

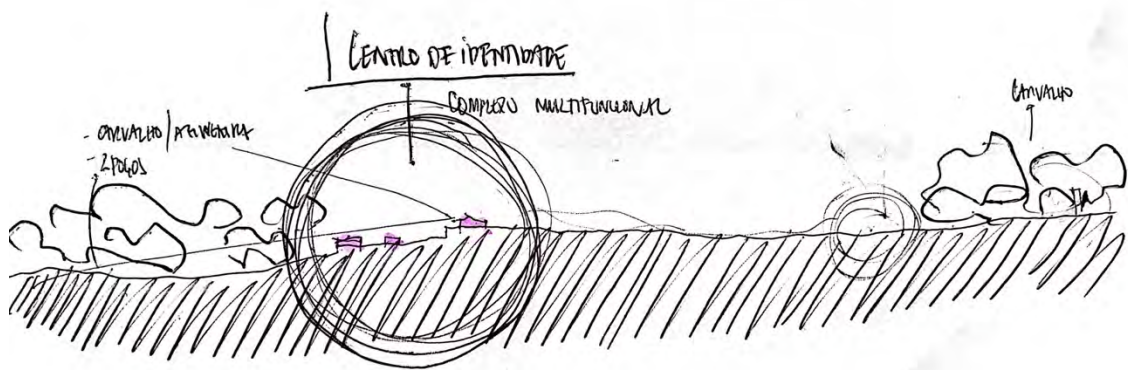


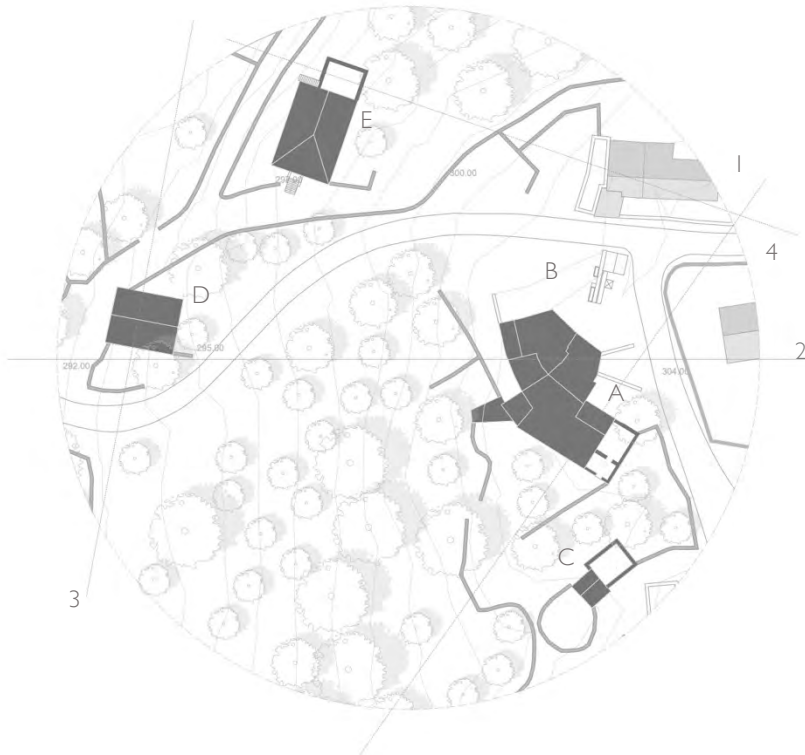
Fig. 65- Esquisso de perfil da fase inicial do projeto: centro de identidade

Os edifícios mais antigos, construídos com alvenarias de pedra calcária, umas rebocadas outras à vista, e com cobertura em telhado, localizam-se ao longo de toda a aldeia, estando a maioria votados ao abandono e muitos edifícios em avançado estado de degradação ou mesmo em ruína, cobertos por vegetação. Na cota mais baixa da aldeia encontram-se dois poços, um de cada lado da rua, da Estrada de Santiago, o que permite perceber a fertilidade daqueles terrenos. É também nesta área que existe uma das manchas de carvalho que interseta a aldeia, desde Ansião até Alvaiázere, e ainda outras espécies como o pinheiro-bravo, a azinheira e oliveiras milenares.

O conjunto de intervenção é atravessado pela Estrada de Santiago e, é constituído por um lagar desativo, na cota mais baixa, no tardo do qual surge uma habitação. Na cota mais alta temos um pequeno largo onde se localiza uma fonte comunitária e uma pequena capela, outra habitação, com uma forte presença sobre o largo, uma casa de eira e respetiva eira. O largo é, pois, um espaço importante da aldeia, embora se encontre desprezado e negativamente caracterizado pelos edifícios abandonados que o rodeiam. Este conjunto, reabilitado, materializa o centro de identidade da aldeia de Ariques.

A relação entre atividades da comunidade, o edificado e a envolvente natural, foi organizando o espaço ao longo dos anos, permitindo que hoje se perceba algumas vivências de um passado distante. Trata-se de um espaço dominado pelo não construído, por um “vazio” cujos limites são definidos por poucas construções. Aliás, o “vazio”, na aldeia de Ariques, tem igual ou mais importância que o edificado e a componente natural, a vegetação e as irregularidades das terras, também organizam a aldeia, tendo mesmo um papel fundamental na hierarquização dos espaços.

O *centro de identidade* serve a identidade coletiva da aldeia, ou seja, é o palco de ação da vida pública em Ariques. Não é um edifício que forma esse centro, mas sim um conjunto de elementos e as relações que se criam entre si, que resultam na identidade do espaço que criam. Estão diretamente relacionadas questões programáticas, as diferentes escalas do projeto, impactos da implantação, condicionantes e a forma como as pessoas vivenciam/vivenciaram, interagem/interagiram e percebem/perceberam aquele espaço.



A- Habitação | B- Fonte comunitária e capela | C- Casa da eira | D- Lagar comunitário | E- Habitação

Fig. 66- Planta de cobertura do complexo a intervir: *centro de identidade*

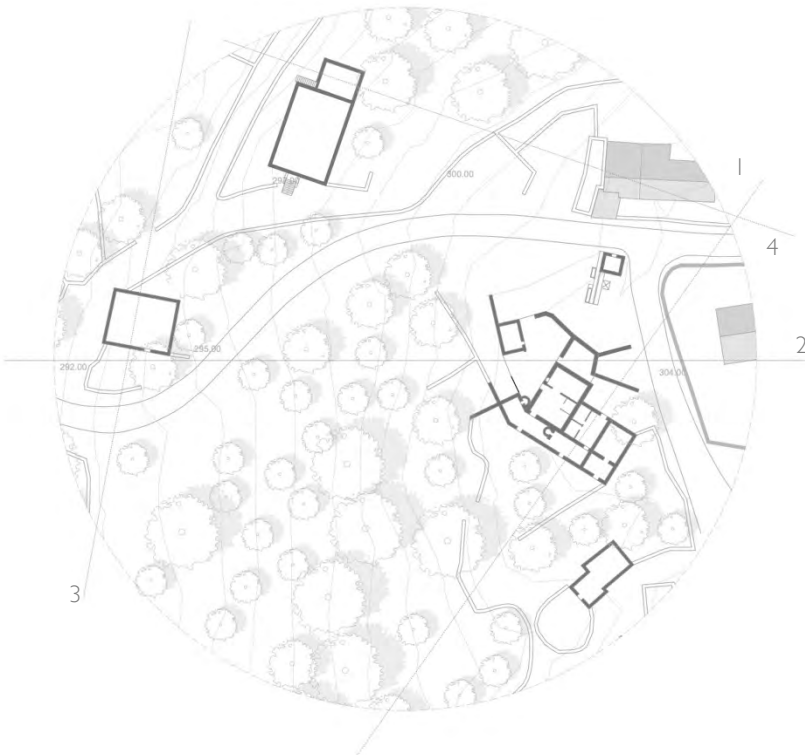


Fig. 67- Planta de interiores do complexo a intervir: *centro de identidade*

3.4 Intervir no existente

“Cada obra intervém numa certa situação histórica. Para a qualidade desta intervenção é crucial que se consiga equipar o novo com características que entrem numa relação de tensão significativa com o existente. Para o novo poder encontrar o seu lugar, precisa primeiro de nos estimular para ver o existente de uma nova maneira. Lança-se uma pedra na água. A areia agita-se e volta a assentar. O distúrbio foi necessário. A pedra encontrou o seu lugar. Mas o lago já não é o mesmo.”

(Zumthor, 2005: 17)

Para a proposta arquitetónica do *centro de identidade* de Ariques, que resulta da reabilitação de um conjunto de edifícios e da requalificação do espaço exterior que os liga, procurou-se, num primeiro momento, compreender o conjunto, sendo necessário perceber também a forma dos edifícios, a sua definição material e construtiva e os seus problemas.

Como se pode perceber na planta da figura 66, os muros, sejam eles muros de pedra seca ou muros de contenção de terrenos, rodeiam o edificado intervencionado. O conjunto edificado situa-se na cota mais alta (A) é contornado por muros de pedra seca e muros de contenção, permitindo assim entender o limite da propriedade. Este conjunto é composto por uma casa a que terão sido adicionados anexos consoante as necessidades. De qualquer forma, percebe-se facilmente a sua organização e a simplicidade da sua arquitetura vernácula. O conjunto tem unicamente um piso e um sistema complexo de águas, que permite a entrada de luz zenital, ventilação e, ao mesmo tempo uma variação de pés direitos em vários espaços da casa.

O conjunto é dividido numa parte dedicada à habitação e outra dedicada à agricultura, tendo entradas separadas, uma a nascente e outra a norte, respetivamente. Como já foi referido, este era o principal sustento das famílias e este seria o caso.

A volume da habitação, ortogonal, vira-se para a paisagem, para o declive do terreno, dando o acesso à casa da eira, que se encontra mais à direita. Por sua vez o volume dedicado ao trabalho de campo abre-se para o largo da fonte e da capela, tendo o primeiro contacto com o espaço público. Como os seus espaços são de arrumação, dedicados à agricultura, os vãos são poucos e os que existem dão ligação à fachada tardoz do edificado. Geometricamente, este ganha liberdade, perdendo as linhas mais ortogonais do volume casa.

A percepção que se tem destes espaços da casa varia consoante a posição em que se olha para eles. Do lado do largo, o edifício ganha uma força e imponência de um corpo que necessita de estar naquele espaço para o controlar, percebe-se os cruzamentos entre as águas e a forma como o volume exterior se apropria do espaço. Do outro lado, adapta-se à topografia e o telhado acompanha o terreno no declive, tonando-se aquele corpo num grande volume horizontal.

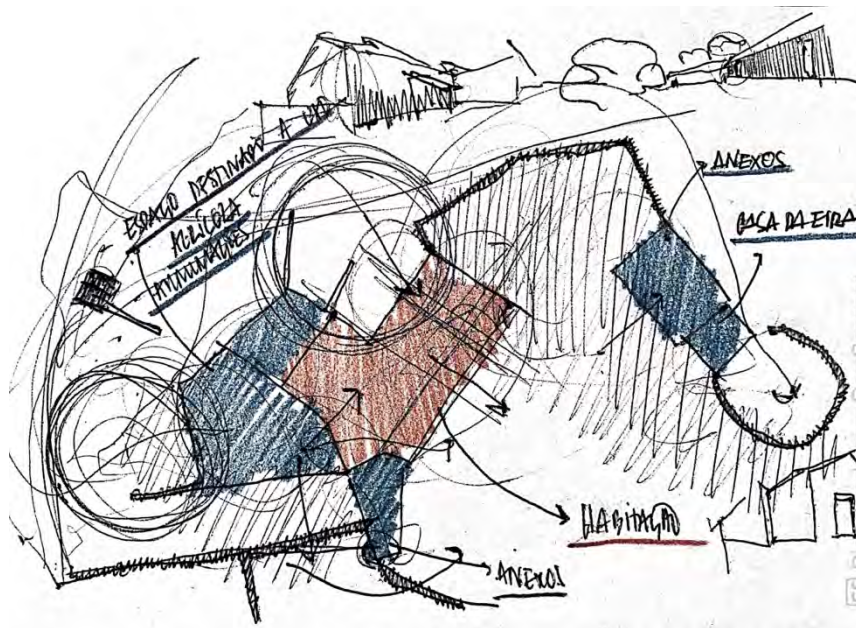


Fig. 68- Esquisso dos diferentes espaços da casa (habitação- castanho; agricultura e anexos- azul)



Corte 1



Corte 2



Corte 3



Corte 4

Fig. 69- Cortes do existente: *centro de identidade*

A forma do edifício faz com que se questionem as relações entre espaços e sua hierarquia. A zona dedicada à prática agrícola destaca-se na organização do espaço, interior e exterior, pois este ganha uma grande presença nos espaços exteriores adjacentes e ao longo das duas ruas que o contornam, tornando-se num dos principais pontos de chegada para quem vem da Estrada de Santiago. Situa-se no lado norte do conjunto e corresponde a um espaço exterior, coberto, um espaço amplo, com curral para algum animal, arrumos e ainda um acesso fácil ao interior da casa e ao exterior da propriedade. Esse espaço contorna a casa, do lado do largo da fonte e da capela, o que permite que na organização do espaço da casa, este se distribua para o lado mais privado.

Os espaços dedicados às vivências da casa encontram-se virados para o grande quintal, um espaço estreito, na qual se sabe que existiram dois fornos e três portas que dariam acesso aos espaços de dormir e outros adjacentes. Não existe um espaço de circulação definido, implicando assim que esta se fizesse de passagem de compartimento em compartimento. Ainda deste conjunto faz parte a casa da eira e respetiva eira, que se encontram no lado sul.

À medida que percorremos a Estrada de Santiago desde este conjunto e no sentido de Santiago Ariques, encontram-se, em duas cotas diferentes, os restantes edifícios. Uma outra habitação, mais a norte, com uma organização simples, de dois pisos e uma cobertura de três águas. O primeiro piso desta casa, parte dele enterrado, era um espaço de arrumos e dedicado às atividades agrícolas. Por seu lado, o segundo piso era a casa propriamente dita, composta por uma cozinha, quartos e uma sala.

Umhas escadas pelo exterior são o único acesso à casa, tendo o primeiro piso um contacto favorável com o caminho que a contorna a poente, caminho esse que acompanha o edifício como uma espécie de rampa exterior.

As diversas idas à aldeia deram a entender que a habitação não se restringia àquelas quatro paredes e prolongava-se para norte. Porém, devido ao elevado estado de ruína de uma parte considerável do conjunto e ao facto de grande parte dessas evidências estarem cobertas por vegetação, pouco se sabe relativamente a esta parte da habitação.

Por fim, o edifício do lagar, sem volumes adicionados e com um fácil acesso a partir da do Caminho Municipal 1063, orienta-se unicamente a norte e a sul, com um piso, cobertura de duas águas e duas entradas, com as restantes fachadas sem qualquer abertura. Neste espaço percebe-se de forma clara a organização do lagar e das diferentes fases do processo de produção de azeite, desde o armazenamento e moagem, passando pelo enseinamento até à extração, tendo ainda presentes parte dos utensílios do processo artesanal de produção.

O que de melhor tem este edifício é a forma como ele marca um ponto de chegada em Ariques, não só pelo significado do programa, pois estamos numa região onde o azeite tem um papel fundamental, mas também na forma como o próprio edifício se agarra ao terreno e à sua envolvente, seja esta os diversos caminhos delimitados por muros de pedra seca ou as densas manchas de carvalho.

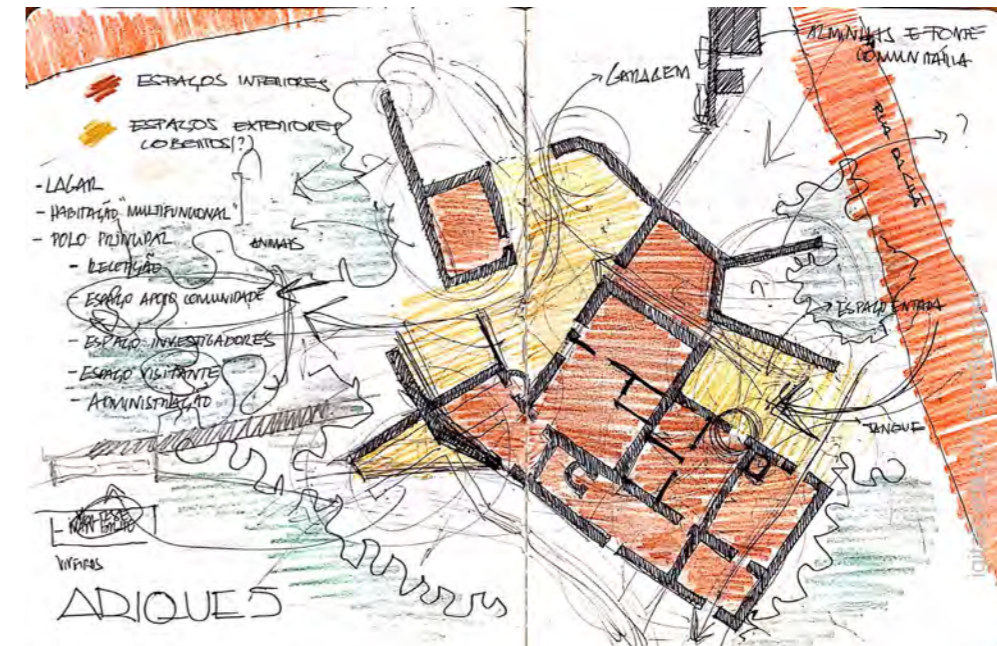


Fig. 70- Esquisso da fase inicial de análise do conjunto

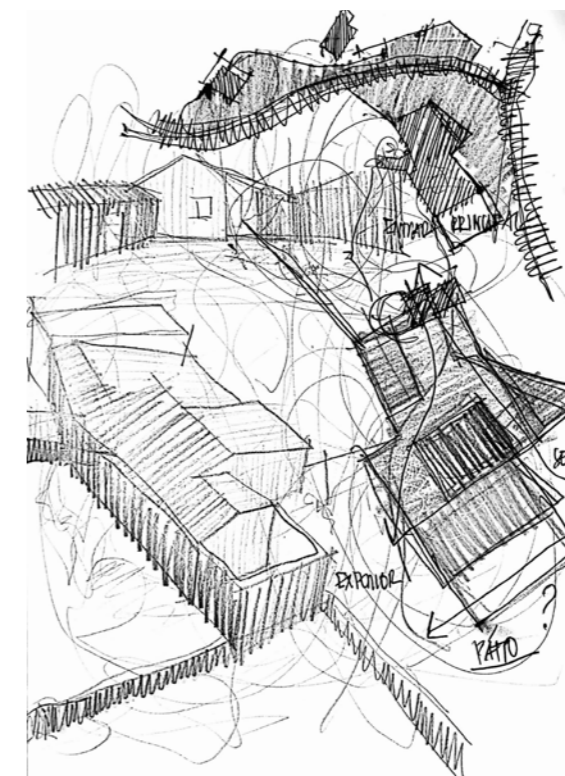


Fig. 71- Esquisso da fase inicial de análise do conjunto

Fig. 72- A- Habitação | B- Fonte Comunitária e capela | C- Casa da eira



Fig. 73- D- Lagar de azeite comunitário | E- Habitação



Quanto ao material de construção que predomina em todo o conjunto de edificado a intervir é a pedra calcária, usada tanto com alvenarias rebocadas, como não rebocadas. Porém, apesar de as alvenarias de pedra se encontrarem em todas as fachadas e serem uma solução fundamental na estrutura dos edifícios, elas são visíveis em certas zonas apenas devido ao estado de ruína do edificado.

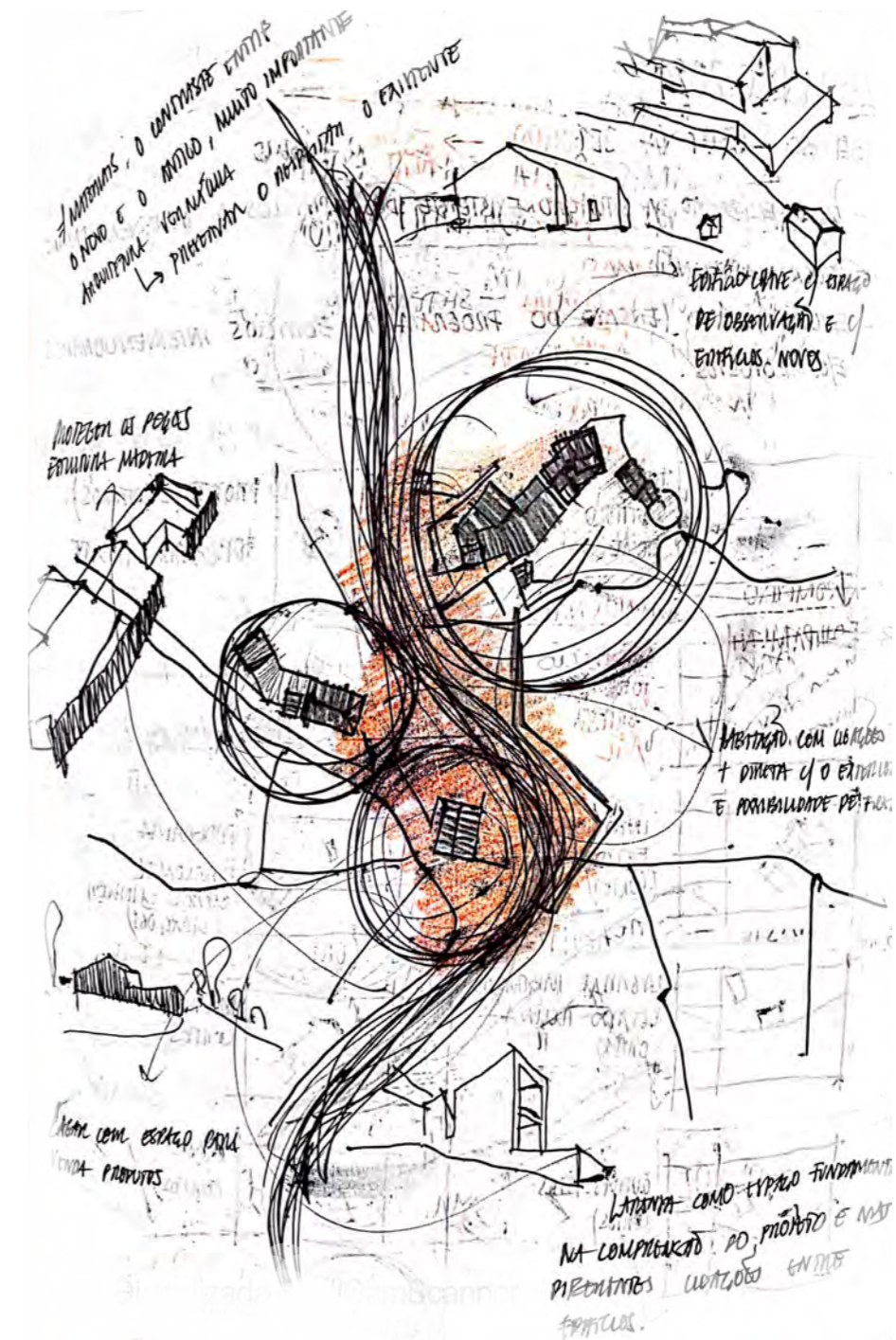
No edifício à cota superior, as fachadas correspondentes aos espaços da prática agrícola têm a pedra à vista, tanto no exterior como no interior. No volume da casa as fachadas ganham outro cuidado e são praticamente todas rebocadas, tanto no exterior como no interior. No revestimento dos pavimentos, nos espaços mais privados da casa, surge o soalho e nos restantes a pedra. O soalho é constituído por tábuas com cerca de 10cm de largura e encontram-se dispostas longitudinal ou transversalmente ao espaço. No sistema de cobertura as asnas de madeira apoiam-se nas paredes de pedra e servem de suporte a toda a estrutura de madeira que segura a cobertura. Esta é feita em telha, surgindo em volta do edifício um beirado de 10cm.

O uso da madeira surge também na caixilharia existente em todo o edifício, em vãos estreitos e pequenos. A casa da eira, ainda neste conjunto, segue a mesma regra estrutural, com a alvenaria de pedra calcária à vista.

Os dois edifícios mais abaixo, a habitação e o lagar, seguem a mesma regra estrutural. Ambos rebocados, o lagar e o piso térreo da habitação com pavimento em pedra calcária, e o piso superior, mais privado, soalho.

As construções, deste conjunto, encontram-se, no geral, em elevado estado de degradação (figura 72 e 73) o que dificultou a precisão de alguns levantamentos e certezas quanto à definição construtiva do existente. Os sucessivos acrescentos, não tendo cuidado com a estrutura e, mais tarde, o abandono dos edifícios, fez com que estes se fossem deteriorando. Sendo assim é fundamental perceber as fragilidades dos edifícios, da sua estrutura, para que se consiga proceder à reabilitação.

Do ponto de vista estrutural, todos os edifícios, com exceção do lagar, apresentam-se em mau estado, sendo necessária a substituição ou o complemento de uma estrutura de suporte em algumas partes, pois as alvenarias já não conseguem visivelmente suportar as próprias paredes e a cobertura. O mau estado dos edifícios é notório, o que levou a uma rápida degradação de algumas paredes exteriores e também de todo o interior, ficando apenas presente parte das paredes estruturais e alguma cobertura que ainda tem suporte.



“Quando faço um edifício, um grande ou um pequeno complexo, gosto muito de imaginar que este se torna parte integrante do espaço envolvente. [...] E é este o espaço envolvente que se torna parte da vida, da minha ou, na maioria dos casos, da vida de outras pessoas. [...] Mas o mais belo é quando as coisas se encontram, quando se harmonizam. Formam um todo. O lugar, a utilização e a forma”

(Zumthor, 2005, p. 64-69).

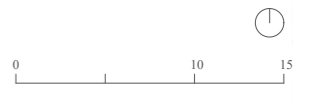


Fig. 75- Planta de cobertura do complexo multifuncional



Legenda:

- | | | |
|--|---|-------------------------------|
| 1. Capela e fonte comunitária | 5. Sala workshops/formação | 9. Residências investigadores |
| 2. Entrada principal edificio | 6. Casa da eira: cafetaria | 10. Laboratório |
| 3. Sala de exposições e sala polivalente | 7. Percursos | 11. Biblioteca e arquivo |
| 4. Espaço de observação | 8. Lagar comunitário e loja de produtos endógenos | 12. Estacionamento |



3.5 Projeto

A proposta tem por base a multifuncionalidade, o que de si denota um conceito fundamental da visão de um novo rural defendida nesta dissertação: cooperação e partilha como um fator de desenvolvimento integrado.

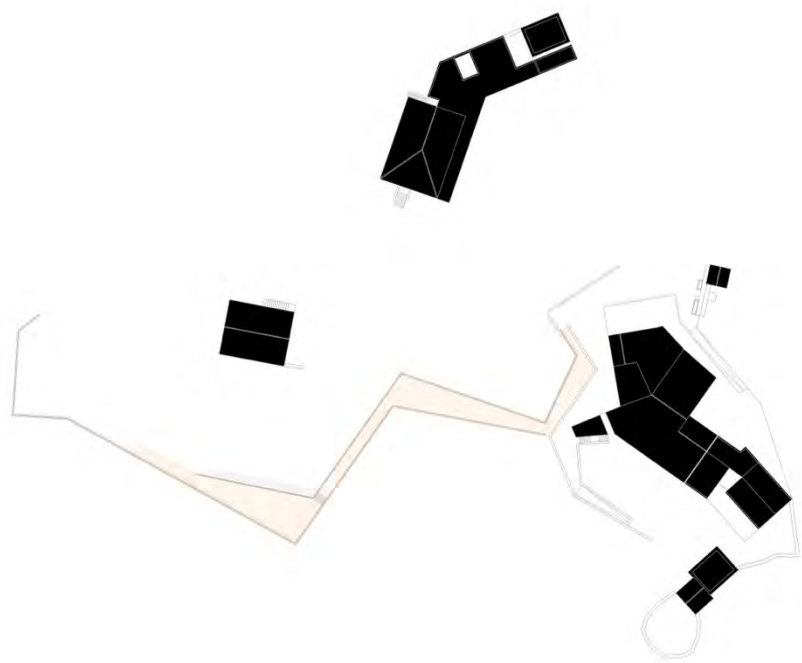
Depois da discussão da estratégia de turma, seus objetivos e diferentes programas de intervenção no conjunto das aldeias da RAC, surgiu o projeto base da aldeia no contexto das outras intervenções de Ariques.

Como referido, na elaboração do Plano de Ação, foi necessário olhar para toda a aldeia e envolvente, pensar em programas de intervenção com base nas necessidades da comunidade e do visitante. De forma a tentar resolver uma série de problemas referidos anteriormente e relacionados com a organização do espaço e a inexistência de programas que dinamizem o lugar, foram propostas várias intervenções, já referidas, em toda a aldeia, juntamente com Catarina Jegundo, e não se restringindo ao centro de identidade de Ariques.

O projeto baseia-se na criação de um **complexo multifuncional**, no qual poderão ter lugar diferentes tipos de atividades que têm como principal objetivo a valorização do património natural de Ariques e toda a região de Sicó, e também a valorização da marca "calcário", onde a **comunidade**, a **investigação** e a **visita** são as principais componentes programáticas da proposta. Preservar a identidade do território, valorizar as suas forças e **receber**, **informar** e **integrar** a população local, investigadores e os visitantes, são as ideias-chave do programa funcional do complexo multifuncional e que se defende serem uma força motriz do desenvolvimento da aldeia e da coesão social, criando, assim, com este conjunto de valores, o **centro de identidade** de Ariques

O programa centra-se na necessidade de valorizar o património natural e os saberes e tradições a ele associados. Para isso, propõe-se reabilitar e criar espaços que permitam esse olhar da paisagem. Com isto pretende-se criar espaços dedicados à investigação do património natural de Sicó, assim como uma pequena residência para investigadores, onde se possa desenvolver investigação sobre o território e no território, tirando partido da proximidade dos recursos da investigação e uma mais fácil interação entre território-laboratório.

Associados a este programa e ao objetivo de integrar a comunidade e o visitante, são necessários espaços polivalentes que permitam informar, proporcionar o convívio e interação das pessoas em torno do(s) património(s) e assim promover a interculturalidade. Como resposta, o projeto integra espaços para desenvolver diferentes tipos atividades em grupo e/ou de cocriação, como *workshops* ou seminários, assim como de espaços de exposição e reunião, no edifício à cota superior, o edifício polivalente. A casa da eira é reabilitada ganhando um programa necessário às exigências do complexo, tornando-se numa cafetaria. Apesar da mudança de programa, a sua organização mantém-se permitindo perceber o que lá existiu.



LABORATÓRIO
RESIDÊNCIAS INVESTIGADORES

LAGAR COMUNITÁRIO
Lagar e loja produtos endógenos

EDIFÍCIO POLIVALENTE
Salas de exposições, de multiusos,
de workshops, espaço observação

CASA DA EIRA
Cafetaria

Fig. 76- Planta esquemática da proposta



Fig. 77- Plantas esquemáticas do existente e de vermelhos e amarelos do complexo

Por fim, o turismo de experiência, em relação direta com a comunidade. Com a reabilitação do antigo lagar de azeite, conseguem-se oferecer novas instalações para que a comunidade de Ariques e aldeias vizinhas usufruam aquele espaço para a produção agrícola de base comunitária e, ao mesmo tempo, integrar o visitante nas tradições e saberes locais.

Do ponto de vista funcional, a proposta em questão tem ligações diretas com outras propostas para aldeias da RAC. É esse o caso do Laboratório de Sicó, em Granja, proposta do colega Nuno Santos para a criação de um organismo dedicado à valorização de produtos endógenos, associada, portanto, à agricultura, com uma componente de monitorização e promoção de inovação. Além desta, também terá ligações com a proposta para a aldeia do Ribeirinho, da colega Joana Correia, relacionando o turismo de aprendizagem e o turismo de experiência. Com Casmilo, terá relações funcionais com o programa proposto pela colega Inês Bailão, uma comunidade de aprendizagem, um modelo de ensino alternativo, bem como com o projeto proposto pela colega Catarina Ribeiro que visa a capacitação do Centro Recreativo, Cultural e Desportivo de Casmilo, a associação local desta aldeia. A proposta em Chanca, do colega Tiago Silva, a criação de um *hub* de desportos de aventura e natureza, tendo presente desporto na vasta paisagem e património natural e por fim, o Laboratório do Património, no Pombalinho, um organismo proposto pela colega Inês Gouveia para a valorização dos patrimónios de Sicó integrando a comunidade, e onde algumas iniciativas nele desenvolvidas, se podem materializar em Ariques.

Tendo em conta os programas propostos, foi necessário um olhar cuidado sobre o existente e a sua aptidão para dar resposta ao programa funcional, percebendo-se a necessidade de novos volumes de construção para conseguir juntar todo o programa do complexo e dar resposta às suas exigências (figura 77).

Deste modo, foram definidos os seguintes princípios orientadores do projeto no que diz respeito às opções materiais e de imagem: o existente, quando possível é reabilitado, estabilizado, introduzindo novo desenho, como é o caso dos alçados, pavimentos e coberturas, em algumas situações. O novo usa materiais diferente, tentando integrar estes com o existente, mas dando-lhe a imagem contemporânea.

Assim propõe-se a integração de volumes de construção novos, mas que têm em conta o existente, ou seja, a escolha dos materiais de construção e o próprio desenho são sensíveis às características da arquitetura vernácula do restante edificado do complexo. Como complemento aos programas servidos pelos edifícios, são projetados diversos percursos e é feito o tratamento do espaço público. Estes espaços têm por objetivo criar ambientes qualificados e seguros, que possibilitem, tanto aos moradores de Ariques como ao visitante, o convívio e a realização de atividades que proporcionem a interação social.



Fig. 78- Conjunto de algumas referências de projeto. Autores em Fonte de Imagens

Com as soluções arquitetônicas propostas, dá-se assim lugar a novas formas de olhar e percorrer o território, sensíveis ao lugar, de modo a gerar uma unidade entre todos os edifícios e o contacto direto com o património natural, a âncora do desenvolvimento deste projeto.

Referências

Como se pode ver na figura 78 para o desenvolvimento desta dissertação, foram várias as referências arquitetônicas que permitiram a criação de um conceito para o projeto do complexo multifuncional, referências essas com problemas idênticos, programas relacionados com os propostos e soluções construtivas onde o vernáculo está presente, ou o novo em ligação com o pré-existente. Para além das referências diretamente relacionadas com a reabilitação, foram surgindo outras mais relacionadas com a materialidade, a forma do edifício e com a ligação com o espaço envolvente, o natural, sendo este um aspeto fundamental na justificação da proposta.

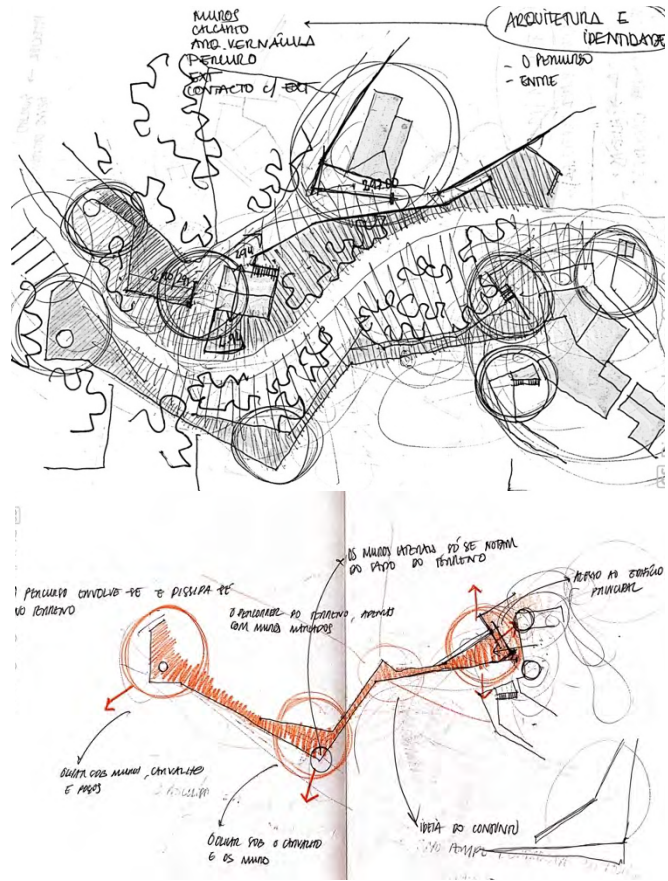


Fig. 79- Esquissos do desenvolvimento do percurso



Fig. 80- Fotomontagem dos percursos pela envolvente

Sendo o património natural essencial no conceito desta proposta, era fundamental criar e/ou integrar no projeto elementos que o valorizem, mesmo no exterior do conjunto edificado. Assim, como complemento dos quatro edifícios do complexo, são criados e requalificados percursos que os articulam, valorizando-os, e funcionando como uma exposição permanente do património natural de Ariques, mostrando assim, a quem os percorrer, as diferentes espécies anteriormente faladas e que mais caracterizam o território, como é o caso do carvalho-cerquinho, a azinheira, a orquídea selvagem, entre outras.

Estes percursos, integrando o centro de identidade de Ariques, marcam o início da aldeia no lado poente, começando nas cotas mais baixas até ao largo, onde surgem as primeiras habitações, e dividindo-se pelos dois lados da Estrada de Santiago, permitindo diferentes formas para chegar ao edificado e apreender este complexo como um todo, onde cada edifício e cada percurso é fundamental para compreender a intervenção.

Com a necessidade de olhar para a envolvente, o desenho dos percursos surge como um curso linear que é conectado com algumas plataformas ao longo da subida, de modo que estas criem pontos de vista sob a paisagem. O próprio percurso vai variando de direções, entrando mais na mancha de arvoredo ou recuando quase até à Estrada de Santiago. A sucessão de plataformas à cota mais alta permite que o edifício central da proposta se torne o próprio remate dos percursos pedonais, conduzindo assim, quem os percorre a uma nova e mais dinâmica forma de chegar ao edifício.

O início dos percursos é marcado por uma plataforma, numa das entradas da aldeia, de acesso através da rua principal, permitindo o estacionamento de automóveis num nível inferior, de modo a promover a chegada ao edifício polivalente de forma pedonal.

A chegada a Ariques por poente é marcada por muros de pedra seca e por dois poços de água que vão surgindo dos dois lados da rua e que dão o primeiro contacto visual com a encosta e com os percursos.

Ao percorrer o percurso é-se conduzido a olhar para o envolvente (figura 80) o seu desenho do percurso, permite ter um contacto mais direto com a flora, num primeiro momento, depois esse contacto permanece, mas sem poder transpor os limites da implantação e a forma dos percursos vai variando de modo que surgem diversos pontos de paragem ao longo do trajeto. Esses pontos são marcados visualmente pela mancha de arvoredo e pelos edifícios da proposta, que se vão conseguindo avistar, percebendo-se uma relação entre o contruído e o natural. O mais marcante é o espaço de observação, que se eleva num dos lados do edifício polivalente e que procura ser o remate visual dos percursos, surgindo como um corpo novo no meio do arvoredo.



Fig. 81- Esquissos do desenvolvimento do percurso e ligações com o espaço de observação

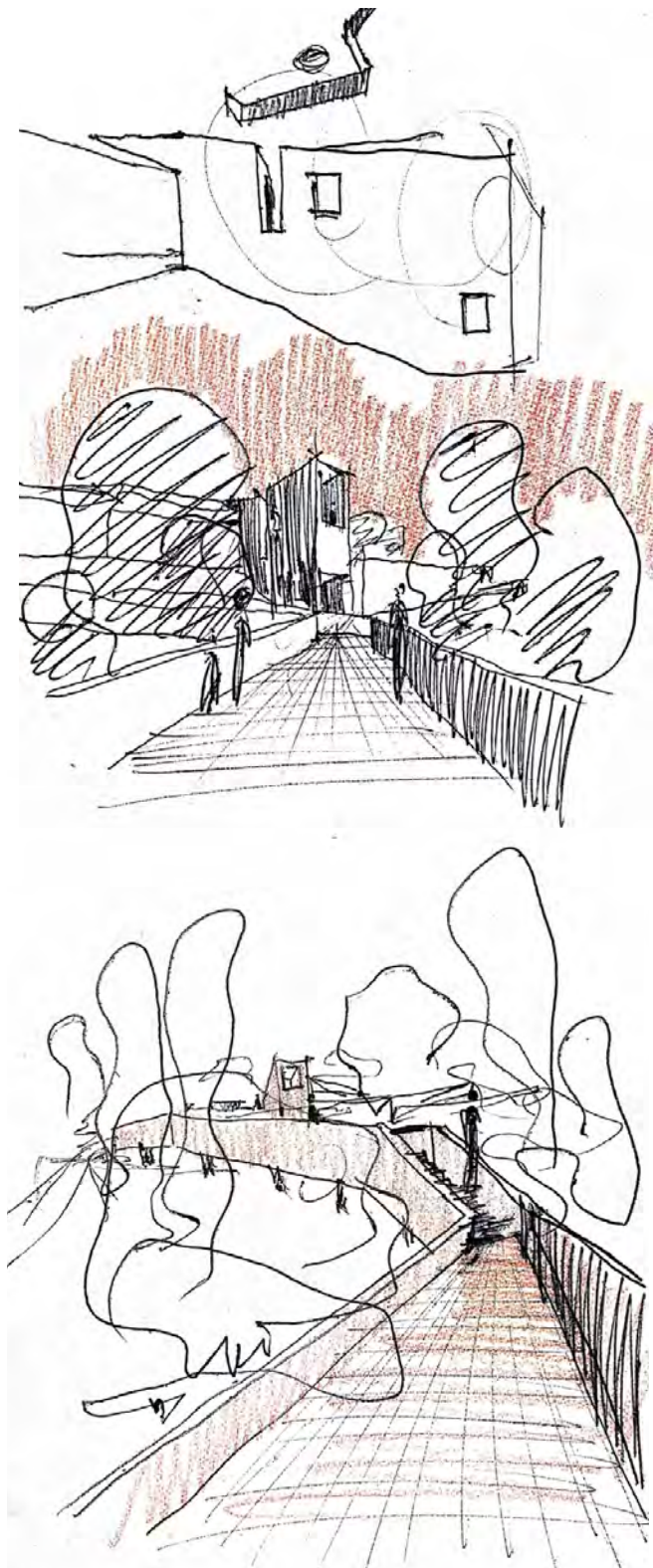


Fig. 82- Esquissos do desenvolvimento do percurso e ligações com o espaço de observação



Fig. 83- Fotomontagem do largo de chegada e o edifício polivalente em plano de fundo



Fig. 84- Fotomontagem da chegada da rampa do edifício do lado da Rua da Chã



Fig. 85- Registo fotográfico da maquete de estudo à escala 1/200

A caracterização construtiva dos percursos remete para uma arquitetura contemporânea. A pedra calcária e o aço corten são os elementos principais, sendo o aço corten usado nos percursos e a pedra nos muros de contenção. O aço é usado ao longo de todo o percurso, no pavimento, degraus e guardas. Estes elementos criam ligações com os muros de pedra seca existentes. À medida que se sobe o passadiço vai-se construindo, isto é, na cota mais baixa, como referido anteriormente a relação passadiço-envolvente é mais direta, o exterior envolve-se no passadiço, sem criar limites, mantendo-se o piso existente apenas com guarda em alguns momentos.

Os muros de contenção das diversas plataformas, na cota mais alta, surgem como um embasamento do edifício, permitindo que os passadiços valorizem este edificado surgindo assim com este conjunto uma ponte entre o existente e o novo, as diferentes arquiteturas. Todo o passadiço é construído em aço corten, a estrutura e os seus elementos. A definição deste percurso recai sobre a necessidade de criar limites entre o construído e o património natural. O pavimento é em aço, com o pavimento numa grelha perfurada em aço corten e com painéis de aço a formarem as guardas destacando-se na paisagem com a sua tonalidade, mas permitindo que o tempo passe por eles e vá deixando a sua marca.

O edifício polivalente

O programa funcional do complexo e os seus objetivos referidos anteriormente permitem perceber a organização base do edifício polivalente proposto. Este colabora na organização da envolvente de intervenção com os restantes edifícios do complexo, o largo com a pequena capela de Ariques e a fonte comunitária. O acesso ao edifício desde o lado do largo é feito através das plataformas numa sucessão de cotas que são vencidas através de uma rampa que permite perceber o edifício antes de entrar nele (figura 85).

A organização espacial é clara: o espaço exterior e a forma dos volumes definem facilmente uma zona de entrada, na qual o volume se dobra e permite o espaço de chegada. Foram demolidas todas as construções espúrias, adjacentes ao edifício existente. No interior a organização do existente já era clara, mas de modo a albergar o novo programa tiraram-se todas as divisões interiores que não eram importantes nem estruturais, de modo a permitir uma leitura da estrutura regrada outrora capaz. A partir desse princípio prolongou-se a regra da estrutura existente e criando uma nova integrou-se os novos volumes.

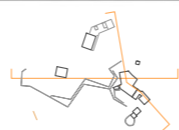
O existente comunica com a intervenção exterior proposta, para o espaço público, criando uma relação de espaços, nunca um opondo-se ao outro. O edifício divide-se em duas partes, a existente e uma nova que se relaciona com a existente através dos materiais de construção e, naturalmente, do programa funcional. Assim, o programa direcionado para acolher o visitante, com espaço de receção, salas de reuniões, palestras e áreas de exposições, é resolvido no edificado existente. Por sua vez, o programa dedicado ao tema da valorização do património natural e à



Fig. 86- Planta do edifício polivalente (cota 304m)



Fig. 87- Cortes do edifício polivalente



criação diretas de relações com o mesmo, tem lugar no novo edificado, mais a sul, o espaço dedicado à observação.

Como podemos ver na figura 86, a entrada no edifício é feita por um *foyer*, com uma pequena área de receção e características que permitem que seja multifuncional, em relação direta com uma sala de exposições. Este espaço caracteriza-se por um pé-direito maior em relação ao restante edifício, configuração essa resultante dos cruzamentos das águas na cobertura, criando a possibilidade de uma entrada de luz zenital. A configuração do edifício permite que este se feche para a zona de entrada e para o largo de chegada e procure luz do lado poente, virando todos os seus vãos para a grande mancha de carvalhos cerquinhos, funcionando assim estes como um quadro de apresentação do território, onde as relações visuais são totais com a pertinência base deste programa.

Deste espaço, conseguimos perceber que o edifício se prolonga para sul e para poente onde surge um novo material que constrói o espaço de observação.

A partir do *foyer* tem-se então acesso direto à sala multiusos, que permite a realização de atividades como seminários ou apenas palestras, mas também ser usado como um espaço de reunião para a comunidade. Espaço amplo com um pé direito favorável, pois toda a estrutura da cobertura é aparente, ou seja, não é usado um forro sob as asnas.

A partir da zona de entrada tem-se ainda acesso direto a um espaço de exposição permanente que pode criar ligações com alguma exposição temporária que se coloque no *foyer*. O edifício desenvolve-se num corredor existente, que nos permite olhar para o exterior e prolongar atividades feitas no edifício em contacto com a natureza. Ao percorrermos esse espaço temos acesso às instalações sanitárias e a um pequeno espaço de arrumos.

As fachadas do volume existente respeitam e valorizam a arquitetura vernácula, tanto no que diz respeito aos materiais de construção, como no dimensionamento e caracterização dos vãos, sendo assim são aproveitadas, na maioria, as aberturas existentes.

O novo volume associa-se ao existente, prolongando-o no plano de uma das fachadas, e integra um espaço dedicado a *workshops* que podem ser realizados com escolas, turistas e investigadores.

Separada do volume existente, surge, no lado poente, uma nova construção vertical em virtude da pendente da colina, proporcionando um espaço de observação e contemplação. Surge com a necessidade de complementar os programas propostos e o percurso. Implanta-se no local de um antigo anexo da casa que se encontrava à mesma cota do interior da habitação, o que fazia dele um muro de suporte, controlando assim o declive na zona tardoz da casa.

A construção vertical faz a transição de cotas entre o seu topo nascente, onde se localiza a entrada, e o topo poente. Tem, por isso, dois pisos: o superior à cota do edifício polivalente e inferior com acesso pelos percursos que se desenvolvem desde a área onde passa o ribeiro.



Fig. 88- Fotomontagem largo de chegada

Fig. 89- Fotomontagem lado poente do edifício, chegada dos percursos

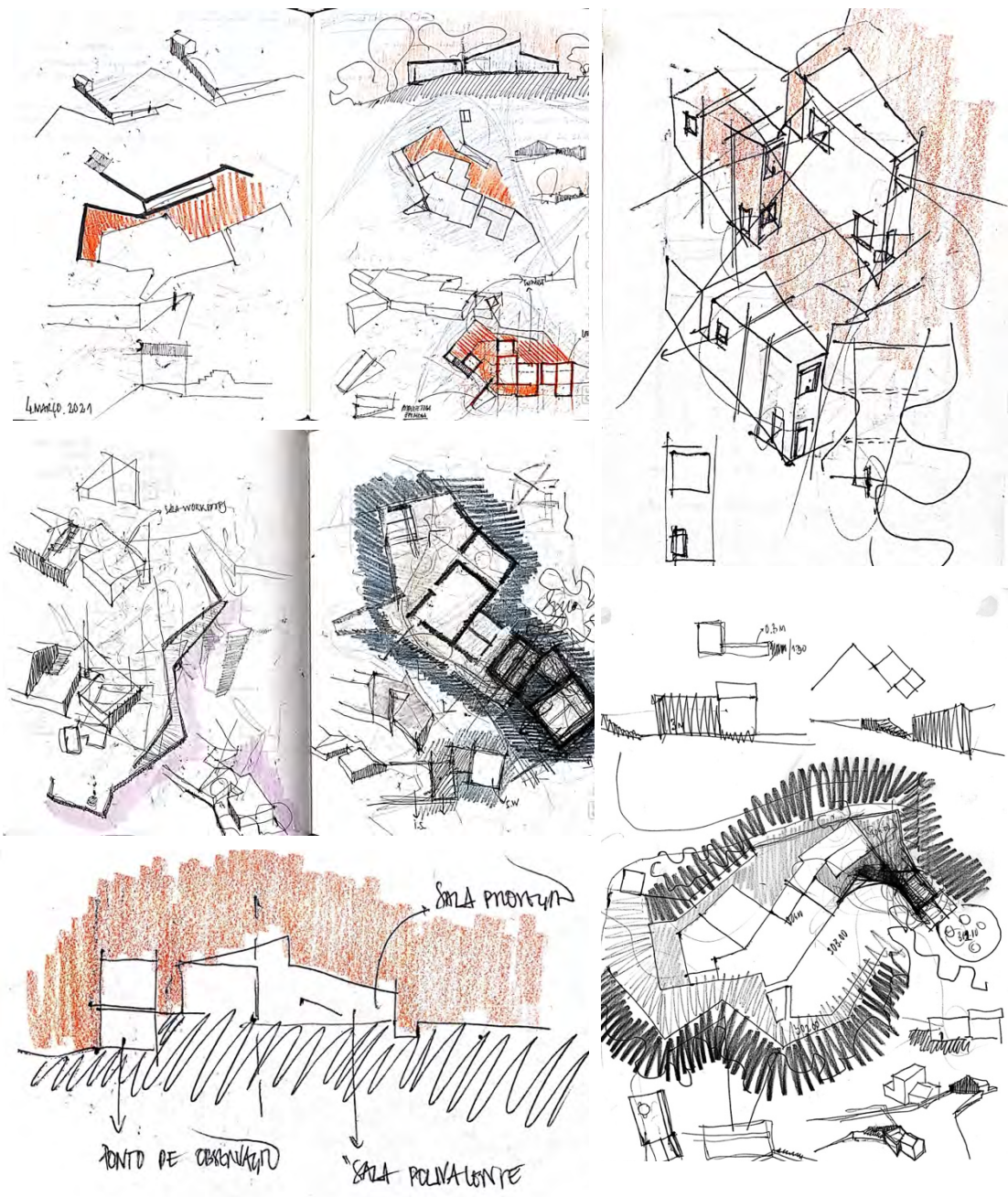


Fig. 90- Esquissos de projeto

O volume, visto do lado do lado sul, não tem dimensão nem ar de torre, mas visto de poente, apresenta-se vertical e marcando a aproximação ao *centro de identidade* da aldeia, tendo em conta a sua dimensão e expressão construtiva.

O conjunto edificado tem todo um desenvolvimento horizontal, num piso térreo, tendo apenas variações na cobertura. Esta característica é desconstruída com o volume do espaço de observação e das sucessivas plataformas que fazem uma espécie de embasamento da entrada do edifício, surgindo a ideia de verticalidade, equilibrando as ligações entre volumes, de modo que a entrada nestes espaços da aldeia seja hierarquizada, tornando cada um numa sucessiva etapa de um percurso que começa na cota mais baixa da aldeia.

A definição material e construtiva deste conjunto tem duas linguagens que se unem: no existente, reabilitado, a alvenaria de pedra calcária aparente ou então reboco, mas com uma estrutura de suporte de betão no interior, pois as paredes já não conseguem fazer o seu papel original de suporte da cobertura; no novo, a estrutura com paredes de betão aparente pigmentado e picado. Este novo material surge para criar ligações com o existente, ao não ser um betão dito normal, o cuidado na sua pigmentação e textura permite ter um maior cuidado com os volumes existentes e com o natural que envolve o edifício. Ao criar este novo volume conseguiu-se que este se destacasse, mostrando novas técnicas construtivas, novos discursos arquitetónicos tendo sempre em atenção que este dialogasse com a nova estrutura de apoio de betão ao longo de todo o edifício.

Os volumes dos edifícios de workshops e do espaço de observação são então desenvolvidos com base na construção nova. Esta diferença de materiais exteriores permite que o edifício num todo crie diferentes relações com o exterior e diferentes sensações a quem o percorre. O espaço de observação, de modo a complementar os percursos é em aço corten.

No interior do edifício, a estrutura, no existente, encontra-se na maior parte das vezes à vista. O espaço de entrada é marcado pela estrutura de madeira à vista que desenha um ritmo nas coberturas inclinadas e a sala polivalente tem presente as asnas da estrutura à vista. A força da estrutura de madeira presente e a forte presença do exterior nos vãos fizeram com que se optasse por paredes brancas, não absorvendo assim em momento algum as grandes forças do edifício.

O lagar e a eira

Com um programa mais destinado à comunidade ao turismo e ao turismo de experiência, são reabilitados o lagar e a casa da eira. De todo o conjunto que forma o complexo multifuncional, estes edifícios são os únicos que se apresentam num estado que não justifica uma nova estrutura portante, apenas a estabilização da que existe e o seu reforço em zonas mais frágeis. A casa da eira

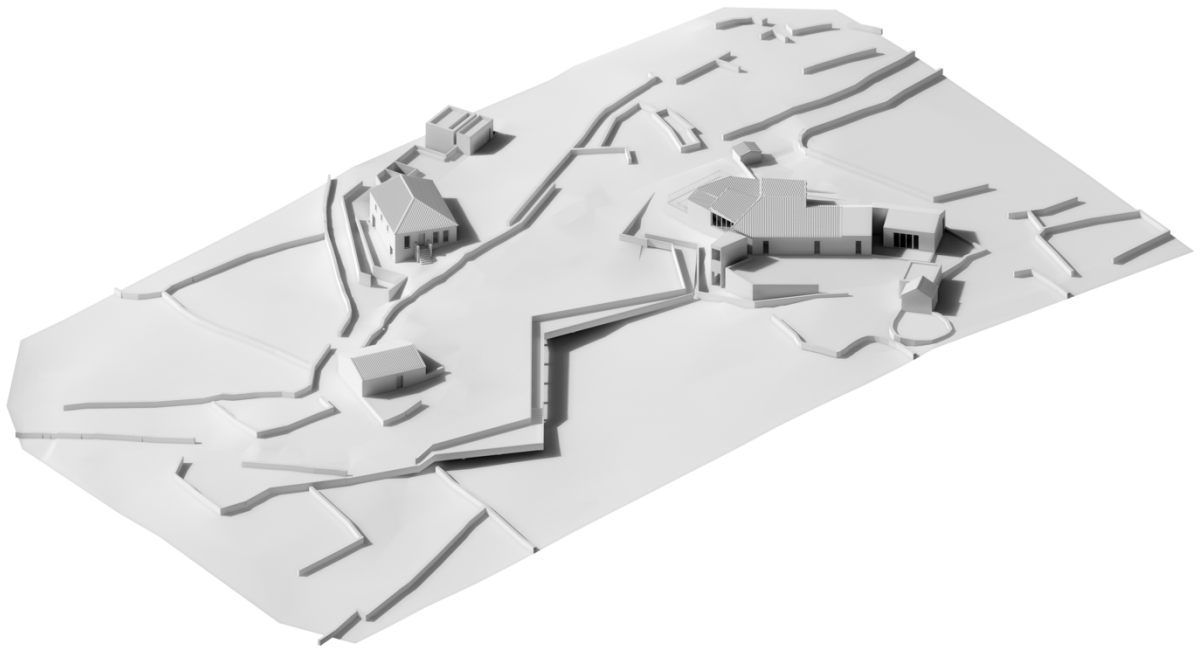


Fig. 91- Desenho 3D da área de intervenção: Complexo Multifuncional

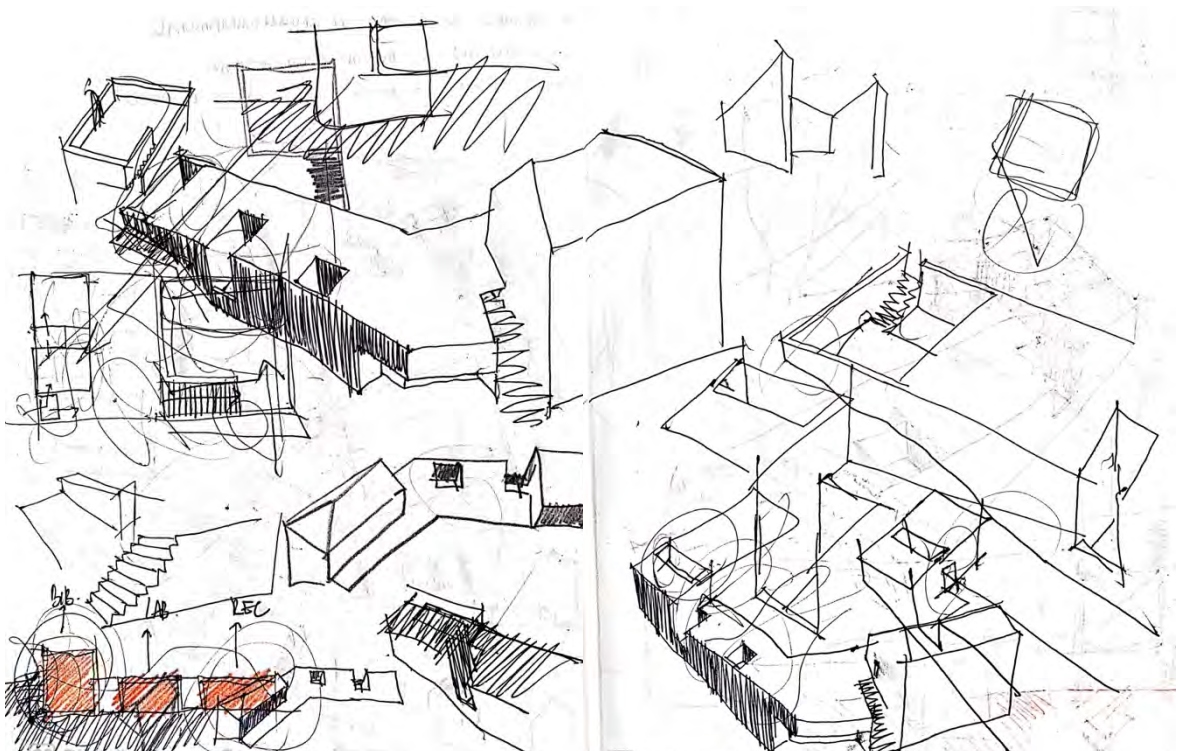


Fig. 92- Esquissos de projeto: Laboratório e residência

desta habitação é um pouco maior do que as casas da eira visitadas em outras aldeias, o que pode denotar a capacidade produtiva da exploração agrícola que lhe esteve associada. Sendo assim, a casa da eira, é composta por dois elementos, o volume de acesso direto à eira e uma extensão. Destes dois elementos, num deles é reabilitada a estrutura, no outro volume é feita uma estrutura nova, com os novos materiais do edifício novo, o betão pigmentado e picado. No lagar é melhorado o espaço exterior, principalmente da zona norte, permitindo que o lagar se destaque a quem chega à aldeia desde Santiago de Ariques.

Construtivamente, a pedra calcária e a madeira de carvalho são os únicos materiais usados nestes dois edifícios. No caso do lagar, as paredes são rebocadas tanto no exterior como no interior na casa da eira a pedra permanece à vista. Em ambos os edifícios as coberturas são reabilitadas, deixando a estrutura aparente.

No edifício do lagar propõe-se manter os utensílios tradicionais destinados à produção de azeite – os existentes, se for possível a sua reabilitação, ou novos no caso de não ser – de modo a viabilizar a produção, preferencialmente numa base comunitária. Além desta componente do programa do edifício do lagar, propõe-se a criação de um pequeno espaço para venda de produtos endógenos.

A casa da eira, torna-se numa cafetaria, possibilitando ao visitante, à comunidade ou ao investigador um espaço de estar, possibilitando o uso da eira para a criação de atividades do complexo ou para uso da comunidade.

O laboratório e a residência de investigadores

Para uma compreensão cabal do património natural é fundamental uma imersão nos territórios com elementos que permitam aos investigadores desenvolver o seu trabalho, em contacto direto com as realidades em estudo. Assim, a proposta para a aldeia de Ariques integra também um laboratório e uma residência para investigadores.

Este projeto implanta-se na habitação situada mais a norte do conjunto edificado que compõe o complexo multifuncional. Esta proposta surge neste sítio, pois esta é a zona da aldeia onde a mancha verde e os percursos existentes em muros de pedra seca encontram uma relação direta com o contruído, neste caso a habitação existente. Estas relações com a envolvente justificam em grande parte a implantação deste programa neste lugar, pois, apesar de ser mais isolado, a relação com a natureza é mais intensa.

Por este edifício ser um dos que apresenta diversas dificuldades para a sua compreensão devido ao elevado estado de degradação, tentou-se reter os traços, formas e medidas mais

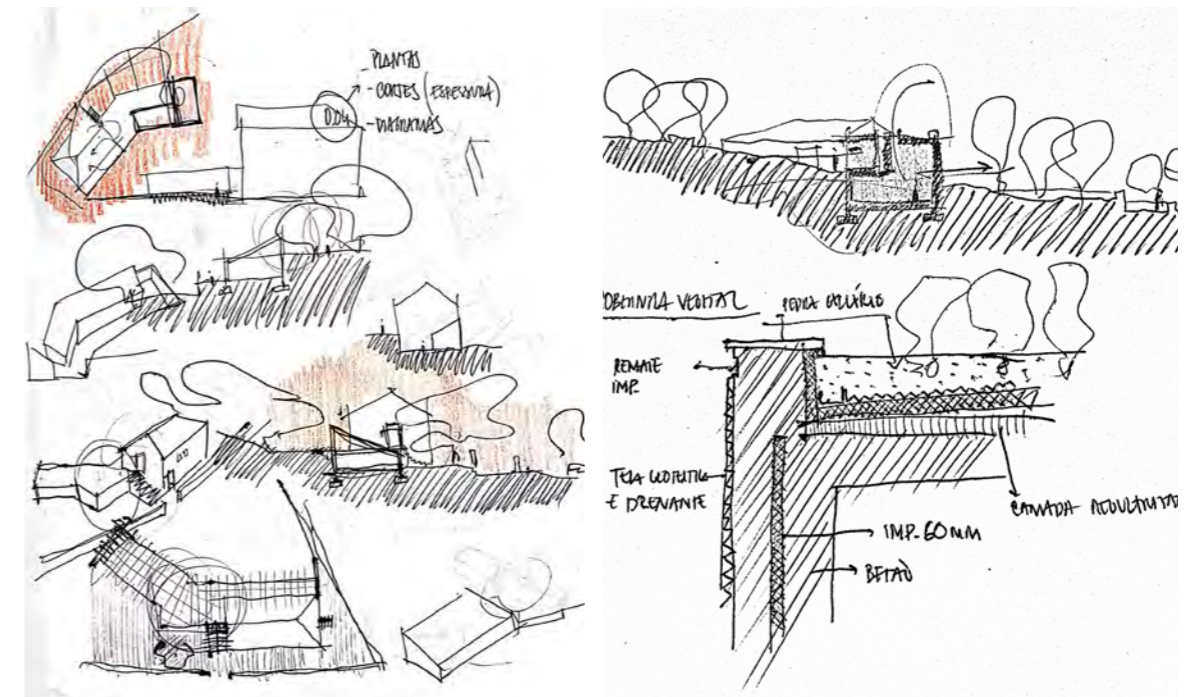


Fig. 93- Esquisso do laboratório e residência com pormenor de cobertura ajardinada



Fig. 94- Fotomontagem de cobertura ajardinada do laboratório



Legenda:

Lagar de azeite:

1. Entrada/ Espaço de produtos endógenos/ Zona de moagem
2. Zona de enfeitamento e prensagem

Complexo de investigação:

3. Entrada/ Foyer/ Recepção
4. Espaço estar investigadores
5. Sala de reuniões
6. Espaço de circulação e arrumação
7. Instalações sanitárias
8. Pátio
9. Laboratório
10. Biblioteca/ Arquivo

0 10 15

Fig. 95- Planta do lagar e laboratório (cota 306m)



Legenda:

Residência dos investigadores:

1. Quarto individual
2. Instalações sanitárias
3. Cops/lavandaria
4. Zona de estar
5. Espaço de trabalho

Complexo de investigação:

10. Biblioteca/ Arquivo
11. Armazém
12. Cobertura dedicada à experimentação de trabalhos do laboratório

0 10 15

Fig. 96- Planta da residência de investigadores (cota 299m)

importantes da casa, de modo a integrar parte do existente. Como o volume existente não tem capacidade para dar resposta ao programa funcional, criou-se um novo volume, do lado norte.

Este projeto divide-se, então, em dois volumes (figura 95): o existente, reabilitado para residência e zona mais pública do laboratório; e o novo volume que alberga os espaços privados do laboratório. Estes dois volumes estão separados por umas escadas, unindo-se apenas no interior do piso térreo.

O volume existente tem entradas nos seus dois pisos, o que resolve a separação da área de residência, no piso primeiro piso, da sala de reuniões dos investigadores, instalações sanitárias e arrumos no piso térreo. No volume novo o programa resume-se a um espaço de receção, ao laboratório, arquivo/biblioteca e campo de experimentação.

O corpo existente está parcialmente enterrado do lado nascente, no piso térreo, devido ao declive do terreno. Sendo assim, o programa destinado aos trabalhos de investigação encontra-se no piso térreo de ambos os volumes, o existente e o novo, havendo ligações entre eles. A sua organização é simples, com zonas de distribuição do lado enterrado, aproveitando o mesmo para zonas de trabalho e arrumação. No piso superior, existem quatro quartos para investigadores, zonas comuns e um espaço de trabalho.

No edifício novo, os dois pátios surgem são elementos organizadores do programa, tomando os diversos espaços de fácil comunicação, ajudam na iluminação e também podem ser usados como possíveis zonas de experimentação. Este novo edifício faz um remate daquele conjunto, com o volume da biblioteca e o arquivo. A sua cobertura é apropriada pela vegetação podendo também funcionar como campos de experimentação dos investigadores.

As opções quanto à definição material e construtiva do edifício são muito semelhantes às que foram tomadas no projeto do conjunto edificado à cota superior. O novo volume tem uma regra estrutural tendo em conta um desenho de cheio e vazios daqueles diferentes espaços. A nível material, é usado também o betão armado para complementar a ideia anteriormente falada e permitir a construção mais tectónica como a intervenção na cota superior. O betão pigmentado e texturado pretende dar expressão ao volume que surge enterrado e vai desaparecendo, acompanhando o declive, à medida que caminhamos para norte, parecendo um corpo que sempre ali existiu. No seu interior, devido às exigências programáticas, os espaços são claros e os materiais neles usados permitem uma fácil utilização, o betão é usado a nível estrutural e revestimento, aparecendo também, na sua cor original no interior do edifício, nos pavimentos é usado o microbetão.

No edifício existente é criada uma estrutura de apoio de betão, de modo a suportar as paredes rebocadas de calcário, a estrutura de madeira do soalho à vista no primeiro piso e a estrutura de apoio da cobertura, à vista também, nos espaços comuns da residência.

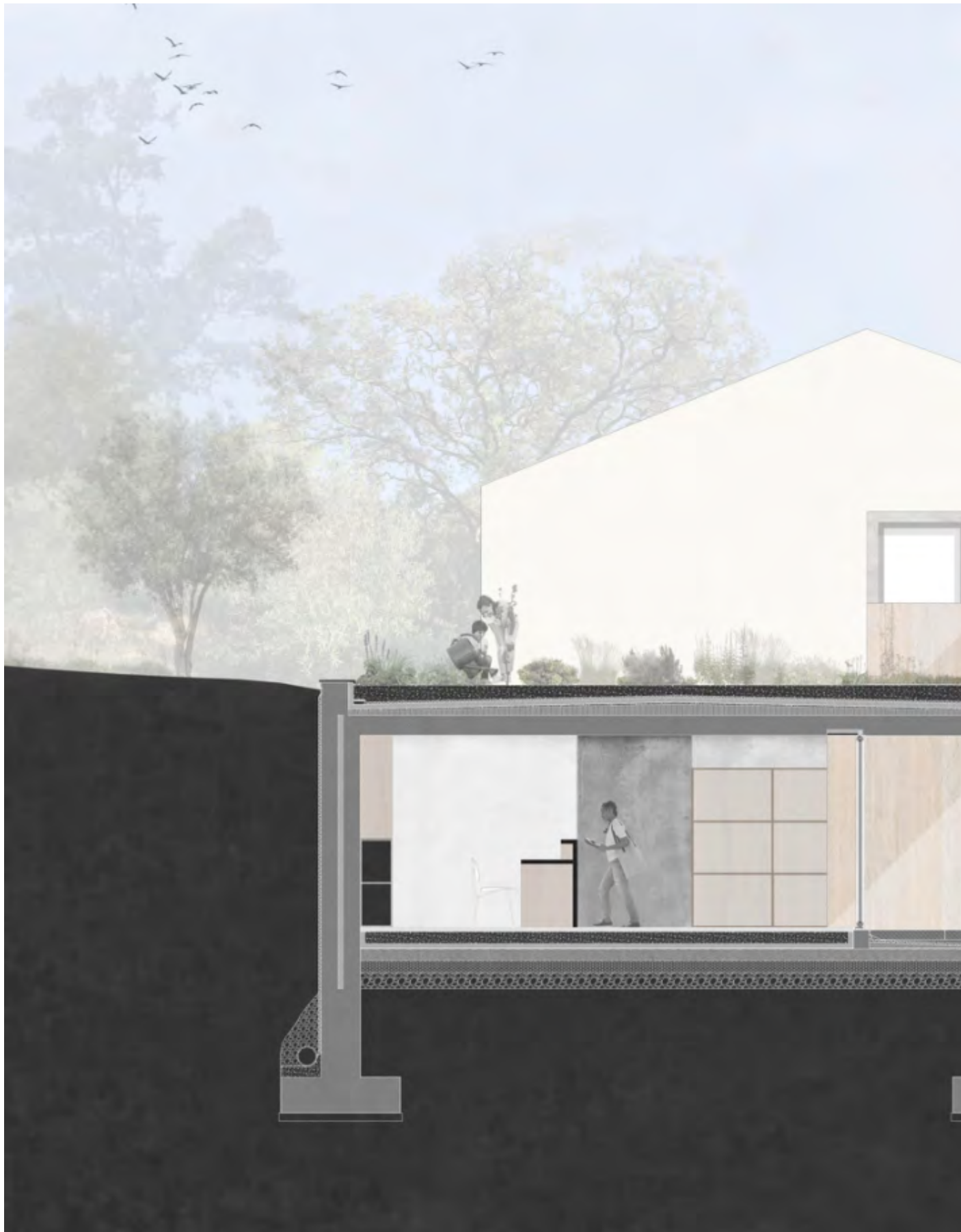
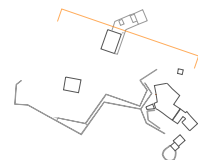


Fig. 97- Alçado existente e definição construtiva do piso do laboratório com cobertura ajardinada



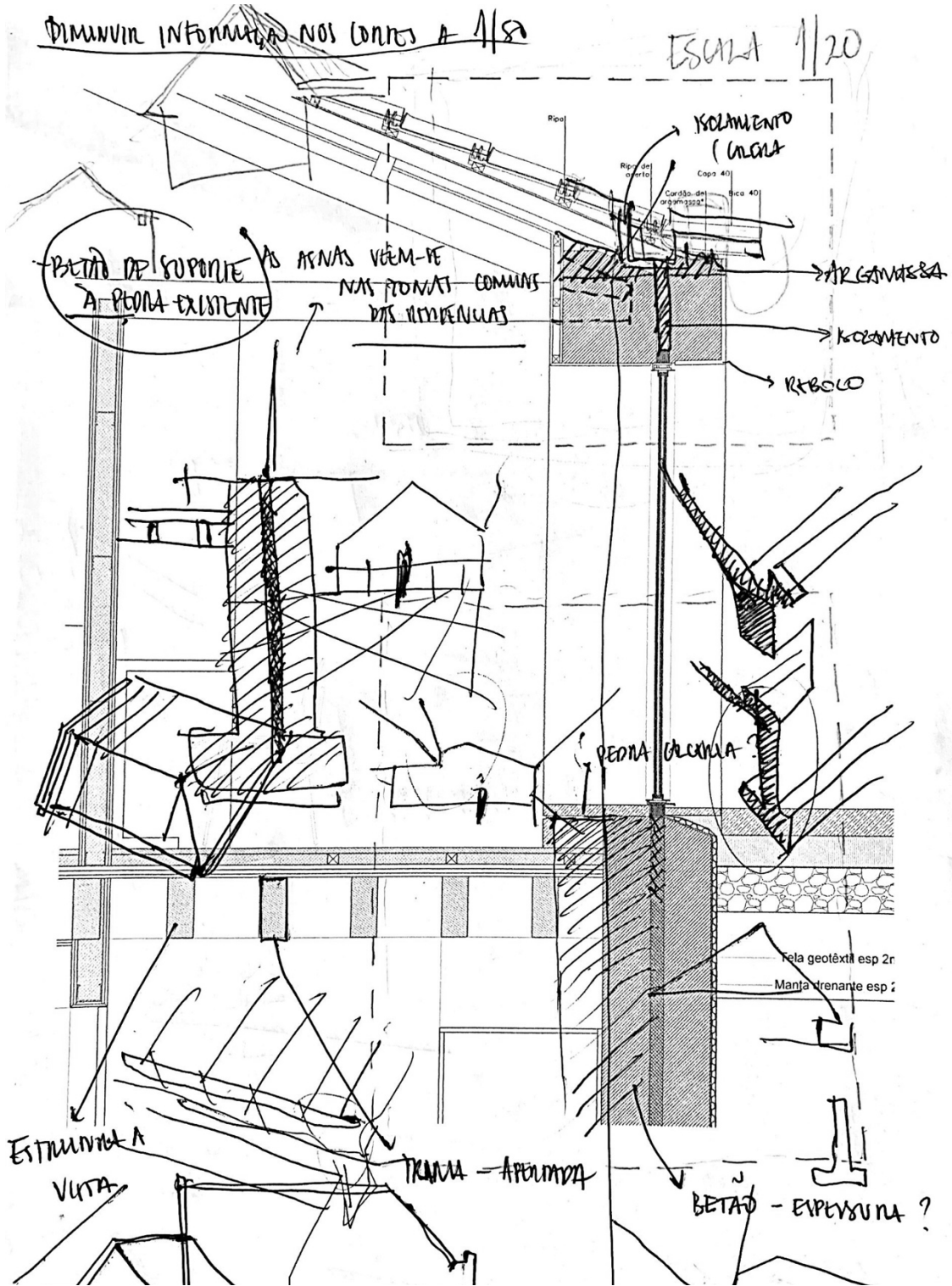


Fig. 98- Esquissa de estudo acerca de estrutura e revestimentos interiores e exteriores do volume existente do laboratório e residência

Qualquer intervenção no complexo resultou de um pensamento e leitura do conjunto, tendo por base o mesmo conceito. Este resulta de um conjunto de relações, exteriores e interiores entre os quatro edifícios, onde os diferentes programas se complementam e onde procuram estabelecer uma mesma linguagem para a resposta a diferentes problemas. Este projeto centrou-se na valorização do património de Sicó, mais concretamente o património natural e cultural, pretendendo assim os programas propostos dar resposta às necessidades da comunidade, do visitante e do investigador.

Considerações finais

Como diria Carrilho da Graça (*in* Dias, 2016), “Gosto de olhar para o território não só como forma, mas como conteúdo, com tudo o que culturalmente o constrói e ocupa: as pessoas, os animais, as plantas, a geologia. Olhar para a realidade e para a história.” O desenvolvimento desta dissertação resultou de um olhar crítico sobre o território, da sua análise e compreensão das suas fragilidades e das necessidades de intervenção para as corrigir. O desenvolvimento do projeto parte da definição de um programa funcional, pensado no âmbito de uma estratégia de desenvolvimento integrado de núcleos urbanos no espaço agroflorestal de Sicó. A sua materialização integra preexistências, o edificado e a envolvente em que este se insere, com todas as características que marcam a identidade do território de Sicó e é entendida como uma oportunidade de valorizar o património vernáculo.

Foi necessário conhecer, refletir e compreender o contexto e, por fim, criar soluções de modo a intervir sobre essa identidade, valorizando-a. Este método transpôs-se ao longo da estratégia de grupo da disciplina de Atelier de Projeto IIC e todas as propostas para as aldeias da RAC, revelando assim a importância do património, seja arquitetónico, natural, cultural ou imaterial, e das pessoas, tanto das comunidades locais como quem visita cada lugar.

Num primeiro momento ao longo do trabalho procurou-se abordar temas como a fragilização dos espaços rurais e a importância da arquitetura no novo rural defendido na dissertação.

Num segundo momento foi retratada a arquitetura vernácula, igualmente uma marca do território cársico de Sicó, o conceito *Centro de Identidade*, a reabilitação e apropriação do espaço, tendo especial atenção ao existente, mas também permitindo um novo olhar, de modo a associar o novo na paisagem.

Nas últimas décadas, o rural tem feito parte das estratégias para o desenvolvimento territorial, mas os problemas existentes nestas áreas persistem. Por isso, é necessário um método diferente do que tem sido usado. Esta dissertação defende um método baseado nas ideias de cooperação e partilha, entre pessoas, comunidades, organismos ou instituições, entendendo Sicó como uma cidade-região e configurando as aldeias da RAC como Polos Multifuncionais, Agregadores Sociais e Centros de Saber e Experiência. A arquitetura é inserida nesta estratégia como tendo um papel fundamental na mudança de paradigma defendido. Esta dissertação, através da arquitetura, pretende dar resposta a problemas do rural e com a intervenção de criar uma nova urbanidade, pois o rural de há 50 anos já não existe. O *rural* e o *urbano* já não são conceitos opostos e em algum momento devem-se cruzar, de modo a formar a nova centralidade do rural.

Assim, este trabalho pretende reestruturar e reconstruir este pensamento sobre estes territórios. A proposta na aldeia de Ariques insere-se na visão de Sicó como cidade-região e pretende valorizar as marcas identitárias daquele território ao longo de toda a aldeia, culminando

na definição do seu *Centro de Identidade*. Com as opções arquitetónicas e as soluções construtivas adotadas, pretende-se afirmar a marca "aldeias de calcário", valorizar o património natural e o edificado vernáculo. Assim, a intervenção consiste na criação de espaços exteriores que se materializam em sucessivos percursos, formando novas relações com o natural e culminando na integração e redesenho dos edifícios do complexo multifuncional. O *Centro de Identidade* será onde a aldeia ganhará uma vida nova, que, como no caso dos centros de identidade propostos para as outras aldeias da RAC, se pretende que “[desempenhe] um papel simultaneamente magnetizador, dinamizador e difusor de urbanidade” (Rossa, 2015:501).

Bibliografia

- AAP** (Associação dos Arquitetos Portugueses). (1961). *Arquitectura Popular em Portugal*. 2.o Volume. 3.o edição. 1988. Lisboa.
- ADCM, Animar**. (2013). *Programa Mínimo de Revitalização de Aldeia. Vialonga: Animar – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local*, Instituto das Comunidades Educativas e Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Moura.
- ADCM, Animar**. (2013). *Guia de Boas Práticas de Revitalização de Aldeias. Vialonga: Animar – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local*, Instituto das Comunidades Educativas e Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Moura.
- Amaral, K., do**. (1947). *Uma iniciativa necessária*. *Arquitectura*. 2a Série Ano XX. no 14. Abril.
- Aranha, M. & Serafim, M**. (2004). A insustentável desertificação. *Pessoas e Lugares*, (22), 4-5.
- Ascher, F** (2001-2008). *Novos princípios do urbanismo [e] Novos compromissos urbanos: um léxico*. Lisboa, 2010: Livros Horizonte.
- Bacharel, F. & China, A**. (2021). A Long Term Vision for Rural Areas to turn changes into opportunities. *Territoriall*, (3), 12-15
- Campos, V., & Ferrão, J**. (2015). *O ordenamento do território em Portugal: uma perspetiva Genealógica*. Instituto de Ciências Sociais. Universidade de Lisboa.
- Cavaco, C.** (org.) (1999). *Desenvolvimento rural: desafio e utopia, Estudos para o Planeamento Regional e Urbano*. 50, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa.
- Cruz, A**. (2020). *Sicó visto por dentro*. Federação Portuguesa de Montanhismo e Escalada. Apresentada em Seminário “Soure e a Paisagem protegida de Sicó”, Multiusos Soure.
- Cunha, L**. (1990). *As Serras Calcárias de Condeixa-Sicó-Alvaiázere. Estudo de Geomorfologia*. Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Cunha, L**. (1990). *As Serras Calcárias de Condeixa-Sicó-Alvaiázere. Estudo de Geomorfologia*. Instituto Nacional de Investigação Científica.

Cunha, L. (2003). Maciço de Sicó. Valorização dos recursos naturais e criação de emprego a nível local. In C. Lucília (Ed.), *Territórios, ambiente e trajectórias de desenvolvimento* (pp. 185-198). Centro de Estudos Geográficos de Coimbra.

Dias, A. (2016). *Carrilho da Graça: "Se a arquitetura é boa, pode mudar a vida das pessoas e da cidade"*. Acedido a 7 de setembro de 2024, em: <https://www.dn.pt/portugal/entrevista/carrilho-da-graca-se-a-arquitetura-e-boa-pode-mudar-a-vida-das-pessoas-e-da-cidade-5332855.html>

Domingues, A. (2009). *A rua da Estrada*. Porto, Dafne Editora

Domingues, A. (2012). *A vida no Campo*. Dafne Editora

Ferrão, J. (2000). *Relações entre mundo rural e mundo urbano. Evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro*. Sociologia, Problemas e Práticas, 33, Oeiras: CIES- Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, pp.45-54.

Ferrão, J., & Lopes, R. (2003). *Zones rurales et capacité entrepreneuriale au Portugal: pratiques, représentations, politiques*. Géographie, Économie, Société, 5, n.o 2: 139-160.

Ferrão, J. (2011). *O ordenamento do território como política pública*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Fraga, A. (2004). Crónica de um território remanescente. *Pessoas e Lugares*, (22), 7.

Giani, E. (2021). How to harness the potential of rural areas to make them suitable places for innovation opportunities? *Territoriall*, (3), 24-25

Gonçalves, A. (2018). *Património Urban(ístic)o e Desenvolvimento: uma década de estudos sobre a dimensão urbana do património*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Leal, J. (2000). *Etnografias Portuguesas (1870 – 1970): Cultura Popular e Identidade Nacional*. Publicação Dom Quixote. Lisboa.

Leal, J. (2009). *Arquitetos, Engenheiros, Antropólogos: Estudos sobre Arquitectura Popular no Século XX Português*. (Conferência Arquitecto Marques da Silva 2008). Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva. Porto.

Leal, J. (2011). *Entre o Vernáculo e o Híbrido: a partir do Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal*. Revista Joelho #02. p. 69-83.

Lopes, A., Sargento, A., Moreira, J. & Fernandes, M. (2015). *Estratégia de Desenvolvimento Local – GAL Terras de Sicó 2020: uma parceria, um compromisso*. Instituto Politécnico de Leiria.

Lopes, F., & Correia, M. B. (2004). Património arquitectónico e arqueológico. Cartas, recomendações e convenções internacionais. Lisboa: Livros Horizonte.

Lopes, M. (1999). *Interpretar os habitats naturais, Rio Nabão, Serras de Sicó e Alvaiázere*. Quercus, Ourém, 12p.

Lopes, M. (2001). *A Flora e a vegetação das Terras de Sicó*. Dissert. Dout. Instituto Superior de Agronomia. Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa

Lynch, K. (1960). *A imagem da cidade*. Porto, 1982: Edições 70.

Machado, A. (2004). O ordenamento, ambiente e comunidades locais. *Pessoas e Lugares*, (22), 8.

Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas. Secretaria-Geral. *-Inventário dos documentos históricos da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas*. Lisboa; Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, 2002, Outubro. 468 p. Acessível no IAN/TT, IDD (L 690).

Oliveira, E., Galhano, F. (1992). *Arquitetura tradicional portuguesa*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Pinto-Correia, T. (2007). Multifuncionalidade da paisagem rural: novos desafios à sua análise. *Inforgeo*, (20/21), 67–71.

Pinus Verde – Associação de Desenvolvimento (2006). Aldeias de Xisto – Um novo Destino no Centro de Portugal. *Turismo & Desenvolvimento*, (6), 95-100

Portas, N. (1985). Notas sobre a intervenção na cidade existente. *Sociedade e Território*. Porto: Edições Afrontamento, 4, pp.38-13.

Portas, N., Domingues, A., Cabral, J. (2003). *Políticas Urbanas. Tendências, estratégias e oportunidades*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Reis, P. (2012). *Desenvolvimento local em áreas rurais de baixa densidade: uma proposta de intervenção para as Aldeias Históricas de Portugal de Trancoso e Marialva*. III Seminário de I&DT, lii, 1–16.

Ribeiro, F. (2017). *Práticas de Reabilitação em Áreas Rurais*. Contributos para uma metodologia de intervenção a partir dos programas de revitalização de aldeias em Portugal. Universidade de Lisboa, Lisboa.

Roders, P. A., Bandarin, F. (2019). *Reshaping Urban Conservation: The Historic Urban Landscape Approach in Action* (1st ed.). Springer.

Rossa, W. (2002). História do Urbanismo e Identidade. A Arte do Inconsciente da Comunidade, in Walter Rossa (2002) - *A Urbe e o Traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Almedina, pp. 13-24.

Rossa, W. (2015). Urbanismo ou o discurso da cidade, in Walter Rossa; Margarida Calafate Ribeiro (Org.) (2015) - *Patrimónios de influência portuguesa: modos de olhar*. Coimbra: Almedina, pp. 477-519.

Seixas, J. (2016). *Remanescências culturais da Idade Média no concelho de Penela - Proposta de um percurso turístico interpretativo para crianças e respetivo guia de atividades*. Tese de Mestrado em Ecoturismo. Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra, Escola Superior Agrária.

Silva, C. (2011). *Sicó: a dimensão cultural das paisagens-um estudo de turismo nas suas vertentes cultural e natureza*. [Tese de doutoramento, Universidade de Coimbra]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/18466>

Siza, A. (2009). In MORAIS, Carlos Campos (Org.) (2019). *01 Textos / Álvaro Siza*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira.

Silva, R. (2020, setembro). Arte de construir em calcário. Apresentada em Colóquio “De volta ao rural ou como reforçar a coesão regional?”, Centro de Negócios de Ansião

Schmidt, P. & Palmieri, S. (2021). The future of Europe will depend on how we deal with rural areas. *Territoriall*, (3), 20-21

Suica, D. (2021). A new pathway is emerging for the prosperous future of rural areas. *Territoriall*, (3), 10-11

Távora, F. (2015). *Da organização do espaço*. 9ª edição. Série 2. Argumentos. Edições FAUP. 2015

Terras de Sicó (2019). *Rede de Aldeias de Calcário: 6 Aldeias, 12 Experiências. Plano Integrado de Intervenção - Linha de Apoio à Valorização Turística do Interior*. Redinha: Terras de Sicó.

Território XXI (2020). *Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Ariques. Memória Descritiva e Justificativa*. Território XXI

Zumthor, P. (2005). *Pensar a arquitectura* [Trad. Astrid Grabow]. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.

Zumthor, P. (2005). *Atmosferas* [Trad. Astrid Grabow]. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.

Fonte de Imagens

Fig. 1: Flyer do colóquio “De volta ao Rural ou como reforçar a coesão da cidade regional?”. 2020. Adelino Gonçalves.

Fig. 2: Campos de Estudo, aldeia do Casmilo. Setembro, 2020. Fotografia da autora.

Fig. 3: Campos de Estudo, alunos e professores do d'ARQ, Moínhos do Outeiro, Ansião. Setembro, 2020.

Fig. 4: Cartazes de algumas conferências assistidas e organizadas pelo mRUI. 2020, 2021.

Fig. 5: Processo de trabalho, na aula de Atelier de Projeto IIC. Novembro 2020. Fotografia de Adelino Gonçalves.

Fig. 6: Processo de trabalho, na aula de Atelier de Projeto IIC. Novembro 2020. Fotografia de Adelino Gonçalves.

Fig. 7: Aldeia de Marialva, da Rede de Aldeias Históricas de Portugal. Julho 2020. Fotografia da autora.

Fig. 8: Logótipo da Rede de Aldeias Históricas de Portugal. Disponível em: <https://aldeiashistoricasdeportugal.com>

Fig. 9: Aldeia do Candal, da Rede de Aldeias do Xisto de Portugal. Outubro 2020. Fotografia da autora.

Fig. 10: Logótipo da Rede de Aldeias do Xisto. Disponível em: <https://aldeiasdoxisto.pt>

Fig. 11: Imagem satélite do centro de Portugal com marcação das sete aldeias a intervir na estratégia de turma. Imagem editada pela autora.

Fig. 12: População residente na região de Coimbra entre 2001 e 2020. Gráfico da autora com base nos dados disponíveis no PORDATA.

Fig. 13: População residente na região de Leiria entre 2001 e 2020. Gráfico da autora com base nos dados disponíveis no PORDATA.

Fig. 14: População residente nos seis municípios da Terras de Sico entre 2001 e 2020. Gráfico da autora com base nos dados disponíveis no PORDATA.

Fig. 15: a) Localização do limite da área de paisagem protegida regional das Terras de Sico (em processo de classificação), em Portugal Continental. Desenho da autora.

b) Distritos de Coimbra e Leiria. Desenho da autora.

c) Localização dos seis municípios do território de Sico e as sete aldeias a intervir. Desenho da autora.

Fig. 16: Ruínas de Conímbriga. Disponível em: <https://cm-condeixa.pt/turismo/patrimonio/museus/ruinas-de-conimbriga/>

Fig. 17: Percursos pela mancha de carvalho cerquinho, Sicó. Setembro, 2021. Fotografia de Adelino Gonçalves.

Fig. 18: Buracas do Casmilo. Setembro, 2020. Fotografia da autora.

Fig. 19: Vale do Poio. Setembro, 2020. Fotografia de autora.

Fig. 20: Carvalho-cerquinho, *Quercus Faginea Broteroi*. Disponível em: <http://www.arvoresearbustosdeportugal.com/portfolio-item/carvalho-portugues-cerquinho-quercus-faginea/>

Fig. 21: Azinheira, *Quercus Rotundifolia*. Novembro, 2020. Fotografia da autora.

Fig. 22: Rosa Albardeira, *Paeonia broteroi*. Disponível em: <https://www.wildlifeportugal.pt/passeios-fotograficos/serra-do-sico/#1516388940587-abbf6c03-3119>

Fig. 23: Orquídea selvagem, *Orphrs tenthredinifera*. Disponível em: <https://www.wildlifeportugal.pt/passeios-fotograficos/serra-do-sico/#1516388940587-abbf6c03-3119>

Fig. 24: Mapeamento do património natural de Sicó: património biológico e património geológico e geomorfológico. Outubro, 2020. Imagem elaborada por Ana André, Inês Bailão e Laura Almeida.

Fig. 25: Muro de pedra seca, aldeia do Pombalinho. Setembro, 2020. Fotografia da autora.

Fig. 26: Moinho de vento do Outeiro, Ansião. Setembro, 2020. Fotografia da autora.

Fig. 27: Edifício na aldeia de Chanca. Setembro, 2020. Fotografia da autora.

Fig. 28: Capa do livro *Casas Portuguesas* de Raúl Lino.

Fig. 29: Capa do livro *O problema da casa portuguesa* de Fernando Távora (Távora 1947).

Fig. 30: Capa do livro *Arquitetura Popular em Portugal* (volume 1).

Fig. 31: Capa do livro *Arquitetura Popular em Portugal* (volume 2).

Fig. 32: Campos de estudo nas aldeias da RAC. Outubro, 2021. Fotografia de Adelino Gonçalves.

Fig. 33: Visita à aldeia da Chanca. Setembro, 2020. Fotografia da autora.

Fig. 34: Identificação de diversos momentos da arquitetura vernácula nas habitações em Sicó. Setembro, 2020. Imagens recolhidas pelos alunos da iniciativa *De volta ao rural?*, nos campos de estudo.

Fig. 35: Habitação em Casmilo. Setembro, 2020. Fotografia da autora.

Fig. 36: Identificação de diversos momentos da arquitetura vernácula, edificados de apoio agrícola e espaços de apoio agrícola à comunidade e a outros costumes de Sicó. Setembro de 2020 e Outubro de 2021. Conjunto de imagens recolhidas pela autora.

Fig. 37: Seis municípios parceiros da associação Terras de Sicó e as aldeias da RAC. Imagem editada pela autora.

Fig. 38: Imagem de satélite da aldeia de Santiago de Ariques e Ariques, retirada do QGIS. 2019

Fig. 39: Ariques no conjunto da RAC e os principais eixos rodoviários de avesso. Desenho da autora.

Fig. 40: Esquema de rotas existentes em Sicó. Desenho da autora.

Fig. 41: Património natural: Parque ecológico e habitats. Desenho da autora.

Fig. 42: Esquema da principal via que atravessa as aldeias de Santiago de Ariques e Ariques, respetivamente. Desenho da autora.

Fig. 43: Entrada sul de Ariques. Setembro, 2020. Fotografia da autora

Fig. 44: Património natural e muro de pedra seca, Ariques. Novembro, 2020. Fotografia da autora.

Fig. 45: Fotografia aérea da aldeia de Ariques. Imagem cedida pela Terras de Sicó. 2020

Fig. 46: Elementos de análise para a caracterização da aldeia de Ariques. Desenhos e fotografias da autora.

Fig. 47: Esquissos do processo de trabalho. Desenho da autora.

Fig. 48: Conceito e estratégia para a RAC, Aldeias de Calcário- Pólos de Multifuncionalidade, Aglutinadores Sociais, Centros de Saber e Experiência. Janeiro, 2021. Imagens de João Pereira.

Fig. 49: Plano de ação da aldeia de Casmilo. Janeiro, 2021. Imagem de Catarina Ribeiro, Inês Bailão e Rita Caniceiro.

Fig. 50: Plano de ação da aldeia de Poios. Janeiro, 2021. Imagem de Alexandra Ventura e Marina Gasparini.

Fig. 51: Plano de ação da aldeia de Chanca. Janeiro, 2021. Imagem de Jénifer Cunha, Joana Almeida e Tiago Silva.

Fig. 52: Plano de ação da aldeia do Pombalinho. Janeiro, 2021. Imagem de Ana André, Inês Gouveia e Renato Cardoso.

Fig. 53: Plano de ação da aldeia da Granja. Janeiro, 2021. Imagem de Nuno Santos e Tomás Almeida.

Fig. 54: Plano de ação da aldeia do Ribeirinho. Janeiro, 2021. Imagem de Joana Correia.

Fig. 55: Plano de ação da aldeia de Ariques. Janeiro, 2021. Imagem de Catarina Jegundo e Laura Almeida.

Fig. 56: Esquisso do plano de ação, com as diferentes intervenções a realizar na aldeia. Desenho da autora.

Fig. 57: Muro de pedra seca na aldeia de Ariques. Outubro, 2021. Fotografia da autora.

Fig. 58: Envolvente em torno da aldeia. Junho, 2021. Fotografia da autora.

Fig. 59: Esquisso do *Centro de Identidade* de Ariques. Desenho da autora.

Fig. 60: Implantação do EAV (proposta da câmara municipal). Outubro, 2021. Fotografia da autora.

Fig. 61: Implantação do EAV (proposta da câmara municipal). Outubro, 2021. Fotografia da autora.

Fig. 62: Fotomontagem da entrada do lado sul da aldeia, com a nova implantação do EAV (proposta no Plano de Ação). Imagem produzida por Catarina Jegundo.

Fig. 63: Plano de Ação de Ariques. Desenho da autora.

Fig. 64: Esquissos da fase inicial do projeto: *centro de identidade*. Desenhos da autora.

Fig. 65: Esquisso de perfil da fase inicial do projeto: *centro de identidade*. Desenhos da autora.

Fig. 66: Planta de cobertura do complexo a intervir: *centro de identidade*. Desenho de autora.

Fig. 67: Planta de interiores do complexo a intervir: *centro de identidade*. Desenho de autora.

Fig. 68: Esquisso dos diferentes espaços da casa (habitação-castanho; agricultura e anexos-azul). Desenho da autora.

Fig. 69: Perfis do existente: *centro de identidade*. Desenho da autora.

Fig. 70: Esquisso da fase inicial de análise do conjunto. Desenho da autora.

Fig. 71: Esquisso da fase inicial de análise do conjunto. Desenho da autora.

Fig. 72: A- Habitação | B- Fonte Comunitária e capela | C- Casa da eira. Fotografias ilustrativas dos espaços a intervir no projeto e do seu estado. Fotografias da autora.

Fig. 73: D- Lagar de azeite comunitário | E-Habitação. Fotografias ilustrativas dos restantes espaços a intervir. Fotografias da autora.

Fig. 74: Esquisso do projeto. Desenho da autora.

Fig. 75: Planta de cobertura do complexo multifuncional. Desenho da autora.

Fig. 76: Planta esquemática da proposta. Desenho da autora.

Fig. 77: Plantas esquemáticas do existente e de vermelhos e amarelos do complexo. Desenhos da autora.

Fig. 78: Conjunto de algumas referências de projeto. Imagem produzida a partir de:

- Arquipélago: Centro de Artes Contemporâneas, Ilha São Miguel, Açores. Arq. João Mendes Ribeiro e Menos é Mais Arquitectos. Fotografia de José Campos. Disponível em: <https://josecamposphotographer.com/arquipelago-contemporary-arts-center/>

-Hotel Rural do Colmeal, Figueira de Castelo Rodrigo. Arq. Pedro Brígida, Arquitectos. Fotografia da autora.

-Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso, Chaves. Arq. Álvaro Siza Vieira. Fotografia de Fernando Guerra. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/791205/museu-de-arte-contemporanea-nadir-afonso-alvaro-siza-vieira>

-Casa na Caniçada, Vieira do Minho. Arq. Carvalho Araújo. Disponível em: <https://www.carvalhoaraujo.com/project-detail/casa-na-canicada/>

- Laboratório da Paisagem, Guimarães. Arq. Cannatà e Fernandes Arquitectos. Disponível em: <https://www.cannatafernandes.com/EN/built/landscape-laboratory/>

-Reconversão de um Palheiro, Cortegaça. Arq. João Mendes Ribeiro. Fotografia de Fernando Guerra. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-49428/reconversao-de-um-palheiro-em-cortegaca-joao-mendes-ribeiro>

-Casa Rosa, Ponta Delgada. Arq. Mezzo Atelier. Fotografia de Fernando Guerra. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/884856/casa-rosa-mezzo>

-Casa das Histórias Paula Rego, Lisboa. Arq. Eduardo Souto Moura. Fotografia de Pedro Kok. Disponível em: <https://www.designboom.com/architecture/eduardo-souto-de-moura-casa-das-historias-paula-rego-3/>

-Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa, Vila Nova de Foz Côa. Arq. Camilo Rebelo e Tiago Pimentel. Fotografia de Néelson Garrido. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-45392/museu-de-arte-e-arqueologia-do-vale-do-coa-camilo-rebelo-e-tiago-pimentel>

-Casa das Caldeiras, Coimbra. Arq. João Mendes Ribeiro e Menos é Mais Arquitectos. Fotografia de Fernando Guerra. Disponível em: <https://www.archdaily.com/62876/casa-das-caldeiras-joao-mendes-ribeiro-e-cristina-guedes>

-Museu de Mineração Allmannjuvet, Noruega. Arq. Peter Zumthor. Fotografia de Aldo Amoretti. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/804863/a-nobre-simplicidade-do-museu-da-mineracao-allmannjuvet-de-peter-zumthor>

-Casa Experimental de Muuratsalo, Finlândia. Arq. Alvar Aalto. Fotografia de Nico Saieh. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-50705/classicos-da-arquitetura-casa-experimental-muuratsalo-alvar-aalto>

-Reabilitação do Castelo de Castelo Novo, Fundão. Arq. Comoco. Fotografia de Fernando Guerra. Disponível em: <https://www.archdaily.com/230727/castelo-novo-castle-comoco>

-Centro de Monitorização e Investigação das Furnas, Ilha São Miguel. Arq. Aires Mateus. Fotografia de Fernando Guerra. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-12457/centro-de-monitorizacao-e-investigacao-das-furnas-aires-mateus>

Fig. 79: Esquissos do desenvolvimento do percurso. Desenhos da autora.

Fig. 80: Fotomontagem dos percursos pela envolvente. Imagem produzida pela autora.

Fig. 81: Esquissos do desenvolvimento do percurso e ligações com o espaço de observação. Desenho da autora.

Fig. 82: Esquissos do desenvolvimento do percurso e ligações com o espaço de observação. Desenho da autora.

Fig. 83: Fotomontagem do largo de chegada e do edifício polivalente em plano de fundo. Imagem produzida pela autora.

Fig. 84: Fotomontagem da chegada da rampa do edifício do lado da Rua da Chã. Imagem produzida pela autora.

Fig. 85: Registo fotográfico da maquete de estudo à escala 1/200. Fotografia da autora.

Fig. 86: Planta do edifício polivalente (cota 304m). Desenho da autora.

Fig. 87: Cortes do edifício polivalente. Desenho da autora.

Fig. 88: Fotomontagem do largo de chegada. Imagem produzida pela autora.

Fig. 89: Fotomontagem lado poente do edifício, chegada dos percursos. Desenho da autora.

Fig. 90: Esquissos de projeto. Desenho da autora.

Fig. 91: Desenho 3D da área de intervenção: Complexo Multifuncional. Imagem produzida pela autora.

Fig. 92: Esquissos de projeto: Laboratório e residências. Desenho da autora.

Fig. 93: Esquisto do laboratório e residência com pormenor de cobertura ajardinada. Desenho de autora.

Fig. 94: Fotomontagem de cobertura ajardinada do laboratório. Imagem produzida pela autora.

Fig. 95: Planta do lagar e laboratório (cota 2966m). Desenho da autora.

Fig. 96: Planta da residência de investigadores (cota 299m). Desenho da autora.

Fig. 97: Alçado existente e definição construtiva do piso do laboratório com cobertura ajardinada. Imagem produzida pela autora.

Fig. 98: Esquisto de estudo acerca da estrutura e revestimentos interiores e exteriores do volume existente do laboratório e residência. Desenho da autora.

Tema de Seminário de Investigação de Arquitetura¹⁴

Cartaz Colóquio De volta ao rural ou como reforçar a coesão da cidade regional?

Programa campos de estudo e visita das aldeias do calcário

Planos de Ação (estratégia e 7 aldeias a intervir pela turma)

Esquissos de processo

Fotografias de Maquete

Desenhos rigorosos

¹⁴ O documento “De volta ao rural ou como reforçar a coesão da cidade regional?”, de apresentação do tema e programa de Atelier de Projeto IIC | Seminário de Investigação | Laboratório de Projeto IC – 2020.2021, não se encontra presente na íntegra.

De volta ao rural ou como reforçar a coesão da cidade regional?

Atelier de Projeto IID / Seminário de Investigação / Laboratório de Projeto ID - 2020.2021

Adelino Gonçalves
ams@ucp.pt

Mestrado Integrado em Arquitetura



ÂMBITO. 3

- Enquadramento teórico-prático

PROBLEMA e QUESTÕES. 6

- Temática do exercício de Atelier de Projeto IID e do Laboratório de Projeto ID
- Assuntos e temas teórico-práticos

MÉTODO. 7

- Exercício de Atelier de Projeto IID

ANEXOS. 16

- Vistas aéreas das aldeias
- Fotografias das aldeias

BIBLIOGRAFIA. 29

GLOSSÁRIO. 30

SUGESTÃO DE TRAJETO PARA VISITAS. 30

A abordagem política e económica que há décadas impera tomou o rural periférico e marginal, nomeadamente em relação a muitas das dinâmicas económicas globais. É necessário prosseguir uma intervenção que assuma a centralidade do rural, recuperando algumas das realidades sociais e económicas que ainda o caracterizam, procurando a sua afirmação numa estratégia de desenvolvimento, renovada e renovadora, e contrariando as adversidades. [...] A maior proximidade a centros urbanos e outras condições específicas de atratividade local podem criar condições favoráveis à instalação de "novos residentes" [...], gerando efeitos sensíveis na economia [...] e determinando maior heterogeneidade, por contraste com sociedades locais com uma clara predominância de antigos residentes, mais homogêneas e, em geral, com um processo de declínio mais acentuado.

ANIMAR (2013: 6, 12)

2

ÂMBITO

As unidades curriculares Atelier de Projeto IID, Seminário de Investigação e Laboratório de Projeto ID¹ centram a sua atividade pedagógica na problematização do desenvolvimento urbano, com enfoque nas áreas urbanas antigas (em contexto citadino ou no espaço rural), com o objetivo de perspetivar o seu desenvolvimento integrado.

Esta problematização é uma reação aos efeitos do crescimento "desconfinado" das cidades e da urbanização pulverizada das periferias e do interior do país, que contribuíram sobremaneira para a desagregação do território e exigem perspetivas políticas e ações concretas que reforcem a sua coesão.

O interior, em termos gerais, e os núcleos urbanos em espaço rural de uma forma particular, sobretudo os núcleos secundários (pequenas vilas e aldeias), foram vítimas da "litoralização" do país e de políticas fracas que não evitaram a migração da população para os centros urbanos principais, bem como a concentração

das principais atividades económicas nesses mesmos centros. Paradoxalmente, a par da infraestruturização do interior do país a partir das últimas décadas do século XX – rede viária, saneamento, eletricidade, etc. – a rede de equipamentos e serviços públicos sofreu processos de encerramento, sobretudo nas últimas duas décadas, e a população do mundo rural ficou desamparada de serviços de proximidade. Além disso, essa população diminuiu e envelheceu. Muito. Assim, a sustentabilidade do território nacional depende de políticas fortes que façam face aos desequilíbrios que se instalaram desde a segunda metade do século XX e promovam um efetivo reforço da coesão territorial.

Na última década foram desenhadas políticas com esse objetivo e as mais recentes estão expressas na revisão do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território² (2019), na revisão do Programa para a Valorização do Interior³ (2020) e no Programa Nacional para a Coesão Territorial⁴ (2016).

¹ A referência à unidade curricular Seminário de Investigação respeita à turma prática coordenada pelo docente responsável por Atelier de Projeto IID e Laboratório de Projeto ID, unidades da área científica de Urbanismo do Mestrado Integrado em Arquitetura.

² Lei n.º 99/2019, Diário da República n.º 170/2019, Série I (05/09/2019), 3-267.

³ Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2020, Diário da República n.º 62/2020, Série I (27/03/2020), 16-32.

⁴ Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2016, Diário da República n.º 225/2016, Série I (24/11/2016), 4154-90.

3

As linhas de ação previstas nestes planos são diversas e visam, em termos gerais, “valorizar” o interior. Mas o interior não é homogéneo e tanto existem núcleos urbanos em espaço rural profundamente segregados, como existem outros que podem tirar vantagem de vários fatores relacionados com a sua localização, nomeadamente:

- A proximidade a centros urbanos principais, como as sedes de municípios ou capitais de distrito;
- A facilidade de acessos proporcionada pela proximidade a eixos rodoviários principais e secundários;
- Ou, ainda, o património cultural e natural da/ na sua região.

Em alguns contextos, a integração destes núcleos numa rede urbana mais vasta já existe, mas é ténue. São sistemas urbanos complexos que configuram uma **cidade regional**, embora (ainda) não sejam formalmente considerados como tal. São realidades que incluem, articulados entre si, espaços urbanos, suburbanos, rurais agrícolas e rurais não agrícolas. Nestes casos, as divisões administrativas só dificultam o reforço da coesão do conjunto, se os modelos de governo não se adaptarem e/ ou não forem sensíveis às interdependências de todo o mosaico de núcleos urbanos que os compõem.

4



Assim, a valorização do interior não corresponde necessariamente a um regresso ao mundo rural, mas antes o reconhecimento de uma centralidade do rural.

Uma valorização que aqueles instrumentos de política configuram como desenvolvimento económico, criação de emprego, reforço da autoestima das populações e comunidades rurais, promoção do património cultural e natural...

E a arquitetura, como pode contribuir para essa valorização?

5



PROBLEMA(S)

Coesão territorial

Valorização do interior

Desenvolvimento de núcleos urbanos no espaço rural

QUESTÕES

- Existe (ainda) uma clara distinção entre o mundo rural e o mundo urbano?
- A valorização do interior significa o mesmo, em termos operacionais, em todo os espaços rurais?
- A proximidade de núcleos urbanos em espaço rural relativamente a núcleos urbanos mais desenvolvidos, configura um quadro conceptual particular para planejar o seu desenvolvimento?
- Qual é a visão oficial/ real que existe para a valorização do interior? Estão previstas estratégias para a requalificação do espaço físico dos núcleos urbanos em espaço rural? Qual é o papel da arquitetura e do urbanismo nessa valorização?

6



...é possível defender que os meios urbanos serão uma ponte entre as áreas rurais e o mundo exterior, tanto mais eficiente quanto conseguirem transformar-se em focos de uma cultura de ruralidade suscetível de contribuir não só para consolidar a visão patrimonialista atualmente dominante, mas, também, para a ultrapassar, reintroduzindo a componente produtiva com a centralidade que esta merece.

João Ferrão (2000:53)
Investigador Coordenador, ICS-UL

MÉTODO

A reflexão crítica para problematizar os núcleos urbanos em espaço rural, será feita, no ano letivo 2020/2021, no âmbito do exercício **Aldeias do CALCÁRIO. Estratégia e táticas para reforçar a coesão de uma rede urbana em espaço rural.**

O contexto de fundo deste exercício é o conjunto de medidas e ações para o desenvolvimento das regiões do interior, planeadas pela Unidade de Missão para a Valorização do Interior, no âmbito do Programa Nacional para a Coesão Territorial (2016). Com as iniciativas políticas para a implementação deste Programa, pretende-se fazer face aos desequilíbrios territoriais resultantes da "litoralização" do país e de um desenvolvimento focado nos principais centros urbanos, que resultaram num cenário em que as regiões do interior enfrentam graves processos de desvitalização, despovoamento, envelhecimento e empobrecimento.

Os impactos resultantes da marginalização do interior no desenvolvimento da rede urbana média/ secundária e, de um modo particular, dos núcleos urbano rurais, são conhecidos há muito e deram lugar a processos de intervenção continuada em algumas regiões do país, nomeadamente no centro-interior, como é caso do programa das Aldeias de Xisto, cujo planeamento se iniciou em 2000 e a sua implementação se fez a partir de 2002.

Porém, apesar dos esforços já empreendidos, o declínio prossegue e o seu controlo requer abordagens inovadoras, tanto

7

no que diz respeito às soluções, como no que diz respeito ao método para a sua operacionalização.

O desafio é afirmar a "**centralidade do rural**", tirando partido dos valores e recursos existentes, incluindo, naturalmente, humanos.

Cada caso é um caso e muitas respostas têm de ser dadas com esta consciência, ou seja, não impondo soluções-tipo eventualmente bem-sucedidas em alguns casos, mas antes procurando entender as especificidades – dos problemas e dos desafios – de cada núcleo urbano.

Existem pequenos núcleos desprovidos de serviços de proximidade, públicos ou privados, mas guardam saberes e tradições com um grande valor social e cultural. Outros existem cuja demografia não está em perda, mas o espaço construído não é amigável. Existem também outros que são atravessados por rotas de património cultural ou natural, mas os benefícios que proporcionam não têm impedido a sua progressiva desvitalização.

Mas também existem territórios que partilham características comuns – positivas e/ ou negativas – e importa considerar que podem existir soluções partilhadas ou soluções cuja

8



implementação deve ser feita em rede, ou seja, de forma integrada.

Nas zonas de baixa densidade, por viverem no limiar da sustentabilidade, a exigência de visões integradas é particularmente importante e carece, por um lado, de uma evolução do governo local no sentido da governança em rede, e, por outro lado da instalação de práticas socioeconómicas de "colaboração", "cooperação" e "cocriação".

Património(s) partilhado(s); proximidade a centros urbanos de maior dimensão;

dinamismo socioeconómico; agentes promotores de soluções, são argumentos importantes para a definição e implementação das estratégias necessárias, ou seja, integradas/ integradoras.

Este tipo de visão já existe para a globalidade do território nacional e está plasmada no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, revisto em 2019 em estreita articulação com o Programa Nacional para a Coesão Territorial. Várias medidas e ações previstas nestes programas concorrem

⁵ O território de intervenção da Terras de Sicó corresponde ao conjunto das áreas de 6 municípios da região centro, a saber: Alvaiázere, Ansião, Condeixa-a-Nova, Penela, Pombal e Soure.

no sentido de mudar o paradigma do desenvolvimento territorial: antes focado nos principais centros urbanos e assente em visões bipartidas – centro vs. periferia; litoral vs. interior – pretende-se que evolua no sentido da gestão de redes – ou gestão em rede – estabelecidas com base nas ideias de "**complementaridade**" e "**partilha**".

Em linha com os objetivos traçados nestes programas nacionais, têm sido elaboradas estratégias e planos de ação locais, nomeadamente na região centro e em algumas áreas específicas, em resultado da iniciativa de comunidades intermunicipais e/ ou de associações de desenvolvimento local.

Como exemplo, podem ser referidos alguns planos desenvolvidos pela Associação de Desenvolvimento Terras de Sicó (Terras de Sicó) para o seu território de intervenção.⁵

Trata-se de um território marcado por património cultural e natural com grande expressão em todos os concelhos, desde o facto de todos os municípios integrarem a Rede Natura 2000 Sicó-Alvaiázere, com um importantes referências no que diz

9

respeito à conservação da biodiversidade, até às marcas da romanização que nele existem e onde sobressaem o Complexo Monumental de Santiago da Guarda (Soure), a Villa Romana do Rabaçal (Penela) e o arqueossítio de Conimbriga (Condeixa-a-Nova).

Em conjunto com o Paul de Arzila (Coimbra/Condeixa-a-Nova/Montemor-o-Velho) e o Paul da Madriz (Soure), todos os patrimónios presentes neste território constituem importantes fatores de atratividade turística e têm estado na base de muitas ações da Terras de Sícó.

Com o objetivo de valorizar estes patrimónios, a Terras de Sícó elaborou, em 2019, o Plano Integrado de Intervenção “Rede de Aldeias de Calcário: 6 Aldeias, 12 Experiências”, um plano centrado na criação e promoção de produtos/ conteúdos turísticos, com ações organizadas em função de diferentes tipos de objetivos e segundo dois eixos de intervenção.

No conjunto destas ações, **o grande ausente é o espaço urbano dos núcleos visados.**

É fundamental reforçar a atratividade dos lugares por via da criação e/ ou melhoria da divulgação das forças deste território,

10



porém, as suas fraquezas – que existem e são variadas – não são debeladas apenas com a divulgação das forças e a garantia de serviços que assegurem a visita turística.

A melhoria do espaço urbano das aldeias também é necessária. Muito necessária.

Os produtos turísticos são diversos e tanto suportam atividades de experiência, como atividades de lazer e cultura. O tempo das visitas turísticas é variável, mas justificam, em qualquer caso, o investimento nas atividades do setor da hotelaria e da restauração. Por isso, com diferentes figurinos, já existe esse tipo de oferta em todo o território de intervenção da Terras de Sícó.

Os impactos das atividades associadas ao turismo na economia de cada aldeia e da Rede, serão diretos e dependerão no nível de integração das comunidades locais. Porém, espera-se/ deseja-se que se instalem outros impactos que se influenciem mutuamente e também tenham reflexos, por exemplo, na demografia, na melhoria da qualidade de vida dos residentes – que já existem e/ ou que venham a existir – e na qualidade do espaço urbano de cada aldeia.

As 6 aldeias objeto do Plano Integrado de Intervenção – uma de cada município associado da Terras de Sícó – são: Ariques

(Alvaiázere), Casmilo (Condeixa-a-Nova), Chanca (Penela), Granja (Ansião), Poios (Pombal) e Pombalinho (Soure).

Além dos valores associados ao património cultural e natural, esta rede beneficia de outros fatores que podem contribuir para reforçar a sua atratividade, nomeadamente:

- O facto de ser atravessada/ servida por importantes eixos rodoviários, principais e complementares, que garantem bons níveis de acesso regional, nacional e internacional (a Espanha);
- Boas condições físicas do território (solos e recursos hídricos) que proporcionam bons níveis de produtividade agrícola.
- A sua localização central entre duas CIM, a CIM da Região de Coimbra e a CIM da Região de Leiria, a primeira com um efetivo populacional de mais de 435 mil habitantes e a segunda com mais de 285 mil habitantes, perfazendo um total de mais de 720 mil habitantes.

No que diz respeito à população residente do contexto destas duas CIM, é assinalável a tendência de diminuição registada desde 2001, o que acresce importância à (re)qualificação da sua

11

rede urbana, principal e secundária, incluindo os pequenos núcleos rurais, para reforçar a sua atratividade em termos globais.

Ainda a este respeito, é relevante o facto de as tendências demográficas do conjunto de municípios que compõem as duas CIM apresentarem desequilíbrios que se traduzem na existência de municípios em perda e de municípios com ganhos.

No primeiro caso, Coimbra e Pombal apresentam as maiores perdas desde 2001: - 14320 e - 4267, respetivamente. No segundo caso e no mesmo período, são 5 os municípios que apresentam aumentos populacionais: da CIM-RC, Condeixa-a-Nova e Lousã, respetivamente com mais 2170 e 1333, respetivamente; e da CIM-RL, Batalha, Leiria e Marinha Grande, com mais 817, 4952 e 2746, respetivamente.

Neste contexto, como forças de uma estratégia de desenvolvimento desta região, sobressaem as condições físicas do território, que permitem a produção de bens agroalimentares variados e de qualidade, e justificam o reforço na promoção deste setor de atividade. Além disso, as características paisagísticas e o património apresentam motivos e valores que justificam o reforço no *touring* cultural e no turismo de natureza.

Por sua vez, os níveis de acessibilidade e mobilidade proporcionados pela rede viária e pelo sistema de transportes coletivos, permitem que todo o sistema urbano das Terras de Sícó e, de modo particular, as Aldeias do Calcário, possam capitalizar a proximidade a núcleos de serviços e atrações com efeitos multiplicadores, como são, por exemplo, os casos de Coimbra (saúde, ensino, I&D, turismo, comércio), Figueira da Foz (turismo de sol e praia, desporto), Leiria e Marinha Grande (indústria e agropecuária).

Neste quadro de inserção territorial, o sucesso da rede Aldeias do Calcário passará pelo reforço da sua coesão e este objetivo poderá alcançar-se com a implementação das ações e medidas previstas no Plano Integrado de Intervenção, incluindo a criação de serviços/ equipamentos de interesse coletivo, a par da melhoria global do ambiente construído das aldeias.

Complementarmente e com o mesmo objetivo, será importante prover cada aldeia de instrumentos de apoio à gestão urbana com o objetivo de assegurar a qualidade e coerência do ambiente construído.

Este é o contexto do exercício **Aldeias do Calcário. Estratégia e táticas para reforçar a coesão de uma rede urbana em espaço rural.**

12



O grande **objetivo** do exercício é o reforço da atratividade das 6 aldeias através da melhoria global do ambiente construído, da criação de serviços/ equipamentos de interesse coletivo e de instrumentos de apoio à gestão urbana.

O **método** assenta numa leitura crítica das condições reais/ atuais de cada aldeia, bem como numa leitura crítica da visão estratégica elaborada pela Terras de Sicó para toda a Rede. Cada aldeia será objeto de estudo de, pelo menos, 2 estudantes cujos trabalhos serão organizados assim:

- Os trabalhos de um estudante incidem na melhoria do sistema do espaço não construído (espaço público e área não edificadas/ urbanizadas), podendo incluir, entre outras propostas a definir caso-a-caso, projetos de requalificação de espaços públicos, mobiliário urbano, sinalização e *lettering*;
- Os trabalhos do outro estudante dizem respeito ao projeto de equipamentos/ serviços de interesse coletivo, preferencialmente de reabilitação de edifícios existentes, numa fase correspondente a um anteprojecto.

Além destes dois tipos de trabalhos, existe a possibilidade de serem elaborados trabalhos com outros temas e outras perspetivas que abordem questões de interesse comum a todas

as aldeias, nomeadamente, trabalhos com carácter de "guião" ou "regulamento" para operações urbanísticas, incluindo edificação.

Para a realização destes trabalhos decorrerá um conjunto de ações que envolverão as principais partes interessadas, desde logo a Terras de Sicó, mas também cada uma das Câmaras Municipais associadas, Juntas de Freguesia e/ ou outras organizações que representem as comunidades visadas.

Estas ações desenrolar-se-ão num calendário a divulgar atempadamente e organizam-se tematicamente em 3 grupos – *conhecer*, *propor*, *divulgar* – e pretende-se que nas atividades a realizar em todas elas sejam proporcionados contactos e a discussão de ideias com todos os envolvidos, para o que se conta com o apoio logístico da Terras de Sicó.

No primeiro grupo de ações – **conhecer** – deverão ocorrer:

- Visitas de estudo às 6 Aldeias do Calcário e a outros pontos importantes do território em questão para, a par da consulta bibliográfica, construir um conhecimento crítico das suas características (forças, oportunidades, fracas, ameaças);
- Palestras por especialistas nas temáticas implicadas nos trabalhos a desenvolver;

14

- A consulta e discussão de documentos e instrumentos de gestão territorial/ urbanística.
- A execução de maquetes à escala 1:5000 e 1:1000.

O segundo grupo de ações – **propor** – diz respeito ao desenvolvimento das propostas de anteprojecto(s) e/ ou plano(s) para as aldeias que deverão ser representadas em painéis com a sua representação gráfica e em maquete(s) em escalas que variam entre 1:1000 e 1:200. No decorrer dos trabalhos deverão ser feitas visitas pontuais às aldeias para avaliar a viabilidade e pertinência das propostas.

Por último, o terceiro grupo de ações – **divulgar** – diz respeito à apresentação e discussão dos trabalhos em dois momentos distintos:

- No final do 1º semestre, com uma exposição pública dos trabalhos em local a definir em conjunto com a Terras de Sicó;
- No final do ano letivo, com as provas de discussão pública das dissertações de mestrado a que dizem respeito estes trabalhos.

15



BIBLIOGRAFIA (em desenvolvimento)

ANIMAR; ICE; ADCM (2013). [Programa Mínimo de Revitalização de Aldeia](#). Vialonga: Animar – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local, Instituto das Comunidades Educativas e Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Moura.

ANIMAR; ICE; ADCM (2013). [Programa Mínimo de Revitalização de Aldeia. Anexos](#). Vialonga: Animar – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local, Instituto das Comunidades Educativas e Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Moura.

FERRÃO, João; LOPES, Raul (2004). “[Understanding Peripheral Rural Areas as Context for Economic Development](#)” in LABRIANIDIS, Lois (Ed.) (2004). *The Future of Europe's Rural Peripheries*. London: Routledge.

FERRÃO, João (2000). [Relações entre mundo rural e mundo urbano. Evolução histórica, situação atual e pistas para o futuro](#). *Sociologia, Problemas e Práticas*, 33, 45-54. doi: dx.doi.org/10.4067/S0250-71612000007800006

GEHL, Jan (2018). *Space to Grow. Ten principles that support happy, healthy families in a playful, friendly city*. Disponível em https://gehlinstitute.org/wp-content/uploads/2018/04/GehlInstitute_SpaceToGrow_single_pages.pdf [13/05/2020]

GEHL, Jan (2018). *Inclusive Healthy Places. A Guide to Inclusion & Health in Public Space: Learning Globally to Transform Locally*. Disponível em https://gehlinstitute.org/wp-content/uploads/2018/07/Inclusive-Healthy-Places_Gehl-Institute.pdf [13/05/2020]

GEHL, Jan; SVARRE, Birgitte (2013). *How to Study Public Life*. Washington: Island Press.

MONTEIRO, Alcides A. (2019). [Territórios do interior, coesão territorial e modelos de governança. A propósito do Programa Nacional para a Coesão Territorial](#), *Sociologia Online*, 19, 127-151.

NELLO, Oriol; RODRÍGUEZ, Laura Soler; Rius, Joan Checa (2019). [L'atracció del camp. La percepció i l'atracció de l'entorn rural en la joventut catalana resident en àrees urbanes](#). (62). Barcelona: Generalitat de Catalunya.

NELLO, Oriol (1998) - “[Los confines de la ciudad sin confines. Estructura urbana y límites administrativos ne la ciudad difusa](#)” in MONCLÚS, Francisco Javier (1998) - *La ciudad dispersa*. Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, pp. 35-57.

PORTAS, Nuno; Domingues, Álvaro; Cabral, João (2003). *Políticas Urbanas. Tendências, estratégias e oportunidades* (Vol. I). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

PORTAS, Nuno; Domingues, Álvaro; Cabral, João (2011). *Políticas Urbanas. Transformações, Regulação e Projetos* (Vol. II). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Diplomas legais

Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2020, Diário da República n.º 62/2020, Série I (27/03/2020), 16-32 — Aprova a revisão do Programa de Valorização do Interior.

Lei n.º 99/2019, Diário da República n.º 170/2019, Série I (05/09/2019), 3-267 — Primeira revisão do Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2016, Diário da República n.º 225/2016, Série I (24/11/2016), 4154-90 — Aprova o Programa Nacional para a Coesão Territorial.

GLOSSÁRIO

Áreas não edificadas – área livres, sem edifícios, públicas ou privadas.

Edificado – conjunto de edifícios de/ numa determinada área urbana ou de/ num núcleo urbano.

Espaço físico – conjunto do edificado e das áreas não edificadas.

Espaços públicos – todo o tipo de áreas livres públicas construídas para servir diferentes tipos de usos (circulação automóvel e/ou de peões; transporte de bens; sociabilização e/ou comércio): vias, vielas, ruas, travessas, praças, pracetas, largos, rossios, jardins, parques, etc.

SUGESTÃO DE TRAJETO PARA VISITAS

<https://goo.gl/maps/JoJpXmZX9RAjw5gu6>

COLÓQUIO | 24 de Setembro | Centro de Negócios de Ansião

De volta ao rural ou como reforçar a coesão da cidade regional?

09h30 **ABERTURA**

Terras de Sicó e Universidade de Coimbra

10h **Iniciativa De volta ao rural ou como reforçar a coesão da cidade regional?**

Adelino Gonçalves e Margarida Relvão Calmeiro

10h15 **TERRAS DE SICÓ. O TERRITÓRIO, PROJETOS, RESULTADOS E AMBIÇÕES**

Rui Fernandes (Moderação)

Terras de Sicó. Uma parceria, um compromisso.

David Leandro

Reabilitação Urbana da Rede de aldeias do Calcário

Vilma Silva

11h Intervalo

11h10 **A VALORIZAÇÃO DO INTERIOR: POLÍTICA(S), INSTRUMENTOS E RECURSOS**

Margarida Relvão Calmeiro (Moderação)

Coesão territorial e valorização do interior

Vitor Campos

Porquê regressar ao rural? Uma perspetiva desde os direitos fundamentais reinterpretados à luz dos serviços culturais dos ecossistemas

Alexandra Aragão

Biodiversidade e saúde humana e ambiental. O que acrescentam ao desenvolvimento rural e porquê envolvermo-nos para a atribuição desse valor?

Anabela Marisa Azul

12h20 **DEBATE**

14h15 **SICÓ EM PERSPECTIVA: VALORES AMBIENTAIS, MODOS DE VIDA E DE CONSTRUIR**

Adelino Gonçalves (Moderação)

14h30 **Potencialidades e debilidades dos suportes físicos em territórios de baixa densidade. O caso das Terras de Sicó.**

António Rochette Cordeiro

15h00 **Condicionantes do bem-estar e da saúde nas aldeias da Serra de Sicó**

Ricardo Almendra

15h30 **Arte de construir em calcário**

Raimundo Mendes da Silva

16h00 **DEBATE**

17h30 **ENCERRAMENTO**

Participação gratuita sujeita a inscrição através de geral@terrasdesico.pt, até às 18h de 23 de setembro

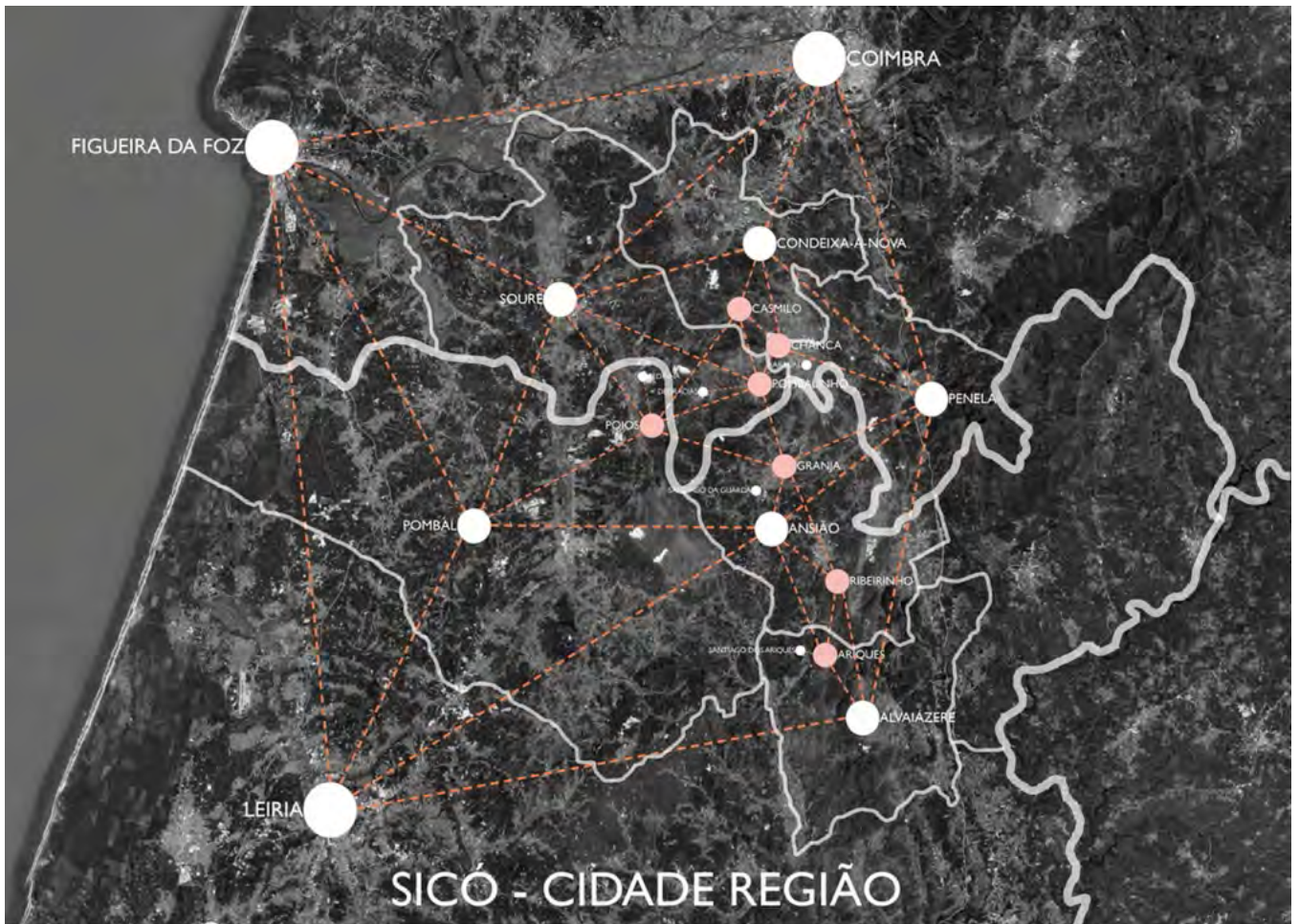


CAMPOS DE ESTUDO E VISITAS DAS ALDEIAS DO CALCÁRIO

DIA	HORA	LOCAL / ATIVIDADE
28set	09.00	Largo D. Dinis. Partida para Redinha
	10.00	Terras de Sicó. Receção
	11.00	Rota do paleolítico. Caminhada.
	13.00	Almoço volante.
	14.00	Rota do paleolítico. Caminhada (cont.)
	17.00	Partida para a Casa da Amizade – Ansião.
	18.00	Alojamento
29set	20.00	Jantar
	08.30	Partida para GRANJA
	09.00	Granja. Receção pela Câmara Municipal de Ansião.
	09.30	Levantamento fotográfico, caracterização do edificado, caracterização do sistema de áreas não edificadas.
	12.00	Reunião com representantes da população e agentes locais.
	13.00	Almoço volante.
	14.00	Partida para ARIQUES
	14.30	Ariques. Receção pela Câmara Municipal de Alvaiázere.
	15.00	Levantamento fotográfico, caracterização do edificado, caracterização do sistema de áreas não edificadas.
	17.00	Reunião com representantes da população e agentes locais.
	18.30	Partida para a Casa da Amizade – Ansião.
20.00	Jantar	
30set	08.30	Partida para POIOS
	09.00	Poios. Receção pela Câmara Municipal de Pombal.
	09.30	Levantamento fotográfico, caracterização do edificado, caracterização do sistema de áreas não edificadas.
	12.00	Reunião com representantes da população e agentes locais.
	13.00	Almoço volante.
	14.00	Partida para POMBALINHO
	14.30	Poios. Receção pela Câmara Municipal de Pombal.
	15.00	Levantamento fotográfico, caracterização do edificado, caracterização do sistema de áreas não edificadas. ^(cont.)
	17.00	Reunião com representantes da população e agentes locais.
	18.30	Partida para a Casa da Amizade – Ansião.
	20.00	Jantar
01out	09.00	Partida para CHANCA
	09.30	Chanca. Receção pela Câmara Municipal de Penela.
	10.00	Levantamento fotográfico, caracterização do edificado, caracterização do sistema de áreas não edificadas.
	12.00	Reunião com representantes da população e agentes locais.
	13.00	Almoço volante.
	14.00	Partida para a CASMILO
	14.30	Casmilo. Receção pela Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova.
	15.00	Levantamento fotográfico, caracterização do edificado, caracterização do sistema de áreas não edificadas.
	17.00	Reunião com representantes da população e agentes locais.
	18.00	Partida para Coimbra. Largo D. Dinis

CONHECER A ATUAR NO TERRITÓRIO DO XISTO | FERRARIA DE SÃO JOÃO

DIA	HORA	LOCAL / ATIVIDADE
02out	08.30	Largo D. Dinis. Partida para Ferraria de São João
		Contextualização do Projeto/Conhecimento da aldeia e das economias locais
	09.30	Receção e boas vindas na Sede da Associação de Moradores da Ferraria de São João Apresentação e contextualização do projeto Ferraria – Aldeia Viva
	10.00	Visita à Aldeia e concretização de alguns workshops: Ordenha/produção de queijo de cabra artesanal Workshop do Pão/Broa Workshop Mel/Apicultura
	12.00	Visita aos Currais (Apresentação por FARMREAL)
	13.00	Almoço Volante no Sobreiral/Montado
	14.30	Continuação das visitas aos currais Visita ao espaço selecionado para intervenção: objetivo(s) da reabilitação.
	17.00	Pausa para Lanche
	17.30	Apresentação do Eng.º Armando Carvalho – “Rede das Aldeias do Xisto”
	20.00	Jantar
	21.00	Associação de Amigos da <i>Villa Romana</i> do Rabaçal
03Out	09.00	Visita à <i>Villa Romana</i> do Rabaçal
		Pôr as Mãos na Massa na Aldeia Viva da Ferraria de S. João
	09.20	Partida para Ferraria de São João
	09.40	Intervenções nos Currais
	13.00	Almoço Volante no Sobreiral/Montado
	14.30	Continuidade das intervenções nos currais
	17.00	Pausa para lanche
	18.00	Balanço/considerações finais e despedida
	19.00	Partida para Coimbra



VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE 1960 - 2011



PROBLEMA

A industrialização de Portugal tardou, mas há muito que se instalou o movimento da população do campo para as cidades e para o exterior. Ele intensificou-se a partir da década de 1950 e agravou-se o desequilíbrio entre o interior e o litoral. Hoje temos um país dividido, com o litoral a prosperar e o interior despovoado e com:

- Falta de investimento no Setor Primário;
- Falta de Pessoas;
- Falta de Serviços;
- Baixa Autoestima das populações.

CONCEITO

A Cidade Regional assenta nas ligações entre múltiplos polos urbanos e os fluxos entre eles revestem-se de extrema importância. A Cidade Regional vai além das divisões administrativas e não tem um limite fixo. A rede de comunicações que ela implica integra o movimento de pessoas, de serviços, de bens, de investimento e de conhecimento. O objetivo da Cidade Regional é a coesão socioterritorial, essencial para a sustentabilidade do território.

Uma nova vida nos núcleos urbanos em espaço rural de Sico, baseada em redes de interação. Um território mais atrativo, com responsabilidades, custos e recursos partilhados e divididos de forma equitativa, para que as aldeias se tornem aglutinadores sociais, polos de multifuncionalidade e centros de saber e experiência. Um território com mais atividade, mais pessoas e uma população com uma autoestima reforçada.

RELAÇÕES INTERURBANAS E RURAIS-URBANAS



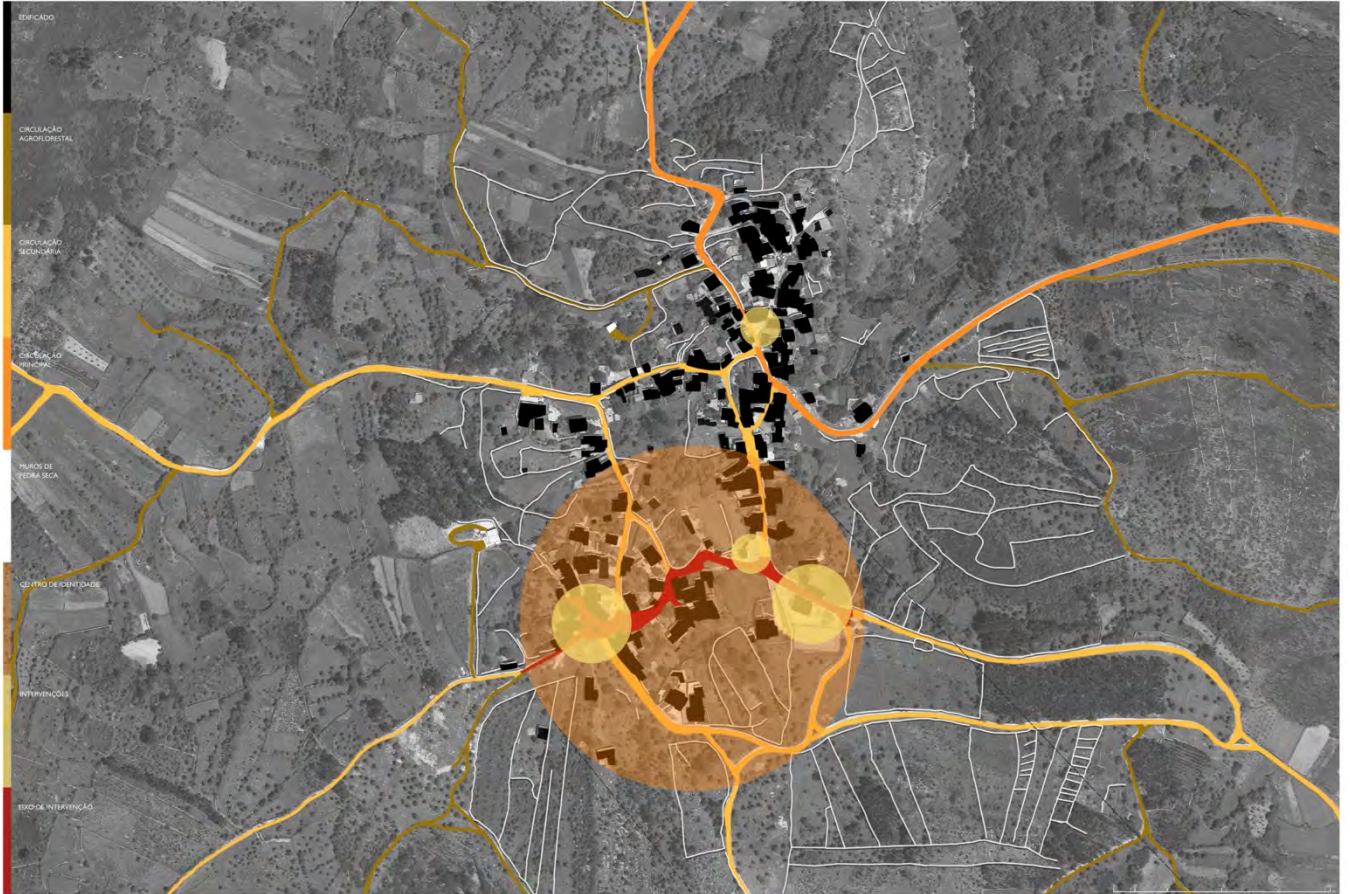
POLARIDADES E REDES DE FLUXOS CASA-TRABALHO/ESCOLA





EIXOS ESTRATÉGICOS DE INTERVENÇÃO

Criar sinergias e promover a multifuncionalidade	Reforçar e capacitar o associativismo	Valorizar o espaço público	Potenciar a sustentabilidade e o bem estar da população	Valorizar o património cultural e natural	Desenvolver o turismo	Com a Cidade Região Sicó, as aldeias têm um crescimento contínuo e sustentável e veem reforçada a sua atratividade, valorizando o(s) património(s), as pessoas e os saberes.
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS						
Promover o agroturismo Promover o empreendedorismo agrícola	Reabilitar e requalificar as instalações das associações existentes	Promover investigação aplicada e direcionada à valorização da biodiversidade	Ordenar o estacionamento móvel	Reabilitação de edifícios e valorização de outros elementos construídos identitários que melhor representem a marca aldeias de calcário	Reforçar os apoios ao turismo e desportos de natureza	



PLANO DE AÇÃO

A estratégia para o desenvolvimento da aldeia do Casmião assenta em dois grandes grupos de ações: 1) intervenções no edificado; 2) tratamento do espaço público. O principal objetivo é o reforço da atratividade da aldeia, por via da requalificação do espaço público, da capacitação do CRCD e da instalação de uma comunidade de aprendizagem inovadora. Em conjunto, estas ações resultam no Centro de Identidade do Casmião, na zona sul da aldeia, que se estende ao longo do eixo que une a CRCD ao largo da capelinha de S. Jorge, e, contando com várias intervenções no edificado.

As intervenções no edificado, apesar de separadas, funcionam em conjunto e querem dar vida à aldeia, com programas associados ao ensino, conhecimento, cultura e associativismo. No topo poente da aldeia, uma comunidade de aprendizagem, dirigida a crianças e jovens e a relações com a comunidade, um edifício administrativo e um alojamento, pretendem revitalizar o seu centro de identidade, tendo igualmente em atenção o desenho do espaço público. Com o mesmo objetivo e procurando promover as relações intergeracionais através da partilha de conhecimentos, são propostas, a requalificação do CRCD, a instalação de um espaço de mercado e a requalificação da zona envolvente, com um campo de jogos e um parque de merendas.

A par destas propostas, também se prevê a intervenção no espaço público, principalmente ao longo da Rua do Tronco. As intervenções no espaço público dizem respeito à renovação de pavimentos, desenho de um novo perfil de rua, soluções de estacionamento para a comunidade e para o visitante, melhoria dos espaços de convívio, nomeadamente a zona do palco, através da criação de um edifício de restauração - plantação de vegetação, mobilidade urbana e iluminação pública. Esta intervenção ao longo da Rua do Tronco conta ainda com a integração do Equipamento de Apoio à Visitação da Rede de Aldeias de Castelo Branco (EAV) e visa criar uniformidade neste eixo e relacionar visualmente os seus diferentes edifícios.



Aldeia de Casmião: estratégia e táticas para reforçar a coesão de uma rede urbana no espaço rural de Sico CASMIÃO-PLANO DE AÇÃO

Autoria: Catarina Ribeiro, Inês Bailão, Rita Carneiro
Coordenação: Adalberto Gonçalves | janeiro, 2020



Logos for TerraSgólco, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, and DARQ. Includes a scale bar and north arrow.

PLANO DE AÇÃO



Objetivos

O objetivo principal, comum a todas as aldeias da Rede de Aldeias de Calcário (RAC), é a **criação de um centro de identidade**, ou seja, de um espaço com diferentes características funcionais que se assuma como centros da vida pública das aldeias.

- **Valorizar o património** edificado e natural
- **Criar ligações** entre a cota baixa e a cota alta da aldeia

- **Requalificar os espaços de uso público**, a bem da **segurança** e do **bem-estar**, mas também para melhorar a imagem da aldeia
- **Capacitar a Estrela Poense**, para reforçar o seu papel como "aglutinador social"
- Promover a **visitação** e a **fixação**
- Sensibilizar para a importância de existirem de **espaços públicos com qualidade**

Intervenções

- No **núcleo central da aldeia**:
 - a. Criação de uma "cintura interna", com um só sentido de circulação automóvel
 - b. Criação de espaços pontuais para **estacionamento**
- Refuncionalização do **edifício da antiga escola primária**, com o programa de **museu arqueológico**
- Instalação de um **equipamento de apoio à prática de desportos de natureza** na chegada à aldeia, a partir do Vale de Poios

- Integração de **eiras**, requalificação da **sede da Estrela Poense** e requalificação de edifícios devolutos com diferentes programas de **apoios à visitação**, ao **comércio local** e ao **turismo de experiência**
- Tratar a área desde a **Estrela Poense** até à **capela da Senhora da Estrela** como um **Parque Rural**
- Requalificação de espaços públicos e integração do **Equipamento de Apoio à Visitação** da Rede de Aldeias de Calcário.

Aldeias do Calcário: estratégia e táticas para reforçar a coesão de uma rede urbana no espaço de Sísó
 '0105_PLANO DE AÇÃO

Autoria: Alexandra Ventura e Marina Gasparini | Coordenação: Adélino Gonçalves | Janeiro, 2021



Aldeias de Calcário: estratégia e táticas para reforçar a coesão de uma rede urbana no espaço rural de Sécó
 CHANCA: PLANO DE AÇÃO

Autoria: Jénifer Cunha, Joana Almeida e Tiago Silva
 Coordenação: Adelino Gonçalves | janeiro, 2021

Requalificação do espaço público

De forma a melhorar a qualidade de vida na aldeia de Chanca, procurámos hierarquizar as deslocações pedonais no seu miolo, criando passeios nas principais vias de acesso automóvel e limitando os sentidos de circulação.

Sendo Chanca um ponto de passagem da Rede de Aldeias do Calcário, propomos a requalificação dos acessos à aldeia, realçando os muros de pedra seca e introduzindo flora endógena nas suas proximidades.

De forma a promover mais opções de circulação rodoviária, propomos a abertura de uma nova via que liga o condomínio situado no lado nascente ao resto da aldeia e que por sua vez ajuda a limitar a circulação automóvel no centro da mesma. Quanto aos espaços públicos, procurámos criar uma solução viável que tornasse o existente largo e parque infantil num espaço inclusivo e agradável, assim como aproveitar pequenas zonas verdes para o convívio e atividades ao ar livre.



Sustentabilidade e eficiência da aldeia

O principal objetivo é potencializar Chanca. Torná-la uma aldeia sustentável, tendo em consideração aspetos como a eficiência, ecologia e os seus recursos endógenos.

Com um plano de aldeia sustentável, pretende-se contribuir para o desenvolvimento e revitalização de Chanca, que possa vir a constituir um bom exemplo de planeamento e desenho urbano em espaço rural em prol do desenvolvimento e sustentabilidade da comunidade.



Desportos de aventura

Com principal foco nas modalidades de parapente, escalada, BTT e Downhill, esta proposta em rede tem como plano de ação a implantação, em zonas estratégicas ao longo da Rede de Aldeias de Calcário, de pequenas infraestruturas capazes de responder às necessidades de conforto e segurança dos desportistas das diferentes modalidades.

Com uma intervenção mais profunda em Chanca, propondo um equipamento mais complexo e de maior dimensão onde o principal intuito, para além do apoio aos desportistas, passa pelo rejuvenescimento da comunidade local através do contacto direto com uma comunidade mais jovem, pela melhoria da economia local e, obviamente, contribuir também para a grande questão deste território que passa por reforçar a coesão territorial.



Plano de Ação - Pombalinho

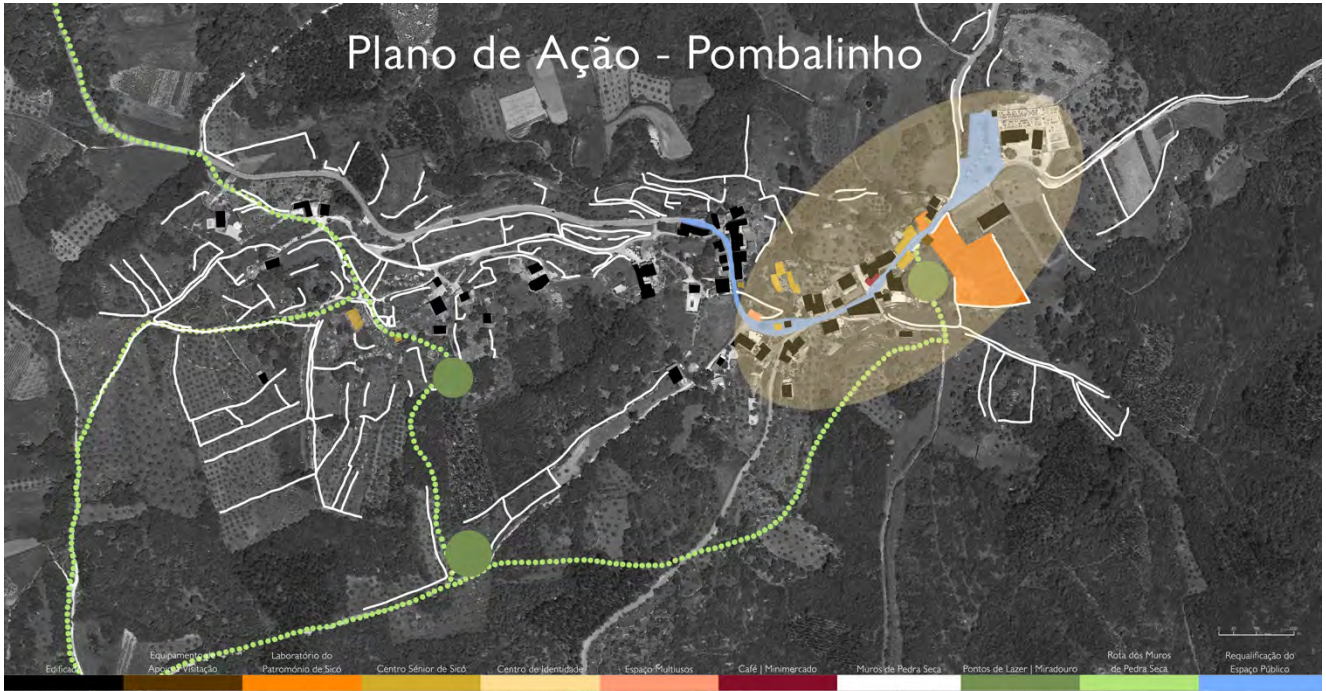


Figura 1 - Igreja Paroquial de Pombalinho



Figura 2 - Muros de Pedra Seca



Figura 3 - Casa Paroquial



Figura 4 - Edifícios da Rua Principal em estado de abandono e ruína

OBJETIVOS

Pombalinho carece de uma requalificação de um centro de identidade, com o objetivo de melhorar as condições de habitabilidade da aldeia, oferecendo uma melhor qualidade à população residente, bem como, possibilitar a fixação de novos.

- Requalificação do Espaço Público Existente. (Fig. 1)
- Reabilitação e (Re)funcionalidade do edificado existente, que apresenta valor patrimonial.
- Valorização do Património Existente. (Fig. 2)

INTERVENÇÕES

- Instalação de um equipamento dedicado ao(s) património(s) de Sícó, com uma componente de investigação e multifuncional, com o principal objetivo de o(s) colocar ao serviço da população com um trabalho em rede, através da inserção de pequenos núcleos operacionais, ao longo do território e com um núcleo-sede localizado em Pombalinho. (Fig. 3)
- Criação de um sistema de serviços que agrupam respostas na área da terceira idade, com o intuito de qualificar a vida de cada indivíduo, tornando a aldeia de Pombalinho o Centro Sénior de Sícó. (Fig. 4)
- Requalificação do Espaço Público, com intervenções ao longo da via principal da aldeia de Pombalinho.



Aldeias de Calcário: estratégia e táticas para reforçar a coesão de uma rede urbana no espaço rural de Sicó
GRANJA: PLANO DE AÇÃO

Estratégia geral | escala: 1:1000
Autoria: Nuno Santos | Tomás Almeida | Coordenação: Adelinho Gonçalves | janeiro, 2020





PRESERVAR | REABILITAR | PROMOVER

Ariques, no contexto das aldeias de calcário

Com o intuito de reforçar a coesão territorial e social da aldeia de Ariques, foi desenvolvida uma estratégia que culmina num conjunto de objetivos que fundamentam a proposta de intervenção e se apoiam em três conceitos chave: **PRESERVAR, REABILITAR e PROMOVER**.

Ao ter presente todo o património cultural e natural, pretende-se **PRESERVAR** a marca calcária e a biodiversidade que a aldeia alberga, bem como os seus costumes e tradições. De modo a enaltecer a importância destes elementos, prevê-se a delimitação de percursos pedestres de observação de carvalho cerquinho, olivais milenares e lípias.

REABILITAR surge também como um objetivo fundamental, passando esta ação pelo tratamento e definição do espaço público e pela reabilitação de alguns edifícios que mantêm presente uma construção em alvenaria de pedra calcária.

Por último, e após a reabilitação de alguns espaços, a ideia chave é **PROMOVER** tanto uma vida comunitária como a visitação, de forma a proporcionar uma experiência única a quem visite a aldeia.

- Espaços importantes na aldeia
- Edifício existente
- Edifícios a reabilitar: proposta de intervenção
- Exo estruturante da aldeia: Plano de ação
- Exo viário
- Caminhos pedonais de acesso à mancha de carvalho cerquinho
- Intenções de movimentos, espaços exteriores e ligações interior/exterior

Aldeias de Calcário: estratégia e státics para reforçar a coesão de uma rede urbana no espaço rural de Sici ARIQUES PLANO DE AÇÃO



ENTRADA | CENTRO DE IDENTIDADE

- Criação de um complexo multifuncional:
 - Comunidade | Investigador | Visitante;
 - Restauro do Lagr e Fonte Comunitária;
 - Turismo comunitário e lazer;
- Tratamento de pavimentos e passeios;
- Desenho de mobiliário urbano.



LAZER | RESTAURAÇÃO

- Reabilitação do edifício assinalado;
- Criação de um restaurante;
- Criação de um espaço dedicado à realização de eventos culturais;
- Criação de uma zona de estacionamento;
- Tratamento de pavimentos e passeios;
- Desenho de mobiliário urbano.



ALBERGUE | ROTAS

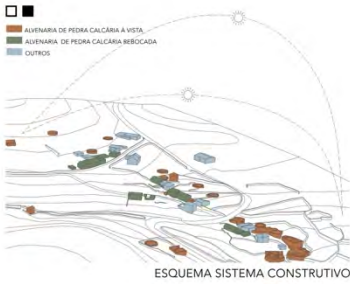
- Reabilitação do edifício assinalado;
- Criação de um albergue de apoio ao peregrino/caminhante;
- Tratamento de pavimentos e passeios;
- Desenho de mobiliário urbano.



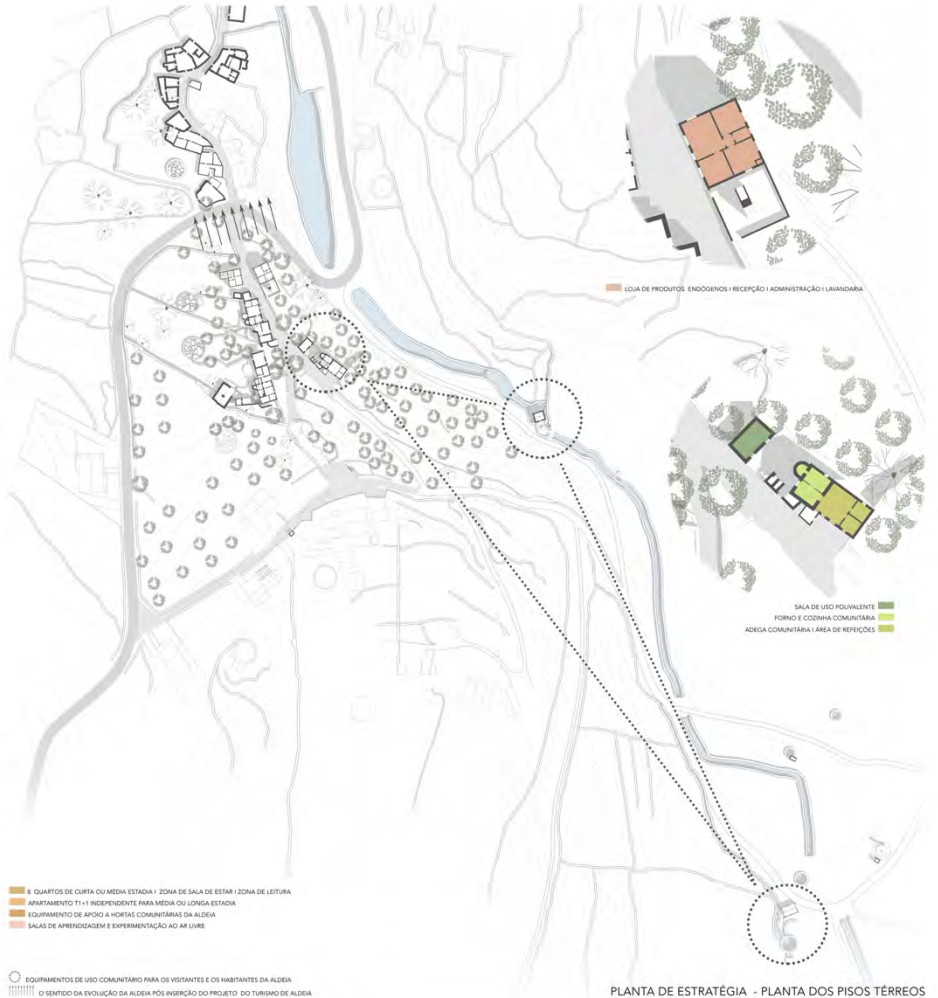
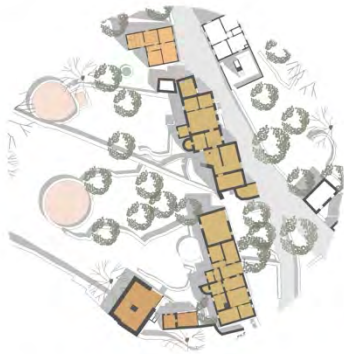
ENTRADA | VISITAÇÃO

- Valorização do ponto de entrada na aldeia;
- Criação de uma zona de paragem e observação;
- Implantação do Equipamento de Apoio ao Visitante;
- Preservação da biodiversidade;
- Tratamento de pavimentos e passeios;
- Desenho de mobiliário urbano.

Autoria: Catarina Jingunda, Laura Almeida
Coordenação: Adélino Gonçalves | janeiro, 2021



A estratégia proposta para a aldeia pretende desenvolver um percurso e um enredo de experiências tradicionais da região, potenciando o lugar – a aldeia e a sua comunidade – e os sentidos sensoriais dos seus habitantes e dos seus visitantes. Para isso, é desenvolvida uma ideia de turismo inovador de base comunitária que tem como propósito o reforço da atratividade da aldeia. Neste sentido, é desenvolvido um projeto de arquitetura que consiste na reabilitação do edifício central do Ribeirinho. Atualmente a aldeia é composta, na sua maioria, de edifícios desprovidos de qualquer uso, estando muitos desabitados e abandonados, e conta com apenas 7 habitantes. A intervenção mantém a atmosfera vernácula da aldeia, assim como a orgânica informal que existe entre as casas. Neste sentido, o projeto, além de funcionar como alojamento de curto, médio ou longa duração para os visitantes, servirá de espaço de reunião da comunidade da aldeia e/ou mesmo das aldeias em seu redor, entre as pessoas que já as habitam e as que irão habitar impulsionadas pela estratégia de desenvolvimento da aldeia e do território.



TURISMO DE ALDEIA

PERFIL DA TRAVESSA DO POÇO

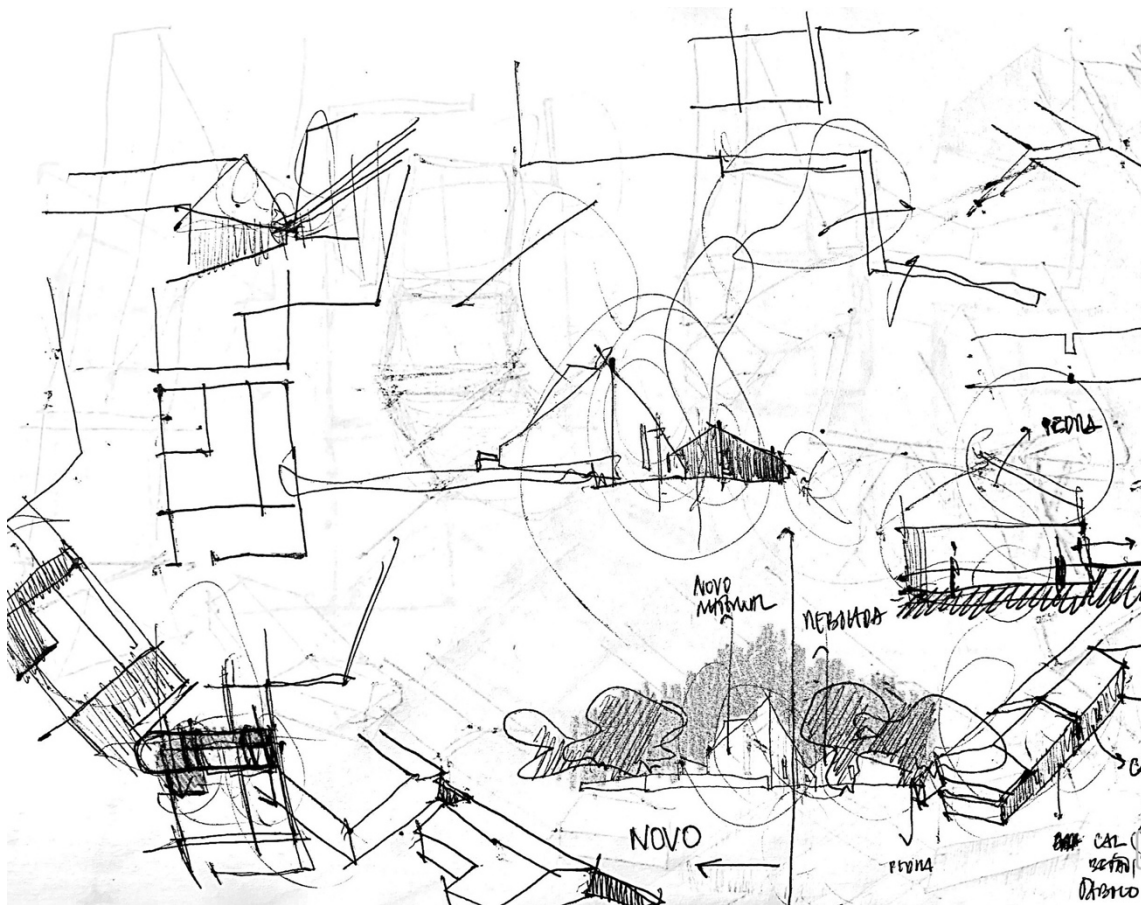
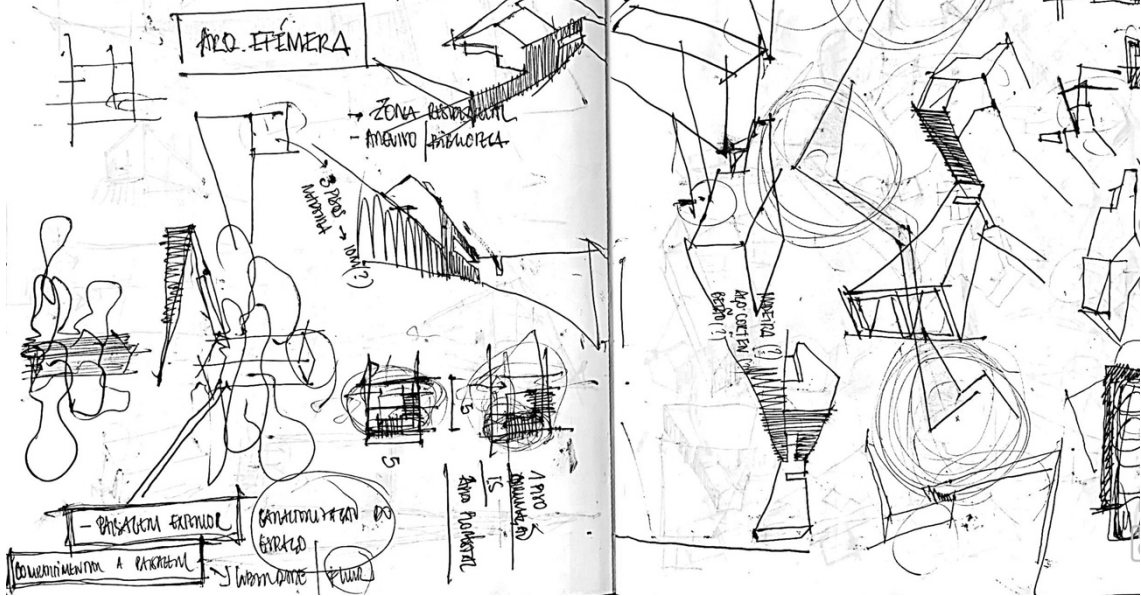


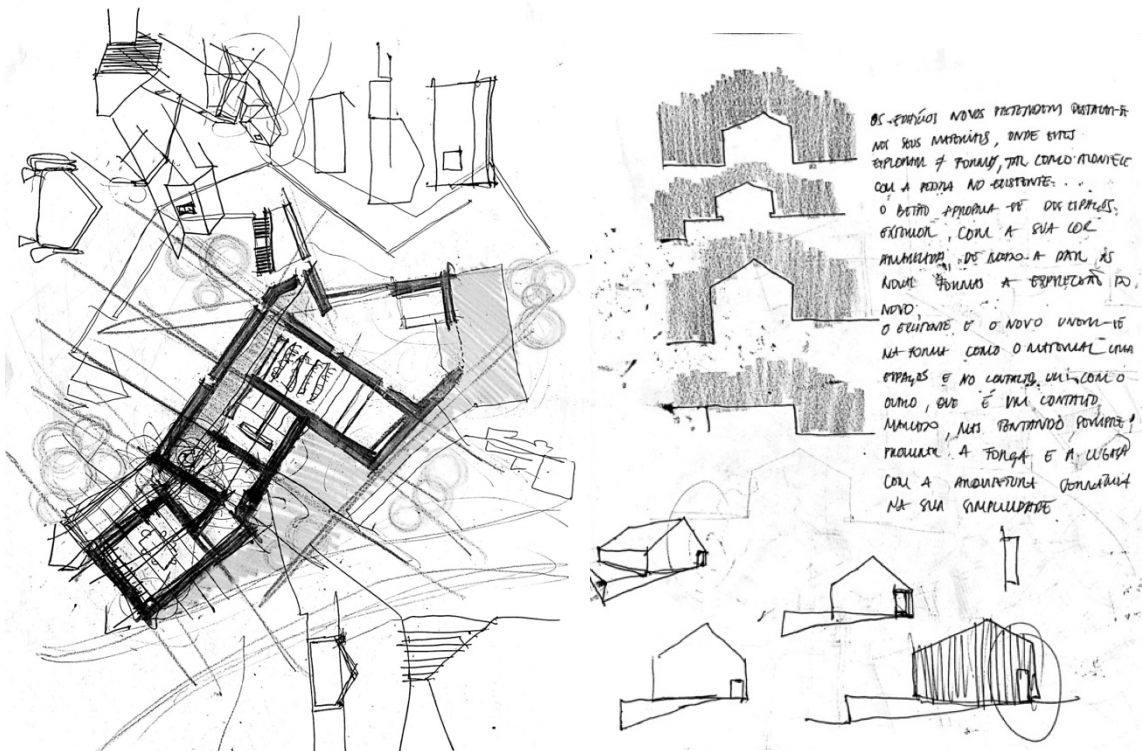
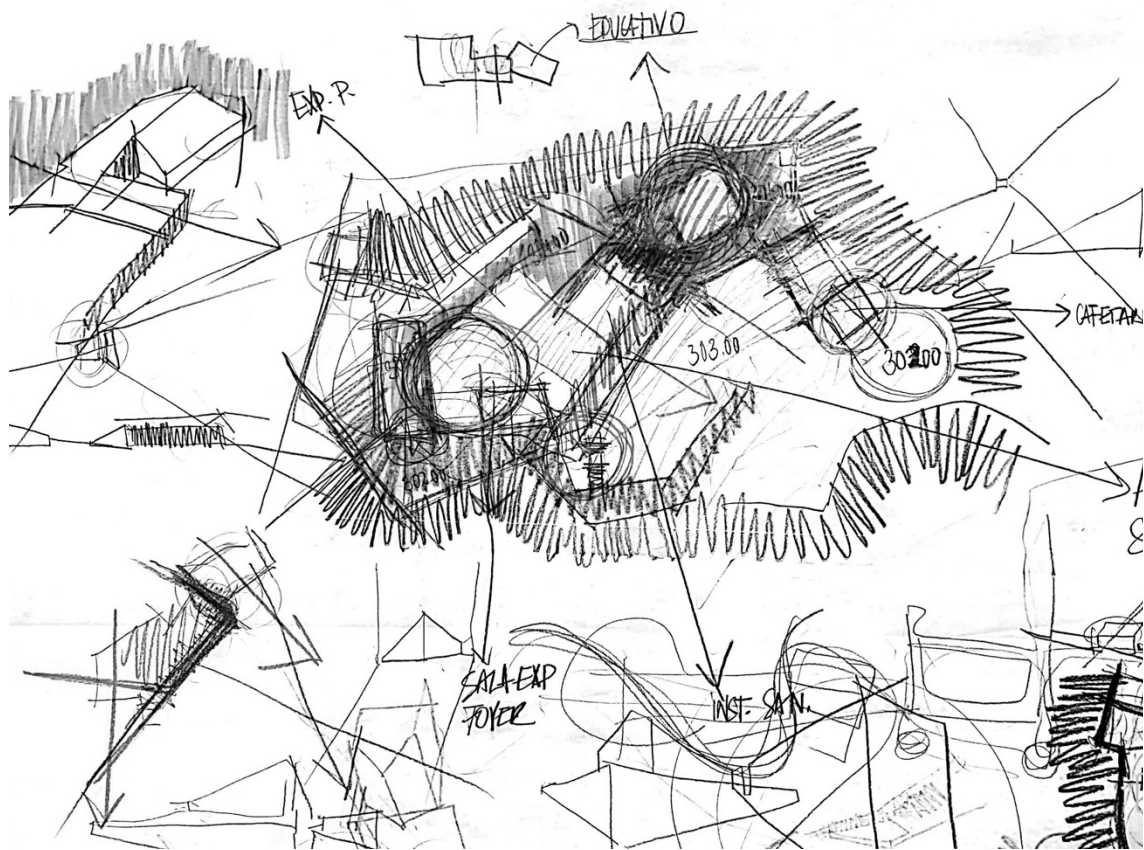
Aldeias de Calcário: estratégia e táticas para reforçar a coesão de uma rede urbana no espaço rural de Sico Ribeirinho. ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO

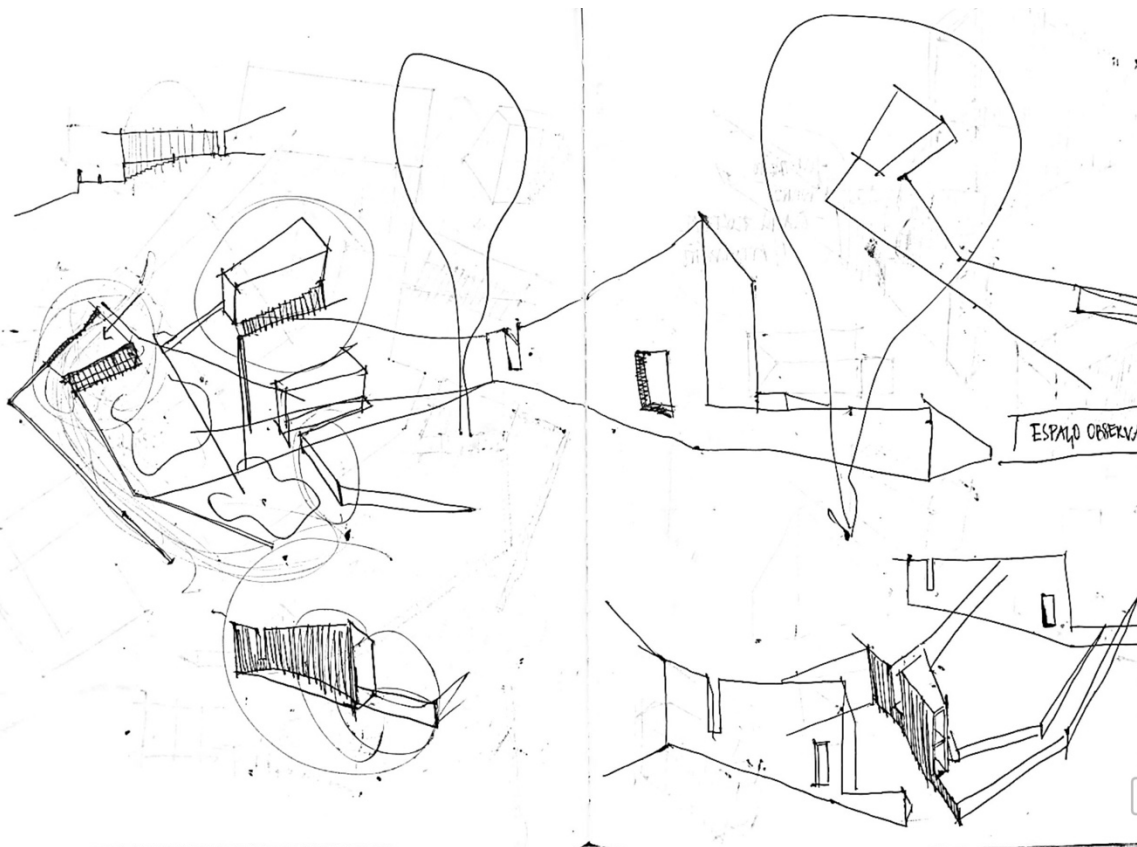
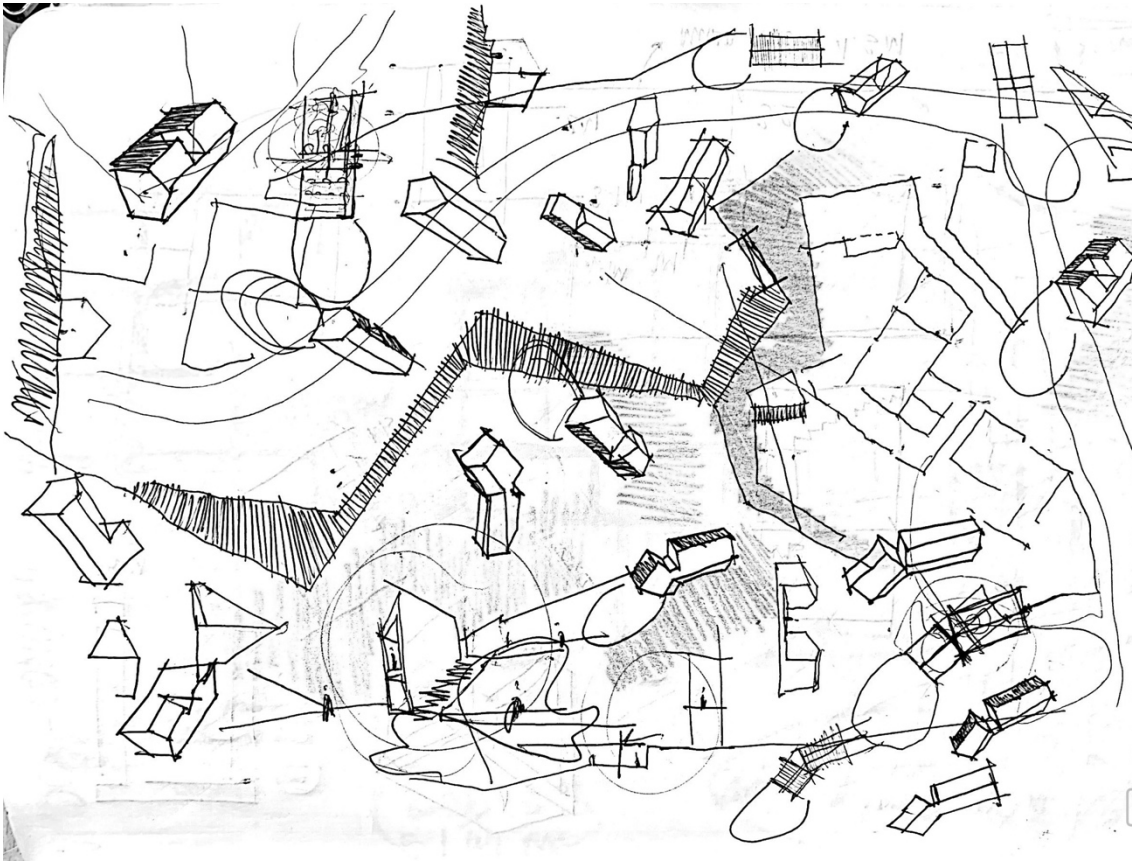
Autoria: Joana Mendes Correia
Coordenação: Adélio Gonçalves | Janeiro, 2020 | escala: 1:1000

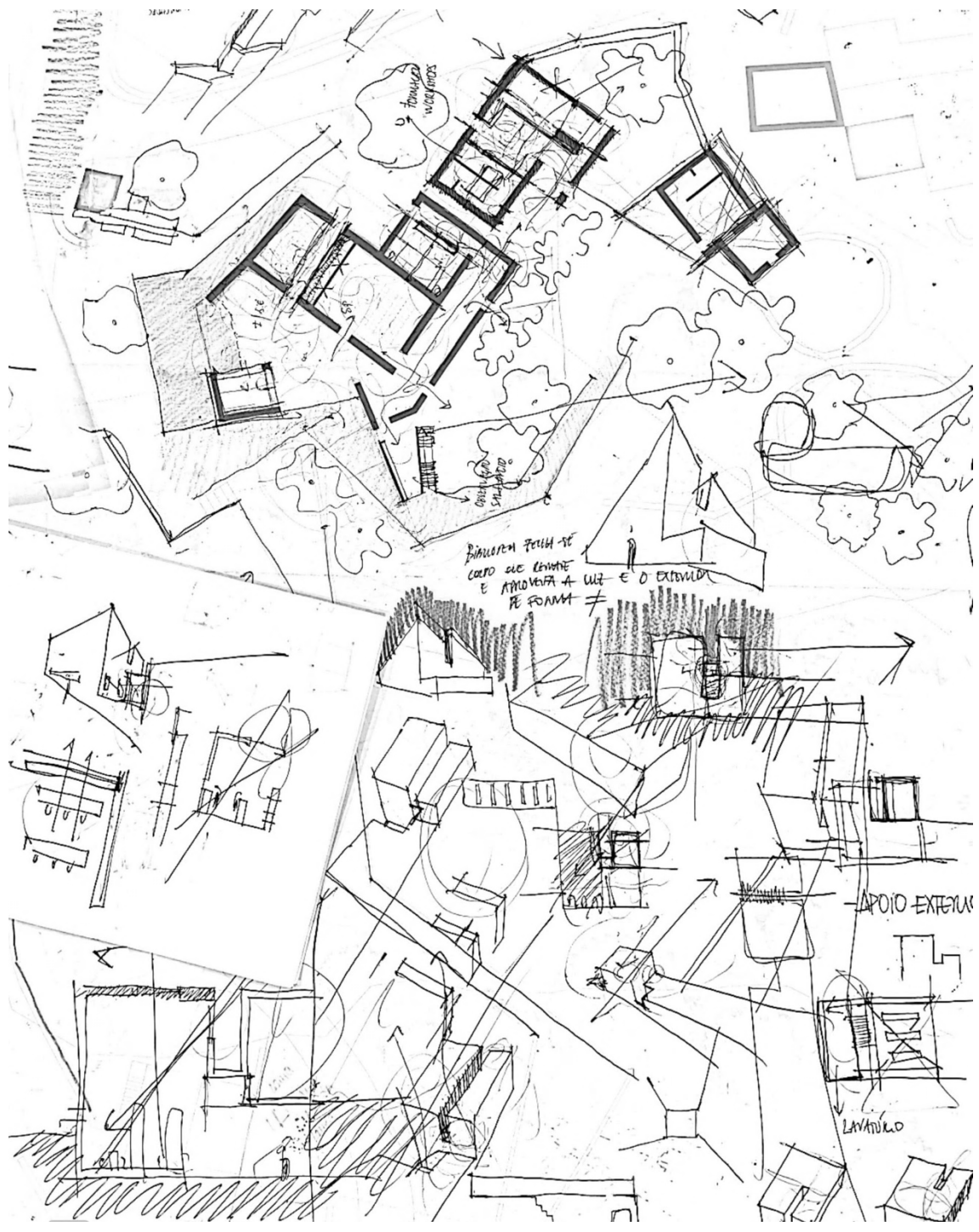
QUAL A IDEIA PARA A CIDADE?

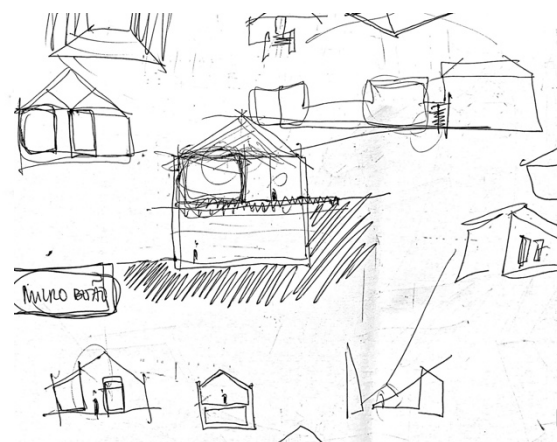
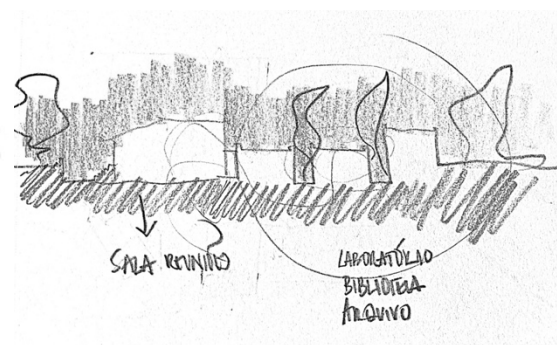
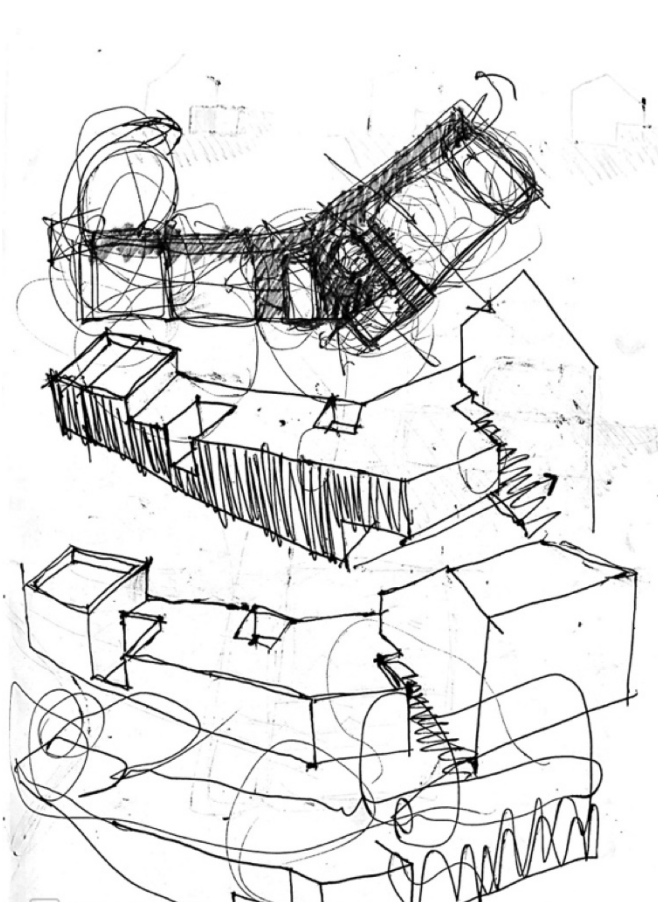
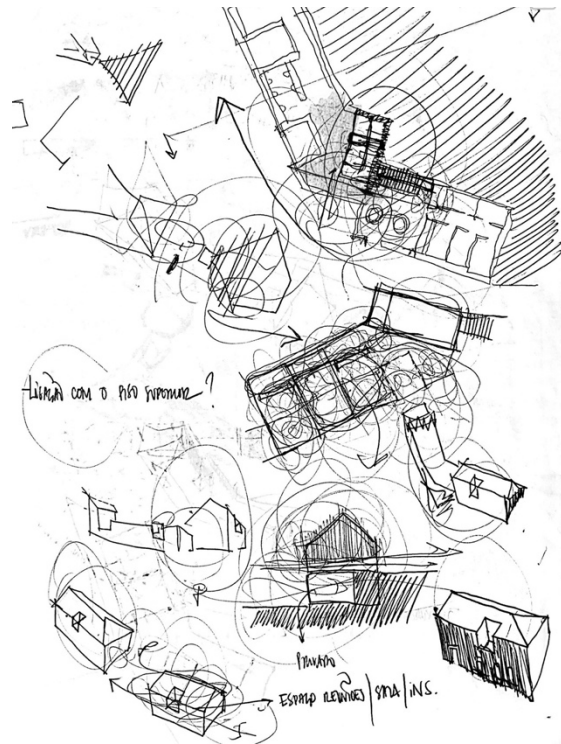
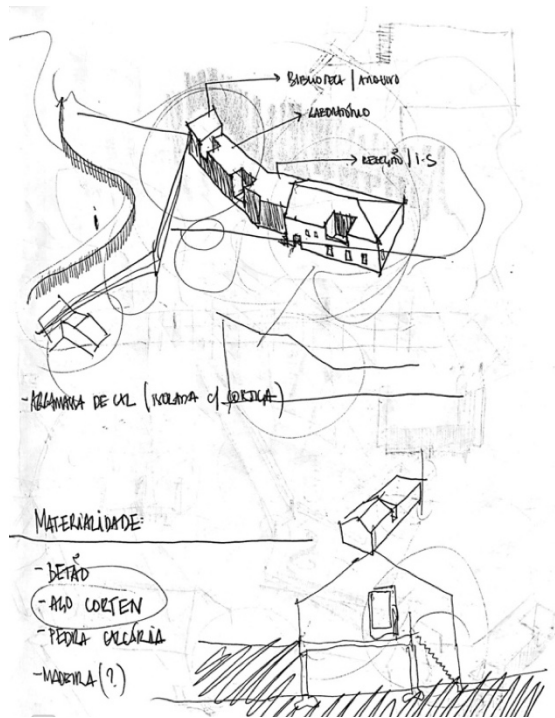
- COMO MANTER A IDENTIDADE
- ELABORAR IDEIA, A EXPRESSÃO, PENSADEIRO TECNOLÓGICA
- URBANA → ANO EFÊMERA
- DISTINGUIR POR SEU COMPORTAMENTO AS PROPOSTAS
- PAPEL DO MOVIMENTO NA CIDADE
- ANIMAR A URBAN COM SEUS VALORES TRADICIONAIS



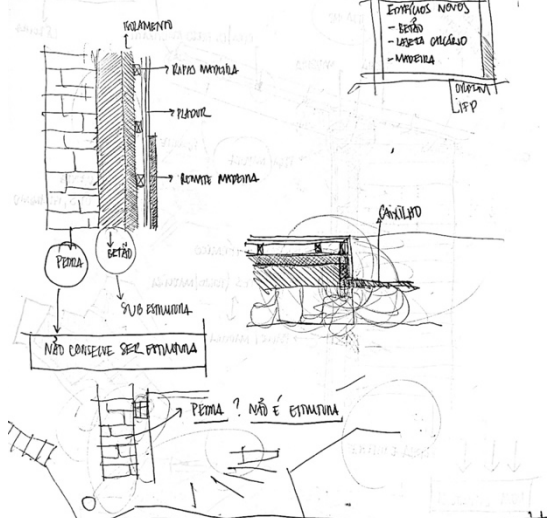




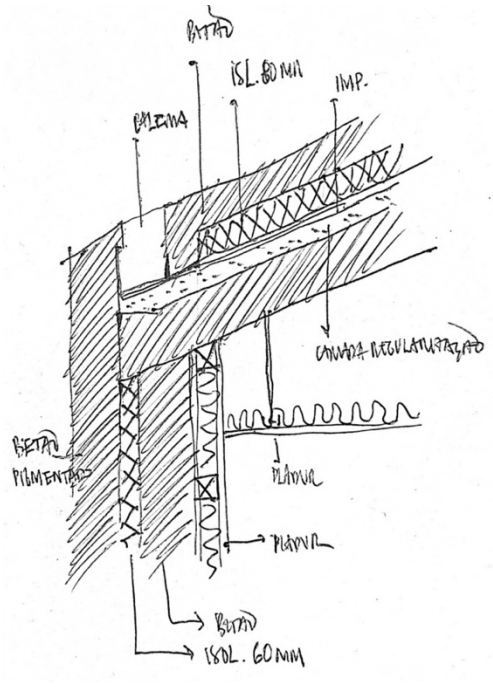
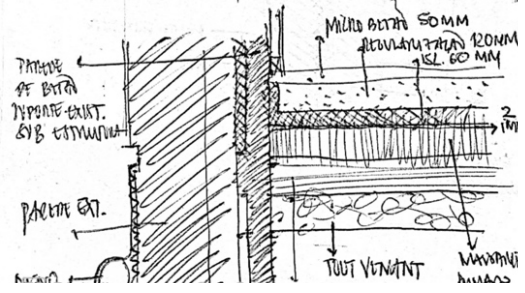
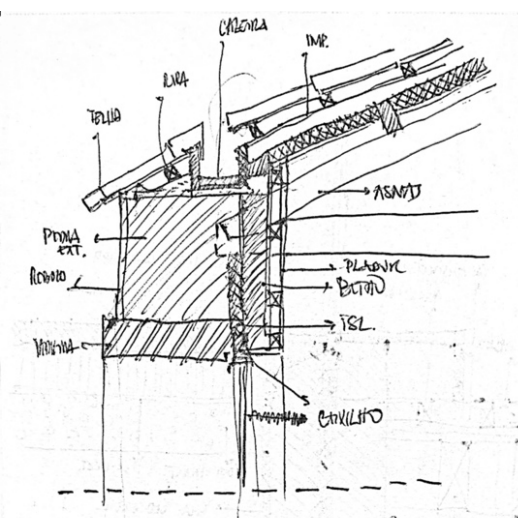
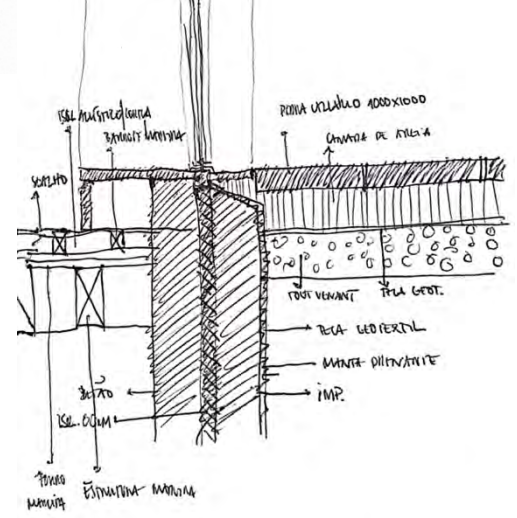
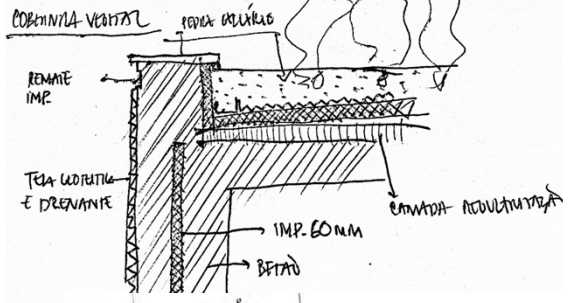
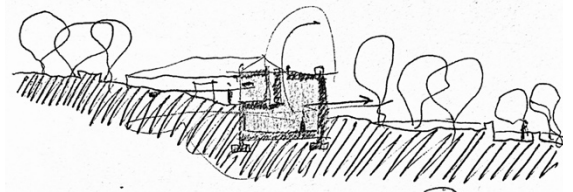


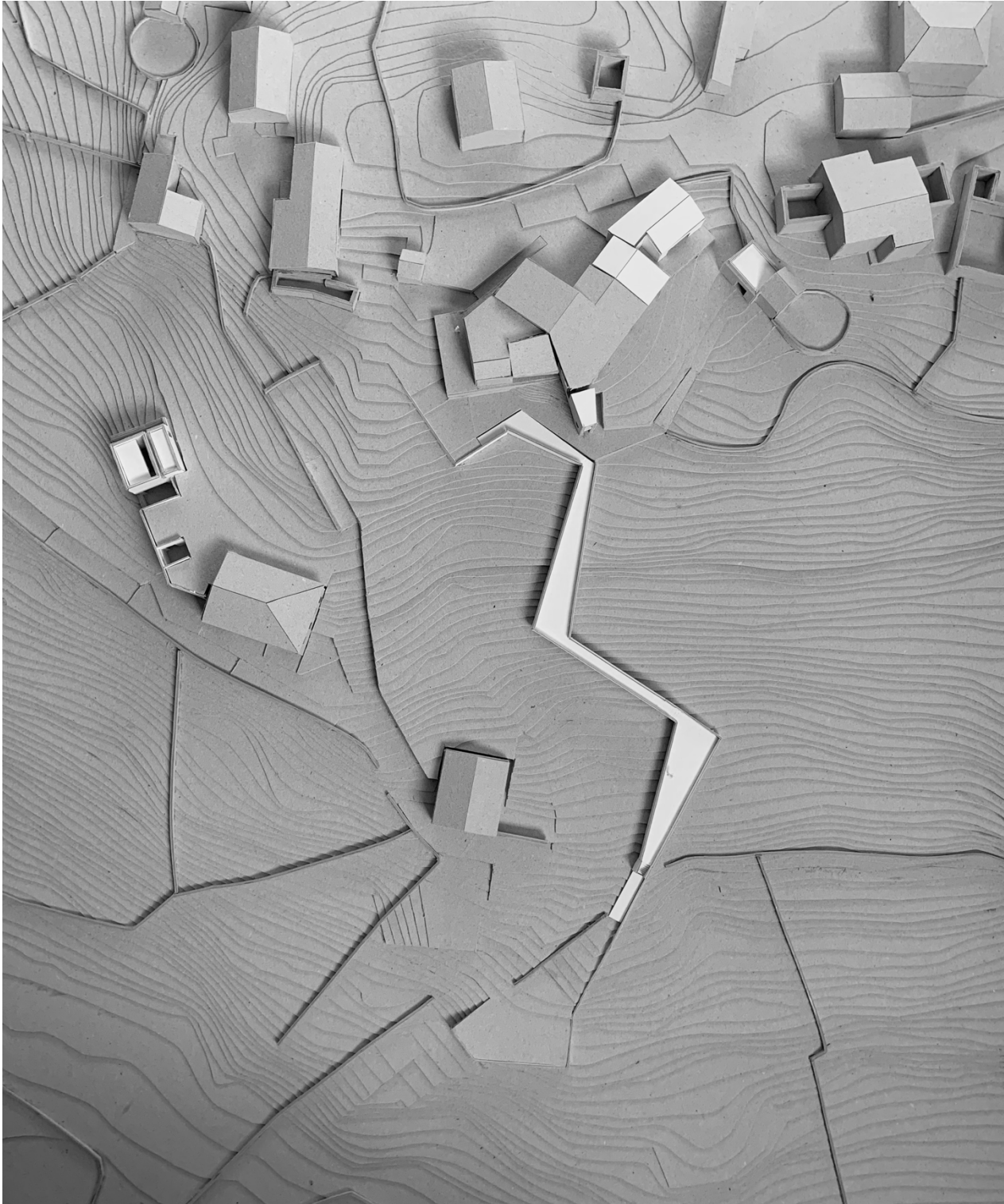


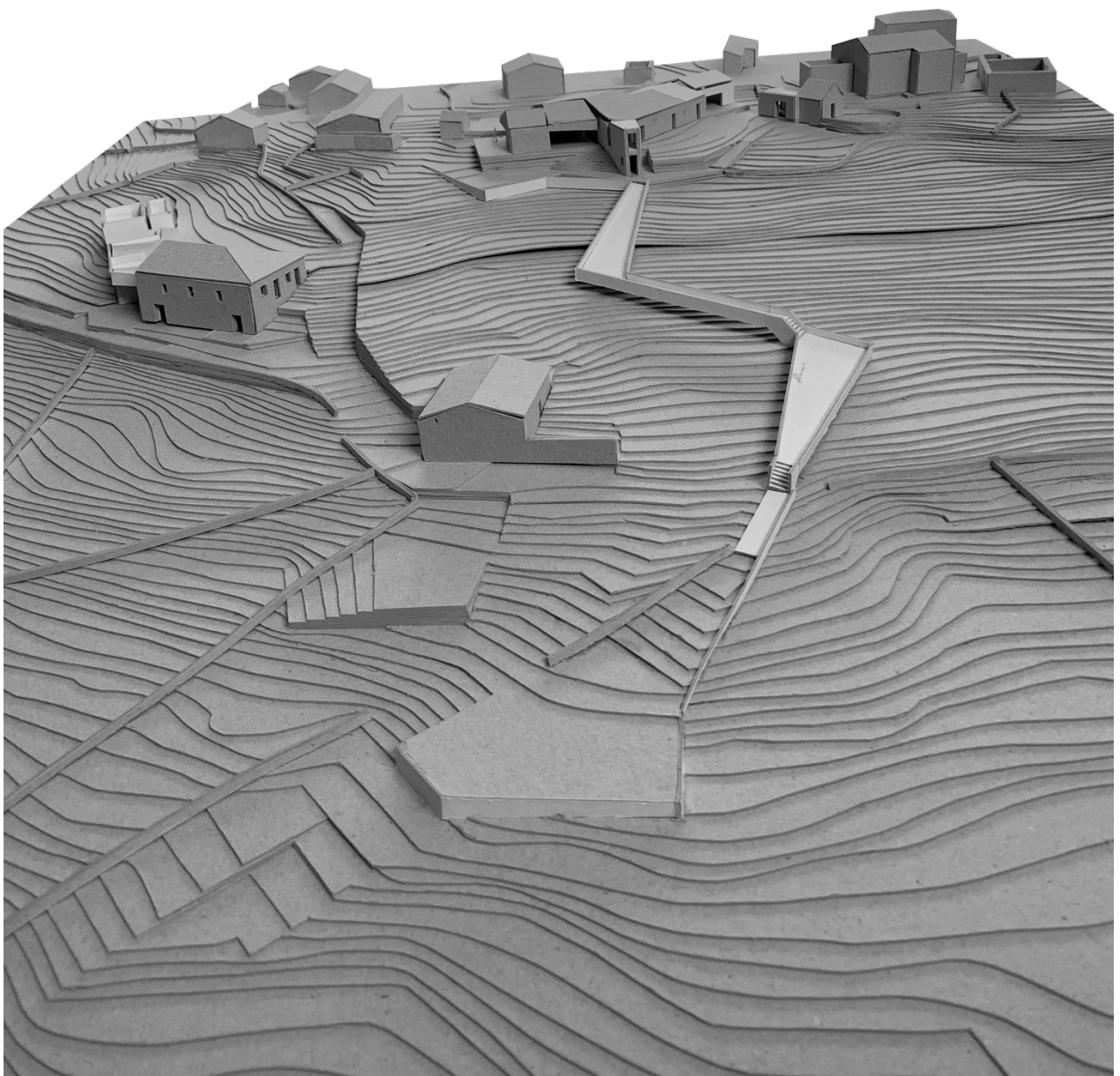
- CONTRASTE ENTRE EDIFÍCIO EXISTENTES E OS NOVOS
- ANUNCIAR O CONTEXTO ONDE SE INSERE
- PERCURSOS CONVIVIAM À PERMANÊNCIA E CONDUZEM À VISITA DOS ESPETROS

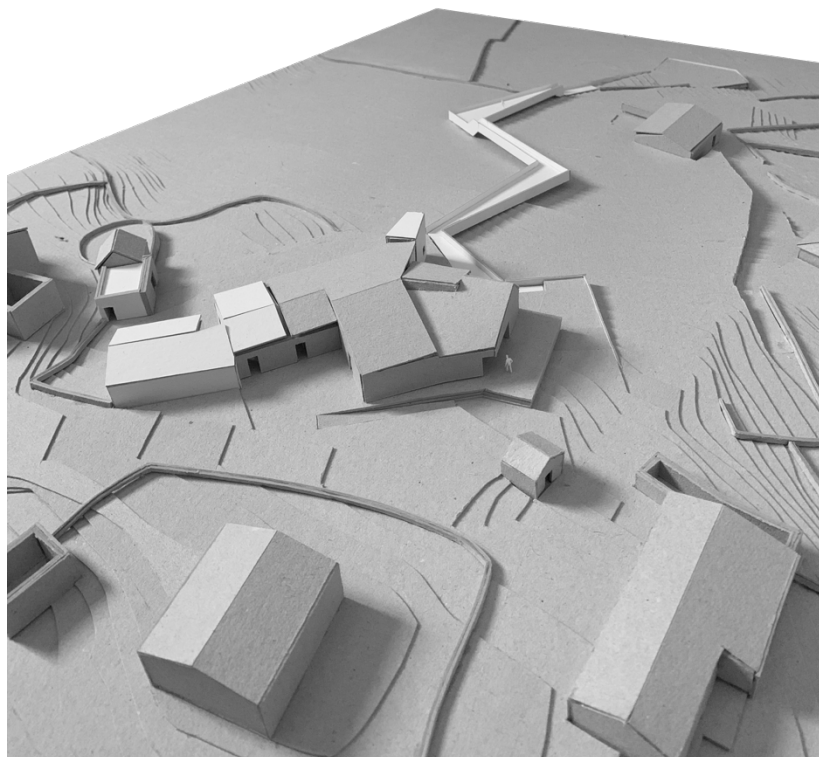
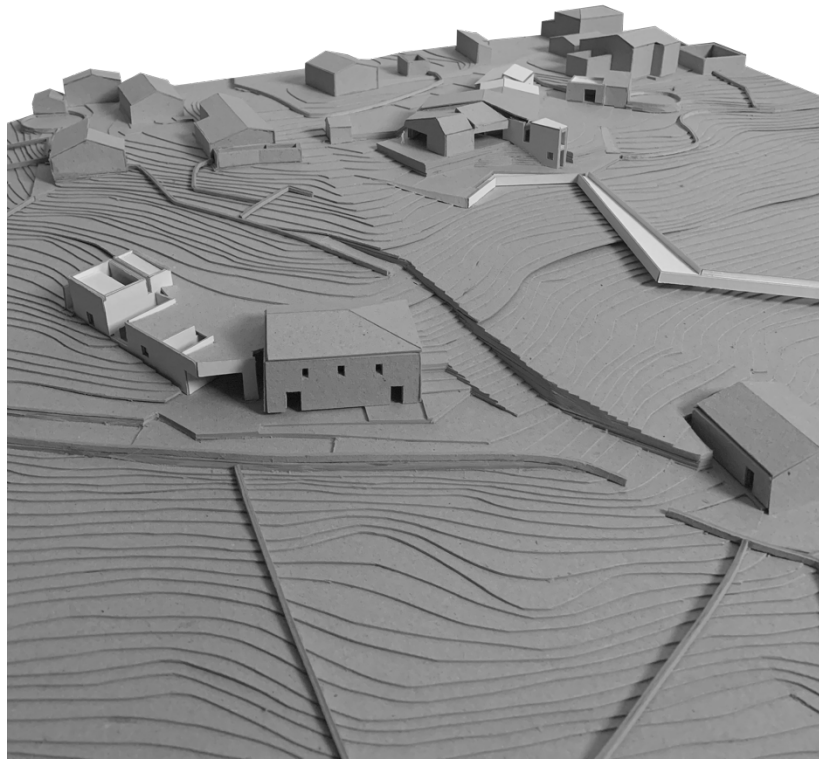


- GUARDA PROTESTAL (?) - SÍTIO SEPARADO, NO LUGAR ANTIQUAS
- NOVA ESTRUTURA / PAREDE IDENTIDADE



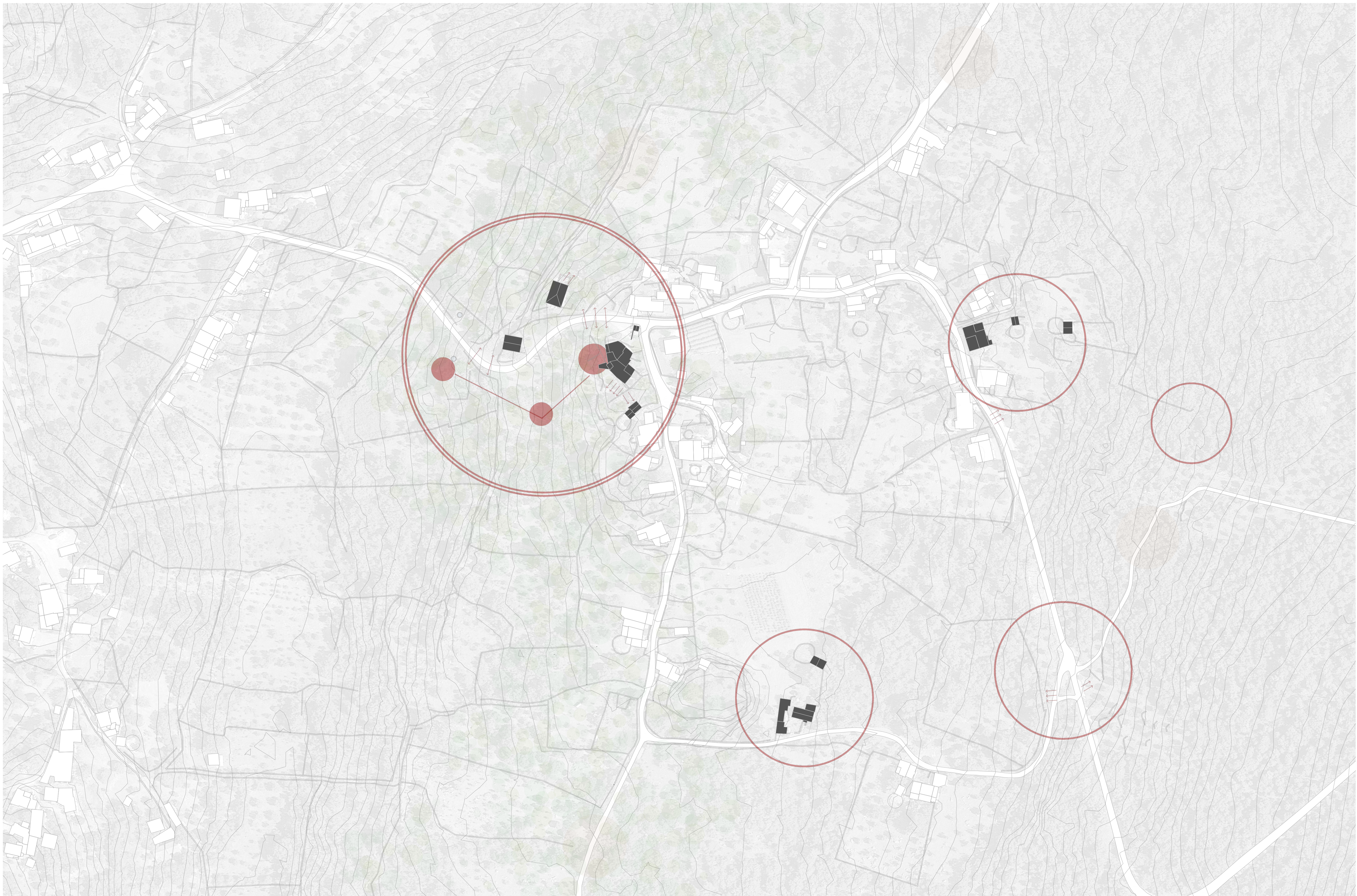






SUMÁRIO DE DESENHOS

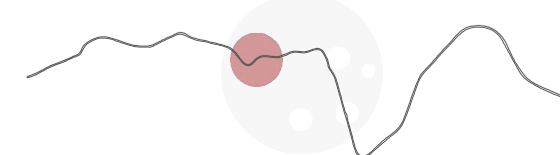
- 01- Plano de Ação | escala 1:1000
- 02- Planta de intervenção da aldeia | escala 1:1000
- 03- Planta de intervenção da aldeia | escala 1:500
- 04- Planta de cobertura | escala 1:200
- 05- Planta do piso térreo: Lagar e Polo Investigação | escala 1:200
- 06-Planta do primeiro piso: Residência investigadores | escala 1:200
- 07- Planta edifício polivalente e casa da eira | escala 1:200
- 08- Perfis 1 e 2 | escala 1:200
- 09- Perfis 3 e 4 | escala 1:200
- 10- Perfis 5 e 6 | escala 1:200
- 11- Perfis 7 e 8 | escala 1:200
- 12- Perfis 9 e 10 | escala 1:200
- 13- Perfis 11 e 12 | escala 1:200
- 14- Perfil construtivo laboratório | escala 1:50
- 15- Perfil construtivo volume existente | escala 1:50
- 16- Perfil construtivo sala de workshops | escala 1:50



Arquitetura e Identidade - Um Projeto de Urbanidade para Ariques, no contexto das Aldeias de Calcário

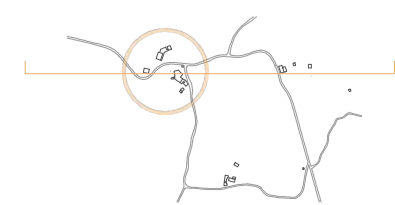
•• Plano de Ação | escala 1:1000

FCTUC | Departamento de Arquitetura | 2020/2021 | Prof. Doutor Adelino Gonçalves
 Laura Sofia Carvalho Almeida nº 2016244319



Legenda:

- Áreas de intervenção da proposta de grupo
- Centro de identidade -implantação do programa do complexo multifuncional
- Espaços exteriores de observação
- Percursos pedonais existentes com acesso à mancha de carvalho
- Edificado a intervir
- Intenções de movimentos, ligações com o interior/exterior e possíveis percursos



Legenda:

A Centro de Identidade : Complexo multifuncional

1. Área visitante: sala de exposições, sala polivalente, sala workshops e espaço de observação
2. Área de investigação: laboratório e residências
3. Lagar comunitário e loja produtos endógenos

B Área de restauração: turismo de lazer e comunitário | Estacionamento

C Torre de observação e vigilância florestal

D Espaços exteriores e implantação do EAV

E Albergue de apoio ao peregrino/caminhante

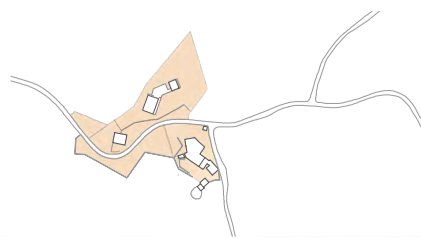




Arquitetura e Identidade - Um Projeto de Urbanidade para Ariques, no contexto das Aldeias de Calcário

• • Planta de intervenção da aldeia | escala 1:500

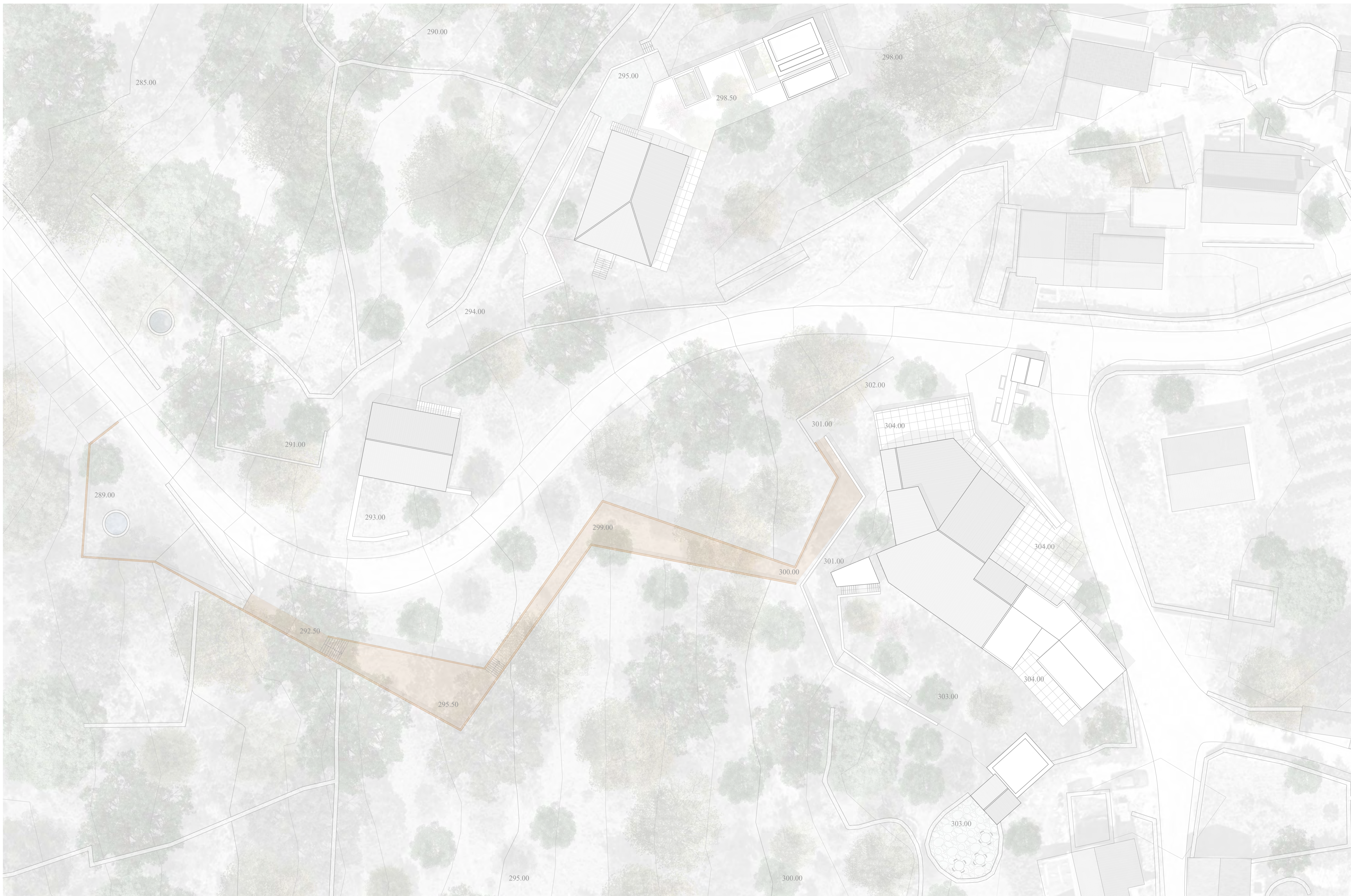
FCTUC | Departamento de Arquitetura | 2020/2021 | Prof. Doutor Adelino Gonçalves
Laura Sofia Carvalho Almeida nº 2016244319

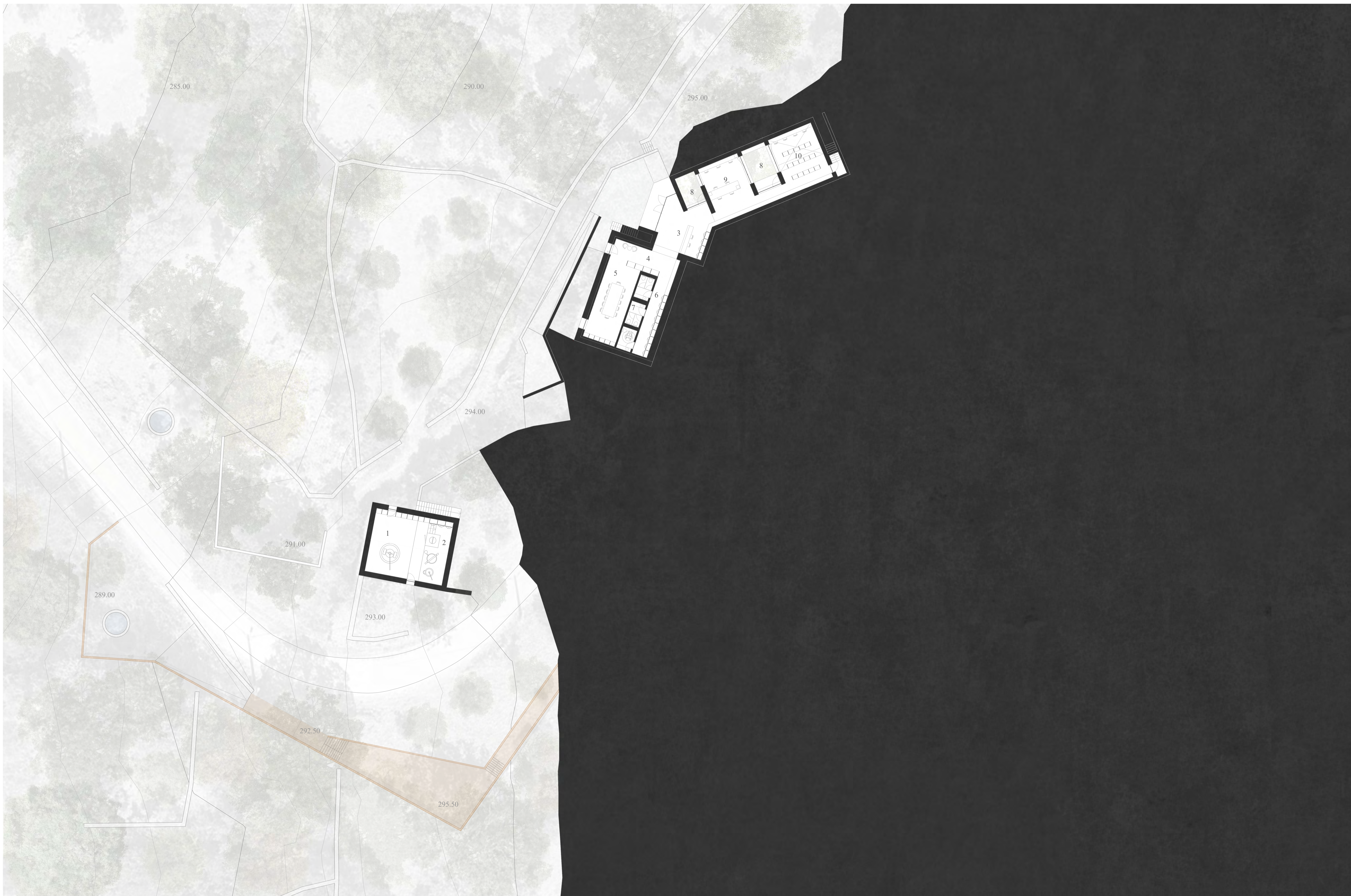


Legenda:

- | | | |
|--|---|-------------------------------|
| 1. Capela e fonte comunitária | 6. Casa da eira: cafetaria | 9. Residências investigadores |
| 2. Entrada principal edifício | 7. Percursos | 10. Laboratório |
| 3. Sala de exposições e sala polivalente | 8. Lagar comunitário e loja de produtos endógenos | 11. Biblioteca e arquivo |
| 4. Espaço de observação | | 12. Estacionamento |







05 Arquitetura e Identidade | Um Projeto de Urbanidade para Ariques, no contexto das Aldeias de Calcário
 Planta do piso térreo: Lagar e Polo Invetigação | escala 1:200

FCTUC | Departamento de Arquitetura | 2020/2021 | Prof. Doutor Adelino Gonçalves
 Laura Sofia Carvalho Almeida nº 2016244319

Legenda:

Lagar de azeite:

- 1. Entrada/ Espaço de produtos endógenos/ Zona de moagem
- 2. Zona de enserimento e prensagem

Complexo de investigação:

- 3. Entrada/ Foyer/ Recepção
- 4. Espaço estar investigadores
- 5. Sala de reuniões
- 6. Espaço de circulação e arrumação
- 7. Instalações sanitárias
- 8. Pátio
- 9. Laboratório
- 10. Biblioteca/ Arquivo





06 Arquitetura e dentidade | Um Projeto de Urbanidade para Ariques, no contexto das Aldeias de Calcário
 Planta do primeiro piso: Residência investigadores | escala 1:200

FCTUC | Departamento de Arquitetura | 2020/2021 | Prof. Doutor Adelino Gonçalves
 Laura Sofia Carvalho Almeida nº 2016244319

Legenda:

Residência dos investigadores:

- 1. Quarto individual
- 2. Instalações sanitárias
- 3. Copa/lavandaria

- 4. Zona de estar
- 5. Espaço de trabalho

Complexo de investigação:

- 10. Biblioteca/ Arquivo
- 11. Armazém
- 12. Cobertura dedicada à experimentação de trabalhos do laboratório





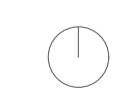
07 Arquitetura e Identidade | Um Projeto de Urbanidade para Ariques, no contexto das Aldeias de Calcário
 Planta edifício polivalente e casa da eira | escala 1:200

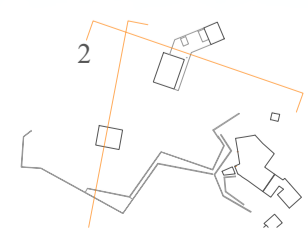
FCTUC | Departamento de Arquitetura | 2020/2021 | Prof. Doutor Adelino Gonçalves
 Laura Sofia Carvalho Almeida nº 2016244319

- 1. Capela e fonte comunitária
- 2. Entrada
- 3. Foyer / Sala de exposições temporária
- 4. Receção

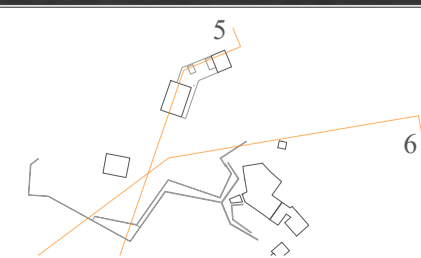
- 5. Sala de exposições permanente
- 6. Sala polivalente
- 7. Espaço de observação
- 8. Espaço de distribuição

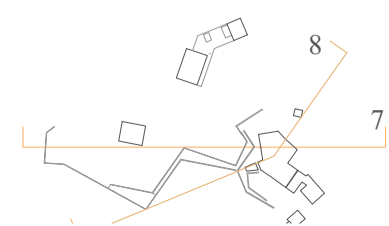
- 9. Instalações sanitárias
- 10. Armazém e arrumos
- 11. Sala de workshops e formação
- 12. Cafeteria

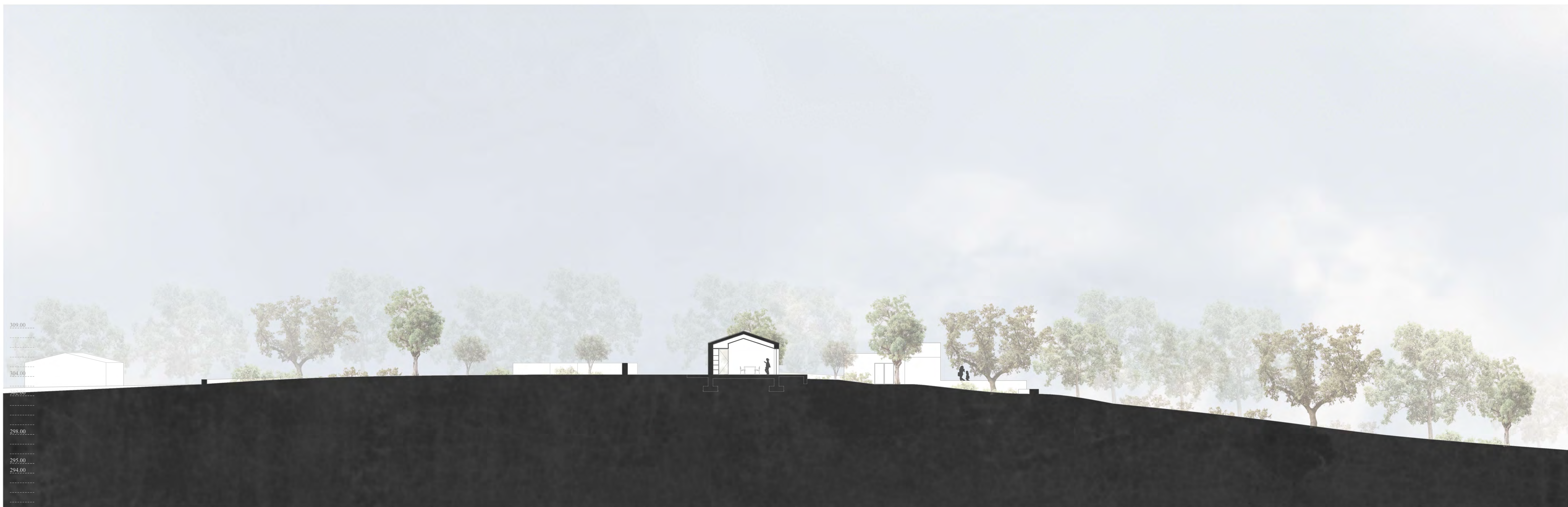




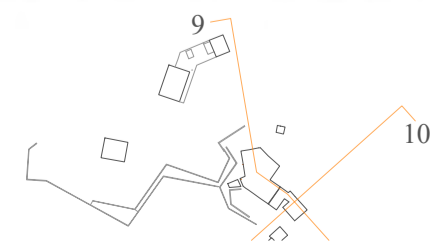


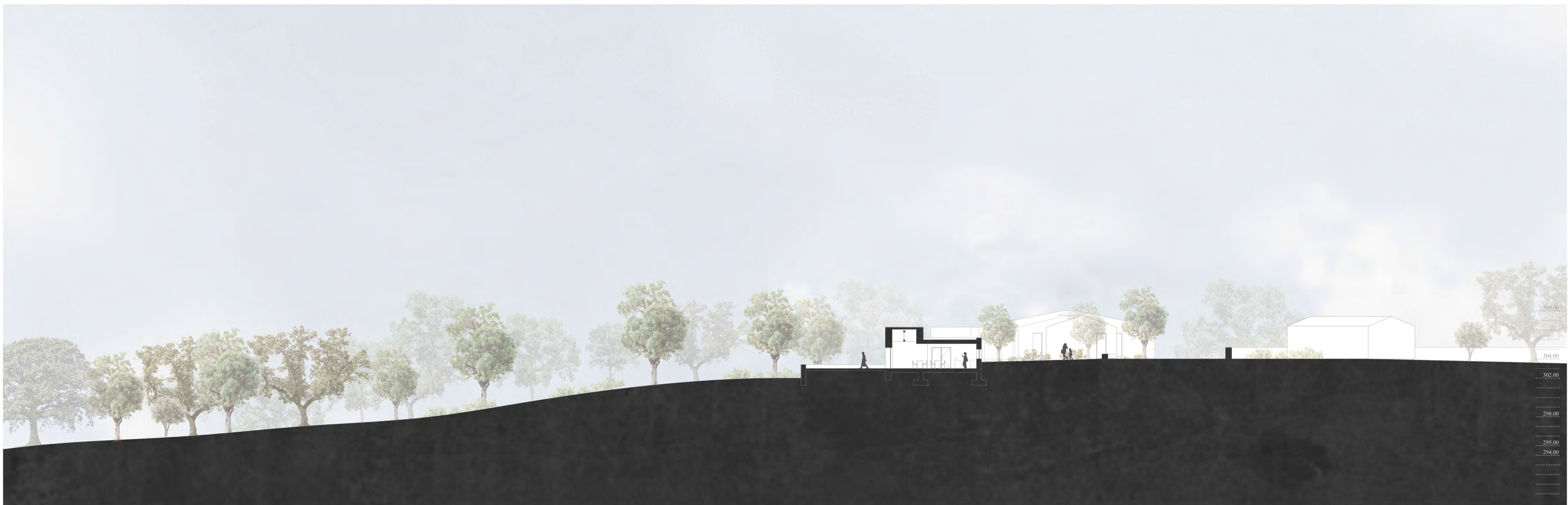
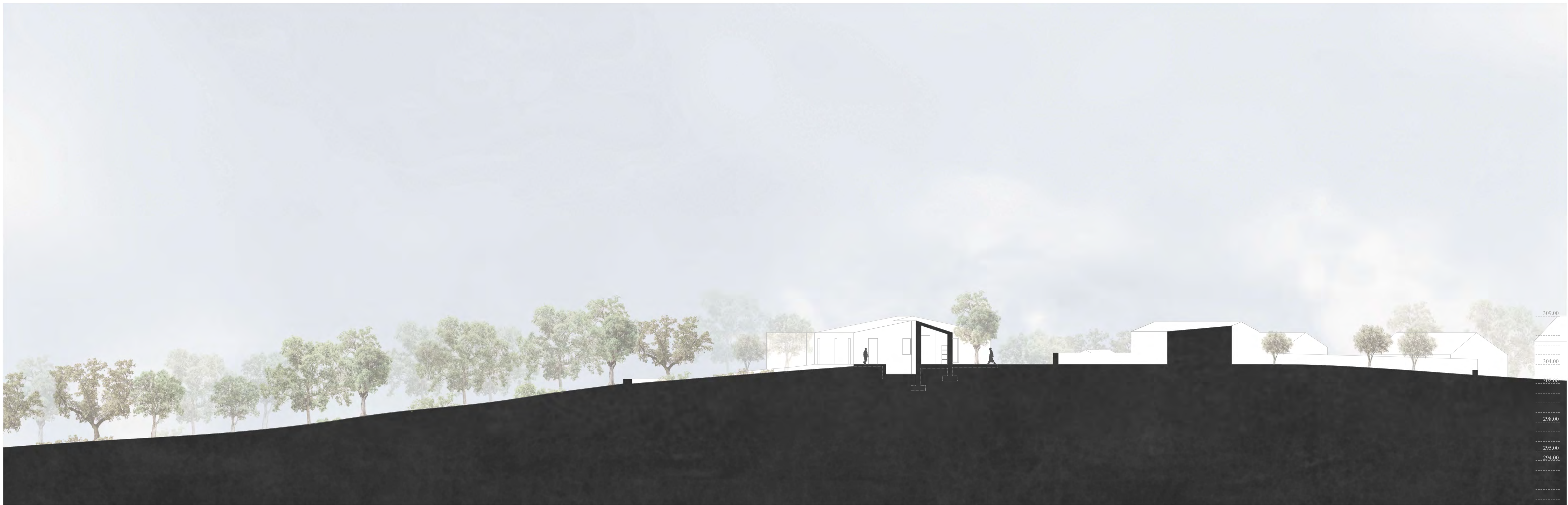




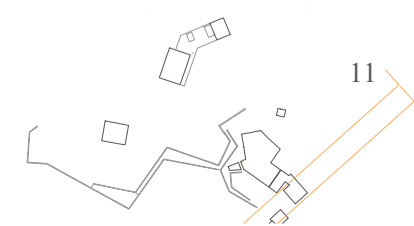


12 Arquitetura e identidade | Um Projeto de Urbanidade para Ariques, no contexto das Aldeias de Calcário
 Perfis 9 e 10 | escala 1:200





13 Arquitetura e identidade | Um Projeto de Urbanidade para Ariques, no contexto das Aldeias de Calcário
 Perfis 11 e 12 | escala 1:200

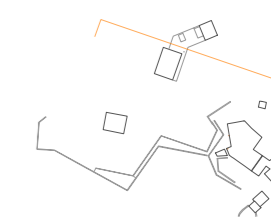


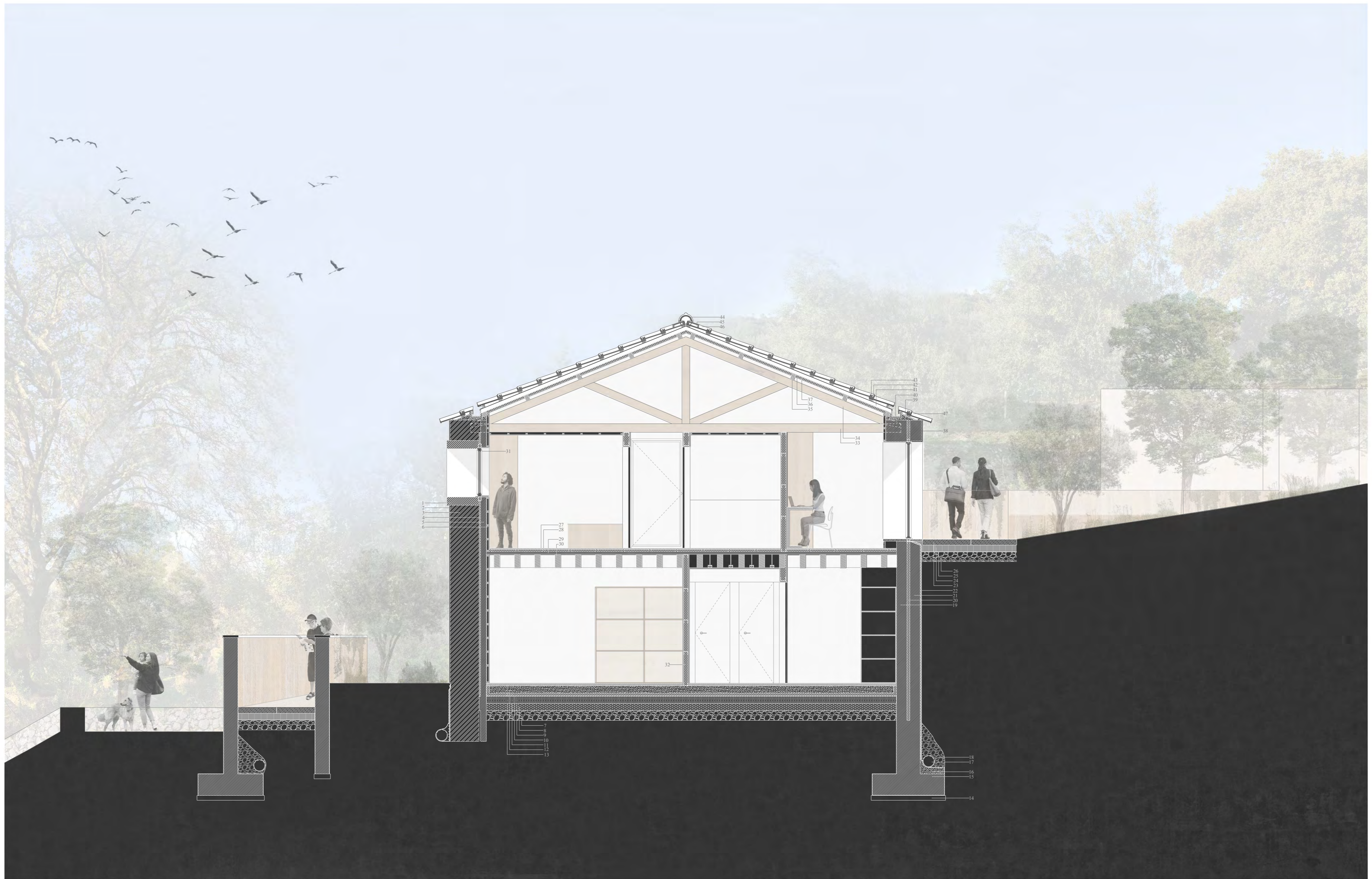


14 Arquitetura e Identidade | Um Projeto de Urbanidade para Ariques, no contexto das Aldeias de Calcário
 Perfil construtivo | escala 1:50

FCTUC | Departamento de Arquitetura | 2020/2021 | Prof. Doutor Adelino Gonçalves
 Laura Sofia Carvalho Almeida nº 2016244319

Legenda: 1. Perfil de remate de impermeabilização | 2. Calceira metálica | 3. Tela geotêxtil esp.2mm+Manta drenante esp.20mm+Dulpa impermeabilização esp.3mm+2mm | 4. Betão | 5. Isolamento térmico esp.60mm | 6. Parede interior betão | 7. Brita | 8. Tubo drenagem 250mm diâm | 9. Tout-Venant | 10. Sapata de betão com pintura asfáltica | 11. Betão de limpeza esp.100mm | 12. Tout-venant esp.200mm | 13. Gravelha esp.150mm | 14. Massame armado esp.200mm | 15. Dulpa impermeabilização esp.3mm+2 | 16. Isolamento térmico esp.60mm | 17. Camada de regularização esp.150mm | 18. Micro-betão esp.50mm | 19. Camada de forma pendente 2% | 20. Calha Brick-slot aço | 21. Pedra calcário 1000mmx1000m esp.120mm | 22. Camada de arcia | 23. Tela geotêxtil esp.4mm | 24. Tout-venant esp.200mm | 25. Caixilho aço corten | 26. Betão exterior pigmentado | 27. Cobertura vegetal | 28. Tela geotêxtil esp.2mm + Manta drenante esp.20mm | 29. Isolamento térmico tipo "roofmate" esp.60mm | 30. Impermeabilização | 31. Camada regularização pendente 2% | 32. Betão armado esp 250mm

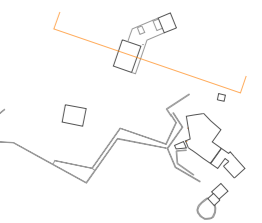




15 Arquitetura e Identidade | Um Projeto de Urbanidade para Ariques, no contexto das Aldeias de Calcário
 Perfil construtivo | escala 1:50

FCTUC | Departamento de Arquitetura | 2020/2021 | Prof. Doutor Adelino Gonçalves
 Laura Sofia Carvalho Almeida nº 2016244319

Legenda: 1.Pedreira de pedra de calcário existente . 2.Reboco | 3.Parede de pedra existente esp.600mm | 4.Isolamento térmico esp.30mm | 5.Sub-estrutura de betão, para apoiar paredes existentes | 6.Revestimento de madeira | 7.Tout-venant esp.200mm | 8.Gravilha esp.150mm | 9.Massame armado esp.200mm | 10.Dupla impermeabilização esp.3mm+2mm | 11.Isolamento térmico esp.60mm | 12.Camada de regularização esp.150mm | 13.Micro-betão esp.50mm | 14.Betão de limpeza esp.100mm | 15.Sapata de betão com pintura asfáltica | 16.Tout-venant | 17.Tubo de drenagem 250mm diâm | 18.Brita | 19.Parede interior betão | 20.Isolamento térmico esp.60mm | 21. Betão | 22.Dupla impermeabilização esp.3mm+2mm + Manta drenante esp.20mm + Tela geotêxtil esp.2mm | 23.Pedra calcário 1000mmx1000mm esp.120mm | 24. Camada de areia | 25. Tela geotêxtil esp.4mm | 26.Tout-venant esp.200mm | 27.Soalho em carvalho esp.25mm | 28.Barrote de madeira 50x50mm + isolamento acústico/cortiza | 29. 2 placas de OSB + Forro reguado de madeira esp. 15mm | 30. Estrutura de madeira 12x7mm | 31.Caixilho aço corten | 32. Paredes interiores, não estruturais: gesso cartonado | 33. Linha da asna 18x20mm | 34.Perna da asna 16x16mm | 35.Madre | 36.Forro de madeira em carvalho | 37.Isolamento térmico tipo "roofmate" esp.40mm | 38.Reboco (semelhante ao existente) | 39.Argamassa de assentamento | 40.Cateira metálica | 41.Varas de madeira 8x8mm | 42.Impermeabilização esp.3+2mm | 43.Ripa | 44.Telhão | 45. Remate de cumeeira | 46. Telha de canudo | 47. Beirado





16 Arquitetura e Identidade | Um Projeto de Urbanidade para Ariques, no contexto das Aldeias de Calcário
 Perfil construtivo | escala 1:50

FCTUC | Departamento de Arquitetura | 2020/2021 | Prof. Doutor Adelino Gonçalves
 Laura Sofia Carvalho Almeida nº 2016244319

- Legenda**
- 1. Perfil de remate de impermeabilização | 2. Tela geotêxtil esp.2mm+Manta drenante esp.20mm+Dulpa tela impermeabilização esp.3mm+2mm | 3.Betão | 4.Isolamento térmico esp.60mm | 5. Brita | 6.Tubo drenagem 250mm diâm | 7. Tout-Venant | 8.Sapata de betão com pintura asfáltica | 9.Betão de limpeza esp.100mm | 10.Tout-venant esp.200mm | 11.Gravilha esp.150mm | 12.Massame armado esp.200mm | 13. Dulpa impermeabilização esp.3mm+2 | 14.Isolamento térmico esp.60mm | 15.Camada de regularização esp.150mm | 16.Micro-betão esp.50mm | 17.Caixilho aço corten | 18. Pedra calcário 1000mmx1000m esp.120mm | 19.Camada de areia | 20.Tela geotêxtil esp.4mm | 21. Tout-venant esp.200mm | 22.Laje de betão grampeada | 23. Isolamento térmico tipo "roofmate" esp.60mm | 24.Impermeabilização esp.3mm+2mm | 25. Camada de regularização | 26. Betão esp.200mm | 27.Sistema de fixação teto falso HALFEN+Isolamento térmico e acústico | 28.Revestimento em gesso cartonado | 29. Betão exterior pigmentado

